



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Rebecca Botelho Portela de Melo

A SOCIOLOGIA DOS EMISSORES:
uma análise do processo de produção de notícias sobre o Movimento Ocupe
Estelita

Recife

2018

REBECCA BOTELHO PORTELA DE MELO

**A SOCIOLOGIA DOS EMISSORES:
uma análise do processo de produção de notícias sobre o Movimento Ocupe
Estelita**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Sociologia

Orientadora: Maria Eduarda da Mota Rocha

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M528s Melo, Rebecca Botelho Portela de.
A sociologia dos emissores : uma análise do processo de produção de notícias sobre o Movimento Ocupe Estelita / Rebecca Botelho Portela de Melo. – 2018.
137 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda da Mota Rocha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndice.

1. Sociologia. 2. Imprensa. 3. Poder (Ciências sociais). 4. Censura. 5. Movimentos sociais. I. Rocha, Maria Eduarda da Mota (Orientadora). II. Título

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-082)

REBECCA BOTELHO PORTELA DE MELO

A SOCIOLOGIA DOS EMISSORES:

**Uma análise do processo de produção de notícias sobre o Movimento Ocupe
Estelita**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Sociologia

Aprovada em: 20/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Sociologia

Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin

Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Sociologia (Examinadora interna)

Profa. Dra. Paula Reis Melo

Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Comunicação (Examinadora externa)

AGRADECIMENTOS

Certa vez li na dissertação de uma colega que a importância de agradecer nos é ensinada desde criança, quando nossos pais nos obrigavam a seguir o protocolo de ligar para a pessoa que nos presenteou para dizer um "muito obrigada". Assim como para ela, a riqueza desse aprendizado só passou a ter sentido para mim em outro momento de vida, e hoje eu sou muito grata - que ironia! - pela insistência protocolar que me fez entender o valor de ser grato ao que nos é dado, seja inteiramente bom, ou não.

Hoje eu entendo que a beleza de agradecer vem da convicção de que não se anda para canto algum quando se está só. E isso se aplica infalivelmente a mim: eu, que usufruí dos inúmeros privilégios que me foram dados, fossem estes estruturais ou não, me sinto na obrigação de ser grata por esta condição, mas principalmente de reconhecer que estes privilégios contribuíram decididamente para eu estar onde estou. Sou eternamente grata por ter cruzado com pessoas e vivido experiências que me fizeram enxergar que essa vitória não é só minha, e que há muito (muito mesmo!) o que trabalhar para que os privilégios o deixem de ser , e que as condições passem a ser comuns e justas para todas as pessoas -sem exceção. Fico feliz em reconhecer que há nesse desejo quase um ideal de vida, e de me encontrar disposta a ajudar a tornar esse ideal menos utópico, mais real.

Tecer argumentações e teorizações sobre a vida social a partir de exemplos empíricos é um verdadeiro artesanato intelectual. Requer paciência, cuidado, noites em claro de muita dedicação e, claro, litros de café. Requer um exercício constante de alteridade e de estranhamento. Requer ocupar um não-lugar entre ser atora e espectadora. Requer um esforço de conceituar a realidade que jamais será suficiente. Aliás, trabalhar a sociologia é saber que, assim que publicado, o seu trabalho já é tido como datado, está exposto a todas as críticas, já se dispõe para aperfeiçoamentos de terceiros. Talvez seja aí que resida a incompletude intrínseca ao fazer sociológico. E talvez não. Talvez seja na incapacidade de resolução dos impasses cotidianos, seja na debilidade prática da profissão, seja no reconhecimento diário de que, não importa a qualidade, a competência, a relevância do que é produzido, nosso trabalho jamais estará completo. Eu, que no exercício dessa profissão tantas vezes invejei os ofícios mais utilitários, reconheço que a Sociologia me tornou mais humana, e acredito que ter aprendido esse cuidado de olhar para o Outro já me vale. Conviver com os meus colegas, professores, funcionários e me envolver em projetos dentro e fora da

Universidade durante esses quase oito anos de caminhada acadêmica definitivamente me tornaram uma pessoa mais sensível e, ao mesmo tempo, mais forte. Agradeço a eles esse aprendizado, especialmente às minhas amigas de turma e companheiras de sufocos, ansiedades e boas risadas de vez em quando... Às professoras e professores de Ciências Sociais e aos da pós-graduação em Sociologia da UFPE, meu "muito obrigado", em especial à minha orientadora querida, que mostrou ser, além de uma professora maravilhosa e minha musa intelectual, uma amiga atenta e sensível. Muito obrigada, Eduarda, pela empatia.

Agradeço aos meus pais pelo apoio, que se mostrou, mais uma vez, incondicional. Obrigada pela delicadeza de verem em mim mais do que sou. Me ver através desse olhar me inspira a chegar lá! Eu amo vocês mais que tudo nesse mundo!

Agradeço também aos meus entrevistados, por confiarem em mim e estabelecerem um diálogo tão sincero, ainda que íntimo. Espero que essa dissertação faça jus ao material que vocês me forneceram.

Por fim, agradeço de forma especial e emocionada ao meu companheiro Eduardo Vieira. Obrigada por dar sentido à noção de "companheiro" e de concretizar-se como tal de forma tão generosa, profunda e abundante. Obrigada por se tornar minha família, por ser meu alicerce em dias difíceis e meu elã vital em todos os outros. Obrigada por usar fone de ouvido nas manhãs e tardes de estudo, por me viciar em café e, principalmente, por acreditar em mim acima de qualquer coisa! Nada no mundo vai expressar a importância disso para mim, como pessoa e como profissional. Espero ser para você esse tanto que você é pra mim.

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória. (GALEANO, 1989, p. 110)

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise do processo de produção de notícias sobre o Movimento Ocupe Estelita a partir do material discursivo resultante de entrevistas semi-estruturadas realizadas com jornalistas que participaram, direta ou indiretamente, da cobertura em questão. Fundamentado no conceito de *campo* de Pierre Bourdieu, o campo jornalístico pernambucano é abordado a partir dos três maiores jornais impressos do Estado, quais sejam o Diário de Pernambuco, a Folha de Pernambuco e o Jornal do Commercio. Este trabalho se identifica dentro do que Mauro Wolf (1987) chamou de “sociologia dos emissores”, que busca abordar a produção de notícias sob a ótica das características sociológicas e culturais, bem como dos processos de socialização dos jornalistas em questão (emissores), buscando identificar fatores externos à organização do trabalho que influenciam os processos produtivos dos comunicadores (WOLF, 2001). A análise do material discursivo coletado no *corpus* foi feita a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), e aponta para a existência de movimentos censórios dentro das redações, que são externados de formas distintas e sofisticadas, tendo como consequência última a internalização dessa censura, o que leva à autocensura dos jornalistas. Além disso, são evidenciadas situações onde ocorre manipulação do texto noticioso produzido por estes profissionais. Sendo o campo jornalístico um importante campo de disputas simbólicas e de poder, procura-se evidenciar que os grupos de pressão que atuam na sociedade também se fazem fortemente presentes nos bastidores da produção de notícias.

Palavras-chave: Mídia. Poder. Censura. Autocensura. Manipulação. Movimento Ocupe Estelita.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the process of producing news about the Occupy Estelita Movement from the discursive material that resulted from semi-structured interviews with journalists who participated, directly or indirectly, of the coverage in question. Based on Pierre Bourdieu's field concept, the journalistic field from Pernambuco is approached from the three largest printed newspapers in the State, which are: *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* and *Jornal do Commercio*. This work identifies itself in what Mauro Wolf (1987) called "sociology of the emitters", which seeks to approach the production of news from a sociological and cultural perspective, considering also the socialization processes of the journalists in question, seeking to identify factors external to the work organization that influence the productive processes of the communicators (WOLF, 2001). The analysis of the discursive material collected in the corpus was based on Content Analysis (BARDIN, 2011), and points to the existence of censorial movements within the newsroom, which are externalized in different and sophisticated ways, whereupon the ultimate consequence is internalizing this censorship, which leads to journalists' self-censorship. Moreover, his work evidences situations where manipulation of news text produced by these professionals occurs. Since the journalistic field is an important field of symbolic and power disputes, it is evident that the so called pressure groups that operate in society are also strongly present behind the scenes of news production.

Keywords: Media. Power. Censorship. Self-censorship. Manipulation. Occupy Estelita Movement.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	TEORIA: CHAVES DE LEITURA PARA A ANÁLISE	14
2.1	A palavra como símbolo e o diálogo como construção	14
2.2	Entendendo o poder simbólico.....	21
2.3	A importância do campo	23
2.4	O campo jornalístico, o campo econômico e o campo político: três esferas de poder em interferência.....	25
2.5	O baixo grau de autonomia do campo jornalístico.....	26
2.6	Liberdade de expressão <i>versus</i> liberdade de imprensa	27
2.6.1	<i>A quem compete a liberdade de imprensa?</i>	32
2.7	Qual o papel do jornalista? Apontamentos de algumas teorias do jornalismo ..	34
2.7.1	<i>O jornalista como gatekeeper</i>	35
2.7.2	<i>Nem tanto, nem tão pouco: a proposta da teoria organizacional</i>	36
3	TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO CAIS	39
3.1	O fator propulsor: conhecendo o projeto Novo Recife	39
3.2	Irregularidades no processo e disputas judiciais	40
3.3	O fator decorrente: conhecendo o movimento Ocupe Estelita.....	42
3.4	Contextualizando o campo jornalístico pernambucano	46
3.4.1	<i>Veículos: os principais atores do campo</i>	46
3.4.2	<i>O Jornal do Commercio</i>	47
3.4.3	<i>O Diario de Pernambuco</i>	48
3.4.4	<i>A Folha de Pernambuco</i>	49
3.5	Uma análise do discurso de dois jornais sobre o projeto Novo Recife.....	50

3.6	Apresentando as estratégias de pesquisa.....	52
3.7	Conhecendo os entrevistados	54
3.8	Compreendendo as escolhas metodológicas	54
3.9	O processo de categorização	56
3.10	Por quê falar em jornal?	57
4	“NA PRÁTICA, A TEORIA É OUTRA”: APONTAMENTOS DA ANÁLISE DO CORPUS.....	61
4.1	Teoria versus prática jornalística	61
4.2	Condições de trabalho	64
4.3	Não lugar: manifestante versus jornalista versus jornal.....	68
4.3.1	<i>“O jornalista não é o jornal”</i>	69
4.3.2	<i>“O jornalista não é o movimento”</i>	72
4.4	A Censura.....	77
4.4.1	<i>A cesura expressa: consequências da falha da censura preventiva</i>	77
4.4.2	<i>Como se comunica a censura: “Era uma censura explícita... E nervosa”</i>	82
4.5	A autocensura: “Ou você está ali naquela condição, ou você não está”	85
4.6	Quem dita o interdito? A relação com os anunciantes	91
5	QUANDO A CENSURA NÃO BASTA.....	98
5.1	Manipulação redacional	99
5.1.1	<i>“Manifestante”</i> : termo em disputa	103
5.1.2	<i>Enquadramento</i>	105
5.2	Manipulação de formatação	108
5.2.1	<i>Disposição da matéria</i>	109
5.2.2	<i>A produção de silêncios</i>	111
5.3	Táticas de subversão	116
5.3.1	<i>Quando a pauta passa pelo “filtro”</i>	117

5.3.2	<i>A tática da escolha das palavras</i>	121
5.3.3	<i>“To sign or not to sign”</i>	123
5.4	Apontamentos finais sobre a análise	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICE A - TABELA DE INFORMAÇÕES SOBRE ENTREVISTADOS	137

1 INTRODUÇÃO

A partir dos eventos atípicos acarretados pela perspectiva de construção de um megaempreendimento da construção civil no centro histórico do Recife e suas consequências, este trabalho se presta à análise da cobertura dos três maiores jornais impressos pernambucanos sobre o caso. Para isso, foram feitas nove entrevistas semiestruturadas e em profundidade com jornalistas que atuaram direta ou indiretamente nesta cobertura, buscando apreender detalhes internos à lógica de produção dos veículos.

A importância de se estudar os bastidores da produção de notícia foi salientada por Wolf (1987), que intitulou essa linha de estudos de “sociologia dos emissores”, a qual, segundo o autor, se encontrava na época da sua obra “Teorias da Comunicação” entre a “*consolidação da centralidade social dos mass media e a mudança lenta e não definitiva da teoria comunicativa*” (Idem, p. 78). Ainda que estejamos em outro momento histórico, onde a mídia de massa passou por uma fase de consolidação e se encontra possivelmente num momento de reformulação, ao menos no posto de vista do jornalismo impresso, que se encontra em um período de mudança estrutural (PEREIRA & ADGHIRNI, 2011), a importância de tais estudos devem ser considerados, e serão abordados aqui a partir do conceito de campo bourdieusiano. Os estudos dos emissores se desenvolveram em duas abordagens distintas e complementares caracterizadas por Wolf: a primeira abordagem é ligada à sociologia das profissões, e se presta a estudar os “*emissores sob o ponto de vista das suas características sociológicas, culturais, dos standards de carreira que eles seguem, dos processos de socialização a que estão sujeitos, etc.*” (Idem, p. 79). Ainda segundo o autor, “*Nesta perspectiva, portanto, são estudados certos fatores ‘exteriores’ à organização do trabalho, que influenciam os processos produtivos dos comunicadores*” (Idem).

A segunda abordagem, com a qual o presente estudo se identifica, constitui-se de estudos que “*analisam a lógica dos processos pelos quais a comunicação de massa é produzida e o tipo de organização do trabalho dentro da qual se efetua a construção das mensagens*” (Idem, p. 80). A importância destas determinações se dá pelo fato de que, em sua complexidade, são decisivas ao conteúdo produzido, como vai ser mostrado adiante neste trabalho.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo se dedica a estabelecer o panorama teórico a partir do qual a análise foi pensada, trazendo conceitos e desenvolvendo-os com o propósito de embasar a discussão e possibilitar a melhor leitura possível dos capítulos de análise. Apesar disso, é importante pontuar que algumas

considerações teóricas também aparecerão durante o capítulo de análise, com o objetivo de tornar a compreensão mais fluida e interessante.

O segundo capítulo está dividido em duas partes: a primeira parte, dedicada à contextualização, traz as informações necessárias para a compreensão do contexto a partir do qual o objeto deste estudo se apresenta. Considerando que este estudo partiu da análise pontual de um episódio-chave, cuja cobertura foi analisada com o objetivo de desvelar os bastidores da lógica produtiva nos jornais, torna-se essencial compreender à fundo a temática da cobertura analisada: o Movimento Ocupe Estelita. Por isso, na sessão de contextualização do capítulo dois são abordados tanto o fator propulsor do Movimento, o projeto Novo Recife, quanto o Ocupe Estelita em si, dando um panorama geral de todas as particularidades do seu longo processo judicial. A segunda parte do capítulo dois é voltada para a apresentação do contexto do campo jornalístico pernambucano, abordando, neste ínterim, as estratégias de pesquisa adotadas neste trabalho.

O terceiro e o quarto capítulo são voltados para análise do material discursivo das entrevistas, resultante das nove entrevistas semi-estruturadas realizadas com profissionais dos três jornais pesquisados que estiveram envolvidos com a cobertura sobre o Movimento Ocupe Estelita. Tendo como base a Análise de Conteúdo, os capítulos foram separados em tópicos agrupados conforme seus núcleos de sentido, que indicam as categorias endêmicas ao processo de análise e suas respectivas subcategorias.

2 TEORIA: CHAVES DE LEITURA PARA A ANÁLISE

O primeiro capítulo desta dissertação se prestará a fornecer as chaves de leitura necessárias para a análise do *corpus*, através da exposição do embasamento teórico que norteia a discussão. Neste primeiro momento serão abordados desde as primeiras considerações acerca da palavra como símbolo dotado de ideologia até a reflexão sobre os limites da liberdade de proferi-la ou publicá-la.

2.1 A palavra como símbolo e o diálogo como construção

A necessidade de comunicar-se é tão elementar quanto a própria noção de coletividade e conscientização da existência em sociedade. Esta afirmativa vai de acordo com Marx e Engels ao afirmarem que “a linguagem é tão antiga quanto a consciência” (MARX, ENGELS, 2005, p.57) e demonstra como a materialização e, conseqüentemente a execução da linguagem tem em sua gênese a elementar necessidade dos indivíduos de interagir entre si. O que pode ser visto como a circunstância mais básica à comunicação vem, desde então, se complexificando e se multifacetando com o passar dos séculos, e a enorme miscelânea de disputas e contradições que a compõem evidencia a sua posição central não apenas à socialização humana, mas sobretudo à disputa por hegemonia. Segundo apontam alguns autores como Wolton (2004) e Gomes (2007), o advento da modernidade resultou num grande paradoxo à comunicação; enquanto tinha em sua origem a necessidade de interação, passou-se a observar a sua faceta paradoxal, servindo, neste sentido, para revelar o que *afasta* os homens (WOLTON, 2004, p. 37), dispondo de mecanismos de silenciamento às “comunicações” adversas. Desta forma, “o ideal de encontro com o outro (individual ou coletivo), através da interação, confronta-se com o projeto de expansão e dominação” (GOMES, 2007, p. 26).

Tal projeto de dominação se configura, de forma mais concreta, como uma verdadeira disputa de poder que envolve as possibilidades de controle da comunicação, visto que isso se mostra uma estratégia efetiva para a dominação, como explicita Castells:

(...) se a batalha fundamental pela definição das normas da sociedade e a aplicação dessas normas no cotidiano girar em torno da formação da mente humana, a comunicação é essencial para essa batalha, pois é por meio da comunicação que a mente humana interage com o seu ambiente social e natural (...) O processo de comunicação definitivamente medeia a forma pela qual as relações de poder são construídas e desafiadas em todas as áreas de prática social, inclusive na prática política. (CASTELLS, 2015, p. 21/22).

O autor, ao longo da sua obra, constrói solidamente o argumento que relaciona a tomada de poder ou o processo de dominação ao potencial da comunicação, e defende a tese de que o

poder, na configuração da sociedade contemporânea, está fundamentado no controle da comunicação e da informação.

A tese de Castells, que será mais aprofundada posteriormente, teve como base teórica estudos anteriores sobre a filosofia da linguagem de Bakhtin, que, embora sejam relativamente datados, lançaram bases firmes para o argumento da centralidade da palavra para a vida social. Segundo o autor russo, a palavra é o instrumento máximo da linguagem, através do qual a comunicação se faz a partir do momento em que a palavra se torna práxis e anuncia o que, num momento anterior, se limitava apenas à reflexão individual. Neste caso, se há outro indivíduo, inicia-se o diálogo, que para Bakhtin é a base da comunicação. Seguindo essa lógica, a noção de comunicação como práxis só é possível quando há um interlocutor, o que pode ser chamado também de *comunicação dialógica*¹, conceito usualmente utilizado para se referir-se à concepção de Paulo Freire sobre a comunicação.

Freire afirma que “*a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados*” (FREIRE, 2002, p.69), e ainda que o autor se refira à comunicação interpessoal, é possível estender essa mesma lógica para esferas mais amplas. A comunicação, para o autor, seria portanto um processo entre dois sujeitos ativos que exercem uma *troca* de conteúdos, e não um processo onde um sujeito ativo atua como detentor do conhecimento e/ou da verdade e transmite o conteúdo a um outro sujeito passivo, que o assimila. A lógica da comunicação dialógica é completamente controversa à lógica do discurso extensionista, presente na tradição “difusionista” norte-americana em meados da década de 1970. Dito isto, não é difícil perceber que o conceito de comunicação desenvolvido por Freire vai além da pura e simples conceitualização, sendo, na verdade, uma sugestão de novo modelo de vida social em última instância. Nas palavras de Gomes (2007, p. 29), o paradigma da comunicação de Freire compreende

(...) o ato de comunicar-se como um processo de diálogo entre dois sujeitos e não um monólogo, um contato entre um sujeito ativo e outro coisificado. É entendendo que a palavra, estruturadora maior do diálogo, por sua vez alma na comunicação, não pode ser proibida, silenciada, senão proferida por todos os seres humanos. A negação da comunicação é uma experiência de aprisionamento. O ser isolado morre, atrofia, deixa de existir socialmente.

Segundo o autor, se há rompimento da reciprocidade que caracteriza a comunicação, rompe-se o diálogo e a ação não mais existe; como afirma em outro texto, “*o verdadeiro ato de conhecer*

¹ A noção de comunicação ou método dialógico de Freire tem bases na definição de diálogo de Karl Jaspers (1963).

é sempre um ato de engajamento” (apud LIMA, 2015, p.41). Os escritos de Freire foram marcados pela sua visão da natureza humana como dotada de certa “vocação ontológica”, que confere aos indivíduos o papel de sujeito ativo e consciente, com capacidade criativa e de intervenção na realidade. A partir deste ponto de partida, fundamentado na influência da filosofia existencialista na obra de Freire, o autor aloca a comunicação como uma categoria central em sua teoria educacional, bem como nas implicações políticas do seu pensamento (LIMA, 2015, p. 37), justamente porque *“sugere que a comunicação/diálogo não apenas supõe coparticipação e reciprocidade, mas acima de tudo constitui um processos significativo que é compartilhado por sujeitos iguais entre si numa relação também de igualdade”* (Idem, p. 41). Em outras palavras, Freire atenta para o fato de que a comunicação deve também ser vivida para além da sua dimensão social, mas em sua dimensão política.

A dimensão política da comunicação é abordada mais especificamente na obra “Pedagogia do Oprimido”, onde o autor constrói o argumento que relaciona a importância da palavra e, notadamente, do diálogo, para a *práxis*. Em contrapartida, discorre sobre a importância do direito à voz para que o indivíduo possa ser sujeito de suas próprias ações, e que o direito a pronunciar a sua palavra tem em si uma dimensão central no processo libertador. Como bem colocado por Lima (Idem, p.50): “a liberdade não antecede à política, mas se constrói a partir dela”. Paulo Freire, portanto, mostra-se longe de ter seus conceitos esgotados, e traz um grande potencial analítico para as análises de comunicação e suas consequências sociais ainda hoje. Dito isto, algumas de suas ideias voltarão a ser abordadas neste trabalho, marcando uma sólida base teórica para a ideia de comunicação como direito humano fundamental. Atualmente o trabalho de Freire assume, nas discussões sobre comunicação, o importante posto de “ideal normativo” ou um parâmetro a partir do qual algumas críticas do estado atual da comunicação midiática se baseiam.

A visão humanista freiriana da comunicação dialoga, portanto, com as mudanças do uso da linguagem para a comunicação ao longo da história da humanidade, que ganhou um propósito marcadamente mercadológico com o advento da imprensa, que evoluiu dos pilares de uma comunicação interpessoal para um produto. Como pontua Signates (in: TEMER, 2011, p. 79), a emergência do capitalismo moderno “transformou o ‘publicar’, o ‘tornar público’ em uma atividade empresarial e profissional”, mudando o cerne da comunicação de competência geral e inerente às sociedades para uma institucionalização sistemática, ao surgir a figura do comunicador e a empresa de comunicação como negócio. O autor explica que a partir desta institucionalização decorrem duas novas práticas: a industrialização da atividade, que transforma a despreziosa expressão humana em mercadoria, e a ritualização dos processos,

onde prevalece um conjunto de técnicas específicas e saberes especializados de um profissional considerado qualificado para tal. Numa interpretação pós-habermasiana embasada na sua teoria dual de sociedade, a prática da comunicação descola-se desse mundo e converte-se em operador sistêmico (Idem), dado que é a partir de uma diferenciação específica no mundo da vida que surgem os sistemas de poder, a partir dos quais os meios de comunicação se convertem em mecanismos de controle. Em termos práticos, surge o que hoje é conhecido como a indústria da comunicação, com suas inúmeras empresas e conglomerados que compreendem desde a coleta de informações até a sua publicação. A comunicação então deixou de ser apenas dialógica, e seus usos transformaram-se também em um “mecanismo de controle a serviço dos sistemas institucionais que operam pela linguagem, ou melhor dizendo, as instituições de poder simbólico” (SIGNATES in: TEMER, 2011, p. 80), e são justamente tais instituições de poder simbólico que Gomes definiu acima como instrumentos no projeto de expansão e dominação.

O termo “poder simbólico” que se refere à linguagem bourdieusiana inculca a noção de que a transformação da linguagem aplicada à criação e produção de vínculos sociais em mercadoria presume, ao menos, uma manifesta diferença em relação aos demais bens negociáveis². A mercantilização da palavra difere marcadamente da mercantilização dos demais bens de consumo à medida em que se compreende a palavra como símbolo dotado de ideologia, como sugere Bakhtin. Seguindo esta lógica, o consumo dos produtos midiáticos vai muito além da simples aquisição do tangível, mas opera no abstrato das construções subjetivas. Para compreender melhor essa relação é necessário abordar, ainda que rapidamente, o conceito de ideologia desenvolvido por Gramsci, a partir da noção de palavra como símbolo ideológico de Bakhtin. Consoante com o explanado em um trabalho anterior:

Para Gramsci, é através da comunicação que são formadas e transformadas as ideologias, que influenciam ética e politicamente no processo histórico. Segundo o autor, é através da ideologia que ‘os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.’ (GRAMSCI, 1999, v1, p 237 apud MELO, 2016, p. 21), ou seja, podemos compreender que é a partir da ideologia que as subjetividades e opiniões coletivas são construídas. (MELO, 2016, p. 21)

A produção Gramsciana ganhou destaque também pelas suas contribuições para diversos ramos do conhecimento, que embora bastante variadas tinham como cerne a questão das relações de poder. Muito do seu legado conceitual, incluindo notadamente o conceito de ideologia, foi incorporado como essencial à literatura de temas como a comunicação social, ainda que não

² É importante ressaltar que a noção de *poder simbólico* não foi desenvolvida por Bourdieu a partir da questão da mercantilização, mas sim para articular termos de dominação. Neste trecho é sugerida uma apropriação do termo bourdieusiano para problematizar o consumo de produtos midiáticos.

fosse oficialmente um ramo de estudos consolidado nos centros acadêmicos. Isto porque para o autor, a comunicação tinha uma forte ligação com a questão política, e, conseqüentemente, com as relações assimétricas de poder.

Seguindo esta linha de reflexão, fica claro o porquê de Gramsci abordar de forma íntima a discussão tradicionalmente marxista sobre a hegemonia, visto que, parafraseando o autor, a hegemonia seria a liderança intelectual e moral de um grupo social específico sobre a sociedade como um todo (GRAMSCI, 1988, p. 423). Desta forma é possível compreender o forte elo entre a noção de ideologia e o processo comunicacional, afinal:

(...) é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas. (COUTINHO, 2008, p. 44)

Sendo assim, o consumo dos produtos midiáticos se diferencia dos demais justamente por conter forte carga ideológica, o que tem influência direta na forma como os indivíduos constroem sua visão de mundo -muito embora se trate de influência, e não transferência da visão de mundo dos veículos. Nas palavras do próprio Gramsci, “*é no terreno das ideologias (...) que se dá a constituição das subjetividades coletivas*” (GRAMSCI, 1999, v1, p. 44). Os poucos anos de vida de Gramsci e seu contexto de cárcere acabaram limitando a sua produção, apesar da mesma ser extremamente sólida, especialmente consideradas as conjunturas. Os escritos do italiano sobre linguística, teoria política, entre outros, reverberaram no campo das ciências humanas por décadas, e ainda são fundamentos para a construção de novos argumentos. Assim aconteceu também com o seu conceito de ideologia, revisitado e contextualizado para a comunicação de massa a partir de Thompson (1998, 2005).

A noção de ideologia do autor italiano forma-se a partir da forma característica que o autor entende a cultura. Como trazido por Miceli na introdução à versão brasileira de “A Economia das Trocas Simbólicas”, livro marcante que compila textos de Bourdieu, há nas origens do pensamento social duas concepções diferentes de tratar a realidade social no que tange a questão do simbolismo, que são comumente relacionados ao conceito mais abrangente de cultura (MICELI, 1974). Miceli fundamenta em Bourdieu a divisão entre estas duas posturas: a primeira, compartilhada por Kant, Durkheim, Lévi-Strauss, tem a cultura e todos os sistemas simbólicos como “*instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo*” (Idem, p.8), relacionada à teoria da integração durkheimiana. A seguinte concepção de

cultura, compartilhada por autores como Marx e Weber, referida por Miceli como tradição materialista, tem a cultura como um instrumento de poder; concepção esta que

(...) salienta o caráter alegórico dos sistemas simbólicos numa tentativa de apreender tanto seu caráter organizacional próprio (...) como as determinações que sofre por parte das condições de existência econômica e política e a contribuição singular que tais sistemas trazem para a reprodução e a transformação da estrutura social. (Idem, p.9)

Diante destas duas concepções sobre cultura fica bastante claro que o pensamento de Gramsci parte da segunda, e que os estudos sobre a ideologia têm como base a noção de cultura como instrumento de poder. Bourdieu ressalta a importância do conhecimento profundo sobre a eficácia própria dos símbolos para a superação desta visão, para compreender a forma como os símbolos se manifestam como um *poder externo*, tido para o autor como necessariamente *político* (Idem, p. 11). Isto porque:

(...) A valorização da dimensão simbólica ou ideológica dos processos sociais liga-se seja a uma ênfase quanto às determinações específicas do sistema de dominação (como nos casos de Weber e Gramsci), seja a um privilegiamento excessivo dos modos pelos quais o agente ordena a realidade que o envolve. (MICELI, 1974, p. 11)

Miceli explica que a concepção de Bourdieu não se encaixa em nenhum dos dois extremos, embora se distancie marcadamente da visão consensual de Durkheim, que, como ele mesmo explica, considera a cultura como *estrutura estruturada* mas peca ao ignorar seu caráter *estruturante*. Bourdieu então faz um esforço no sentido de conceber uma concepção teórica que seja capaz de “*revelar as condições materiais e institucionais que presidem à criação e à transformação de aparelhos de produção simbólica cujos bens deixam de ser vistos como meros instrumentos de comunicação e/ou de conhecimento*” (Idem, p.12). O sociólogo francês tenta, portanto, fazer bem mais que uma versão alternativa que tenda ao centro do debate: ele sugere uma ampliação do conhecimento sobre a organização da lógica dos sistemas simbólicos, ressaltando que a eficácia deste mesmo “*reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais*” (Idem, p. 14), querendo enfatizar a função ideológica e política dos sistemas simbólicos, que legitimam “*uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente*” (Idem). Seguindo esta lógica, o autor se recusa a considerar o agente social como mero *suporte de estruturas*, mas não o considera fora dela. Isso porque:

(...) enquanto estrutura estruturada, ela (a cultura) reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevalescentes que, enquanto estrutura estruturante (como uma

problemática), a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, desarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes. (BOURDIEU, 1971, p. 255-256)

Desta forma, o autor demonstra como é indispensável a análise aprofundada dos sistemas simbólicos para compreender como eles, ou, de forma mais branda, a cultura, reproduz ou mantém as relações de poder vigentes. Em outras palavras, Bourdieu afirma que, justamente pelo fato da cultura ser, em sua visão, integrativa, é que ela pode se prestar à dominação. Miceli introduz também a noção dos *aparelhos de produção simbólica*, que vai ser desenvolvida por Bourdieu ao longo do livro. Segundo o autor francês, são nestes aparelhos que se constituem as linguagens e representações culturais e “*por meio dos quais a própria cultura ganha uma realidade própria*” (MICELI, 1974, p. 13). Apesar de não ser utilizada nestes termos no contexto bourdieusiano, um grande exemplo de aparelho de construção simbólica é a mídia, ou os meios de comunicação de massa, através dos quais a ideologia, para utilizar o termo gramsciano, é propagada, cumprindo a sua “*função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação*” (Idem, p. 16).

Como dito acima, Bourdieu não se utilizou dos termos de comunicação para pensar os aparelhos de produção simbólica, porém esta ideia foi bem explorada por Thompson, que defende que, com o advento dos meios de comunicação de massa, estes tornaram-se os principais veículo através dos quais as formas simbólicas da ideologia são propagadas, e explica que com esta nova configuração mais abrangente, o seu raio de operação foi significativamente ampliado. Outra questão que, para Bourdieu é o cerne da questão, é a tendência de que “*os aparatos técnicos e institucionais estejam concentrados em pouquíssimos grupos sociais ou indivíduos em posição hegemônica*” (MELO, 2016, p. 22), tendência esta que está fortemente enraizada nas empresas de comunicação do Brasil, como detalhadamente demonstra Venício Lima (2011).

Thompson abordou a questão da propagação da ideologia apresentando como principal instrumento os meios de comunicação de massa -ou a *mass media*- tendo como plano de fundo a estrutura conceitual weberiana, nos termos de uma sociologia das instituições. O autor inglês, ao desenvolver a sua teoria social da mídia (2005), dialoga com Bourdieu que, embora disponha de um repertório conceitual particular, traz à tona o que é hoje conhecido como a sociologia do poder simbólico (BOURDIEU, 2005), que em muito contribuiu para os estudos de mídia. Embora ambos os autores se aproximem nesta discussão pontual, fica claro que as suas sustentações teóricas diferem no decorrer da argumentação. Pierre Bourdieu abordou com

fundamentos sociológicos -muitos dos quais oriundos de Habermas e, conseqüentemente de Marx- e de forma bastante robusta a forma como o conceito de poder está relacionado à linguagem, desenvolvendo a partir desses estudos o conceito de poder simbólico³. Tal conceito se aproxima bastante da noção de ideologia de Thompson, que até chegou a desenvolver sua própria definição emprestando de Bourdieu⁴ para refinar a análise do campo da comunicação, respaldando-se no conceito mais amplo cunhado pelo sociólogo de poder simbólico, que tange inúmeras outras questões além da comunicacional. Para o autor inglês, o poder simbólico é tido como a “*capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças dos outros e de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas*” (THOMPSON, 2002, p. 131), e o mesmo é tido como necessário para a conquista e manutenção do poder político, visto que a utilização do poder simbólico é o que sustentaria a sua legitimidade. A proposta deste trabalho é seguir com a argumentação bourdieusiana para compreender parte dos fenômenos estudados, partindo do pressuposto que a contribuição de Thompson para a análise de mídia já fora abordada em trabalhos anteriores⁵. Além disso, esta escolha metodológica foi feita por entender que a alternativa bourdieusiana trata de forma menos manipulacionista e mais dinâmica, dando margem a uma análise mais rica que trate das tensões geradas nos processos de dominação no interior das redações.

2.2 Entendendo o poder simbólico

A compreensão da noção bourdieusiana de poder simbólico é fundamental para o argumento central desta dissertação, em razão disto será feito um esforço no sentido de esclarece-la. Antes de tudo é importante ter em mente que este conceito contribui para a compreensão das relações de dominação em um nível notório e bastante refinado, e que este é o elo principal entre o mesmo e a discussão sobre a mídia feita neste trabalho. A sua definição mais geral, trazida em poucas palavras no início do seu livro que tem o mesmo nome do conceito, afirma que se trata do “*poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem*” (BOURDIEU,

³ Sobre os estudos de Bourdieu relacionados à linguagem e poder, ver: Pierre Bourdieu: Mercados Lingüísticos e poder simbólico, de Lirácio Júnior, 2017.

⁴ Thompson (2002) desenvolve uma caracterização das formas de poder na sociedade, utilizando como exemplo algumas instituições típicas ou paradigmáticas. As quatro formas de poder caracterizadas pelo autor e suas instituições típicas são: o poder econômico (empresa), o poder político (Estado), o poder coercitivo (militar) e o poder simbólico, tendo como recurso os meios de comunicação e informação, tendo como instituições paradigmáticas a igreja, a escola e a mídia.

⁵ Ver “Mídia, Discurso e Poder: Uma análise crítica da cobertura de dois jornais pernambucanos sobre as disputas em torno do Cais José Estelita”, Rebecca Portela Melo, 2016.

2000, p. 7-8). A dimensão simbólica, portanto, relaciona-se à ideia de intangibilidade, o que a diferencia das formas “comuns” de operar o poder; assim seria, por exemplo, o resultado de poder aplicado para a dimensão concreta/tangível de um indivíduo para o outro. A complexidade do conceito de poder simbólico vem justamente do fato de desvincular-se de um fundamento notadamente materialista, onde os bens simbólicos, tais quais a linguagem, são tidos como suprimidos de qualquer capacidade coercitiva. O sugerido por Bourdieu é o caminho inverso, o de conferir legitimidade aos bens simbólicos, a exemplo a ser considerado neste contexto: a palavra. O poder simbólico, portanto, seria então mobilizado através de sistemas simbólicos, tais quais a arte, a religião e a linguagem, e tais sistemas são responsáveis por produções simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação.

A concepção acima exposta pouco tem de simples quando aplicada à realidade social; o mecanismo de dominação abordado por Bourdieu é bastante sutil. Porém é fato que, assim como afirma Wright Mills (1966), o que torna possível que qualquer poder se exerça vai muito além do simples poder; devem ser consideradas também a coerção, a autoridade e a manipulação. Em outras palavras, um poder só pode ser exercido quando há certa “cumplicidade ativa” por parte dos que se submetem, conferindo assim a sua legitimidade. Isso ocorre, como bem explica Fernández (2012:20, tradução nossa) porque o poder simbólico:

(...) promove a identificação de uma porção dos agentes sociais dominados com as construções conceituais dos dominadores, e faz com que o ponto de vista particular dos dominadores torne-se o posicionamento expandido em todo o tecido social, possibilitando a criação o contexto em que as diferentes classes estarão imersas na luta por alcançar o ‘monopólio da violência simbólica legítima’.

Fernández torna explícita a relação de dependência do poder simbólico em relação aos indivíduos que, consciente ou inconscientemente, o assimilam. Visto que tal assimilação visa a dominação de um grupo em relação a outro, é possível chegar ao conceito de violência simbólica, abordado aqui mais especificamente no que tange a comunicação. A noção de violência simbólica torna-se, portanto, essencial a uma avaliação crítica do campo comunicacional, pois, como afirma Martin Barbero (2008, p. 45): “*Pensar la política desde la comunicación significa poner en primer plano los ingredientes simbólicos e imaginarios presentes en el proceso de formación del poder*”. Desta forma, os conceitos de poder simbólico e, conseqüentemente o de violência simbólica torna-se um importante recurso para a compreensão da dimensão política da comunicação de massa, visto que esta é um massivo instrumento de difusão de poder simbólico e que seu papel é o de legitimar a dominação. A violência simbólica então opera onde o poder coercitivo não pode se estender, aparecendo aos

dominadores como uma alternativa à violência visível, atuando em termos ideológicos e subjetivos. Um exemplo disto é o poder político, cuja autoridade é legitimada através de formas de coerção e formas simbólicas, sendo estas últimas mais efetivas para encobrir as relações de força presentes na sua atuação.

No caso do campo jornalístico, a legitimidade é garantida a partir do reconhecimento que os leitores têm da autenticidade da mídia na produção de notícias. A partir do recurso da informação, os meios de comunicação elaboram todo um universo simbólico, gozando da sua posição de possível pioneiro à hierarquia da experiência humana, levando em conta que é através da mídia que os indivíduos primeiro consomem informações. Neste contexto, “*a dimensão humana, política, social e cultural da (...) comunicação é submetida à dimensão comercial/mercadológica, técnica/instrumental*” (GOMES, 2007, p. 57), afastando-se definitivamente do ideal de comunicação proposto por Freire e incorporando-se de forma indissociável do campo econômico.

2.3 A importância do campo

A utilização do termo “campo” não pode ser feita de forma arbitrária, especialmente quando se assume um compromisso com as contribuições teóricas de Bourdieu. A esfera da comunicação que tange o jornalismo é tida aqui como *campo* a partir da noção bourdieusiana amplamente aplicada a diferentes objetos da vida social, a partir da qual este trabalho se debruçará. A saber, o conceito de campo em Bourdieu tenta compreender toda a dinâmica intrínseca à vida social. Nas palavras do autor,

O campo é um campo de forças onde os agentes ocupam posições que determinam estatisticamente seus posicionamentos em relação ao campo, e tais posicionamentos/decisões são feitas para conservar ou transformar a estrutura de relação de forças que constituem o mesmo. (BOURDIEU apud BENSON & NEVEU, 2005, p.12, tradução nossa).

A noção de campo aparece como um esforço feito por Bourdieu de aproximar-se do mundo empírico ao usar um campo de forças físicas como exemplo de um campo, tendo em si uma relação simultânea de continuidades e rupturas; isso porque os agentes, ao mesmo tempo, reagem às estruturas e as constroem, em outras palavras eles são simultaneamente coibidos pelas forças do campo e ainda assim agem sobre elas. Esta é a resposta da teoria de campo bourdieusiana para à velha questão antagônica da sociologia que opõe a estrutura e a agência. No campo, portanto, há espaço para ambos: uma esfera estruturada de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e obtenção de determinados postos. Embora a definição seja um tanto geral e Bourdieu reitera sempre que possível o quão inadequada será a

tentativa de definir este conceito, seus pormenores são aplicáveis à realidade de campos totalmente distintos (justamente pelo autor sugerir que tal conceito seja utilizado como ferramenta de pesquisa), do campo científico ao campo religioso, por exemplo, pois têm como característica essencial a existência de mecanismos próprios a cada um, baseados em propriedades que lhes são particulares. Ainda assim, tais “microcosmos autônomos no interior da vida social”⁶, embora tenham suas próprias regras (que são compartilhadas entre os agentes no interior do campo), têm em comum a busca (individual ou de grupo) pelo monopólio da autoridade, que lhe concede o poder de ditar (manter ou mudar) as regras do campo (ver Bourdieu, 1984, p.114).

A utilização do conceito de campo aplicado ao campo jornalístico certamente não foi o foco das análises de Bourdieu, embora, assim como em outros temas, o autor tenha produzido uma breve análise, como é possível ler em seu artigo *The Political field, the Social Science field and the Journalistic field* (In: BENSON & NEVEU, 2005). Neste texto, Bourdieu afirma que no campo jornalístico a luta pelo controle legítimo sobre as categorias de percepção (BOURDIEU *apud* BENSON & NEVEU, 2005 p.37) e, conseqüentemente, a acumulação de poder simbólico é mais explícita através das disputas internas e externas dos jornais pelo poder de construção de um discurso hegemônico; tais disputas acontecem frequentemente dentro das redações dos jornais, bem como entre um jornal e outro.

Nas palavras de Castells, citado no começo deste texto, aí residem as tensões multilaterais que conferem o poder à comunicação e que garantem que a manutenção do mesmo dependa necessariamente do controle da comunicação (CASTELLS, 2015, p. 21). Utilizando-me dos termos de Gomes (2007) supracitados, é neste contexto que o ideal freiriano de comunicação dialógica se depara com o projeto de dominação e expansão, utilizando-se da violência simbólica para fazer-se legítimo. Em termos práticos, é neste quadro que o campo jornalístico sofre interferência direta dos demais campos sociais, o que Bourdieu define não como uma intervenção pacífica, mas como uma relação de troca.

O interesse no campo jornalístico carrega uma dupla função essencial ao meu papel como cientista social: envolve uma função civil de prestação de contas e relativo monitoramento em relação aos objetos ideológicos veiculados pelo mesmo -dado que a sua produção envolve um forte poder simbólico-, além disso, como bem ressaltou Bourdieu (Idem, p. 41), o campo jornalístico se encontra cada vez mais numa posição relacional perigosa entre os campos da economia e da política, relação esta de subordinação aos limites dos outros

⁶ Ver Thiry-Cherques, 2006.

campos –dada a sua baixa autonomia, que será comentada posteriormente-. Em outras palavras, o peso do campo econômico no interior deste campo vem crescendo de forma exponencial, assim como o peso destes supracitados também no campo político e o resultado desta relação entre os campos pode representar discrepâncias graves para o exercício da cidadania, afinal, segundo Bourdieu, “*there’s no democracy without journalists*” (Idem, p. 42).

Além desta função essencial, no âmbito teórico, de acordo com Benson e Neveu (Idem, p.11), o conceito de campo aplicado a pesquisas sobre mídia inaugura uma nova unidade de análise, onde o universo do jornalismo e das organizações midiáticas agem e reagem em relação umas às outras. Desta forma, torna-se possível conceber este campo tanto como espaço que incorpora influências e características dos jornalistas como indivíduos (que diz respeito, por exemplo, ao plano de suas experiências individuais sociais e educacionais), quanto como grupo corporativo que se envolve na luta pela sua identidade profissional.

2.4 O campo jornalístico, o campo econômico e o campo político: três esferas de poder em interferência

Apesar de Bourdieu, nos textos citados acima, estar se referindo a um contexto tempo-espacial diferente, e, mais importante, do fato fundamental às considerações feitas aqui de que a conjuntura midiática no contexto francês responde a certa regulamentação governamental - diferentemente do contexto brasileiro, cuja regulamentação é mais branda-, algumas características entre os quadros são fundamentalmente semelhantes. Primeiramente, o autor afirma que o campo jornalístico, além de ser cada vez mais heterônomo *per se* é cada vez mais dominado pelo seu polo mais heterônomo: o polo comercial (Idem, p.43); desta forma, a mídia fica impossibilitada de exercer o seu papel de “quarto poder”, como alguns indivíduos costumam acreditar (Idem, p.49), dado o claro conflito de interesses. Em face destas colocações, torna-se imprescindível indagar-se: diante da baixa autonomia do campo jornalístico, somado à crescente intervenção sofrida pelo mesmo dos polos da economia e da política (essencialmente mais autônomos que o primeiro), em qual polo a produção jornalística, observada aqui em termos dos três jornais supracitados, presumivelmente se situa: no polo mais independente do poder estatal, do poder político e do poder econômico/comercial ou no polo dos que são mais dependentes destes poderes?

Para promover uma reflexão acerca desta questão, torna-se interessante discorrer mais aproximadamente sobre a relação de dependência frequentemente mútua entre o campo jornalístico e o campo econômico/comercial. O artigo de Patrick Champagne, disposto no livro organizado por Benson & Neveu em que se encontra o artigo de Bourdieu referenciado acima

(“Bourdieu and the journalistic field”, 2005) traz insights interessantes sobre o assunto. Champagne começa seu texto reafirmando a noção da baixa autonomia do campo jornalístico comentada por Bourdieu, considerando a obtenção de tal autonomia uma tarefa impossível ao campo, justamente pela sua relação de dependência com o campo econômico/comercial. De um ponto de vista um pouco menos pessimista, a autonomia deste campo está em constante ameaça, e requer que a mesma seja reconquistada de tempos em tempos. O princípio básico pelo qual isso acontece, segundo o autor, é pelo simples fato de que os empreendimentos jornalísticos se tratam essencialmente de empresas, dirigidas por empresários que, como toda empresa capitalista, depende da obtenção do lucro para a sua conservação. Assim como Champagne coloca:

Nenhuma grande organização ou empresa de notícias pode ser mantida puramente por considerações intelectuais. Competição, urgências, considerações sobre venda e constrangimentos políticos sempre têm um peso considerável na produção e difusão de notícias em diferentes proporções, de acordo com o canal. (CHAMPAGNE, 2005, tradução nossa)

Desta forma, ainda que a mídia não sofra uma censura política claramente expressa (como ocorre em regimes ditatoriais em todo o mundo), existem outras forças igualmente fortes que exercem poder sobre a produção jornalística; na sociedade moderna, mais notadamente aquelas impostas pela urgência acerca da rentabilidade (Idem). Segundo o autor, o fator-chave que equilibra e dá o subsídio econômico para que os jornais atuais sigam produzindo é o espaço destinado à publicidade que, afirma Champagne, chega a cobrir em média mais da metade dos custos fixos. Perante tal dependência, é normal que a empresa jornalística se encontre em uma situação de pressão constante, pois a possibilidade de remoção da verba publicitária por algum anunciante pode desestabilizar completamente o equilíbrio financeiro da empresa.

2.5 O baixo grau de autonomia do campo jornalístico

Como foi visto acima, embora o conceito bourdiesiano de campo pareça conceitualmente integrado, o autor permite certas “brechas” através das quais o mesmo se adapta às especificidades dos diferentes campos a serem considerados. Um dos pontos mais característicos a ser considerado acerca do campo jornalístico é o seu grau de autonomia, que é uma das brechas que permitem caracterizar os campos de forma distinta e ajustada às suas peculiaridades. A partir da noção de interferência abordada acima, compreende-se que uma das características dos campos é ter seu grau de autonomia/heteronomia cambiante; no texto citado anteriormente (2005, p. 33), Bourdieu discorre sobre os campos da política, da sociologia e do jornalismo, sempre comparando-os em relação às suas autonomias. Dado que o campo do

jornalismo tem um baixo grau de autonomia, Bourdieu enfatiza que a compreensão da sua produção textual deve ir além da mera análise contextual superficial, mas deve ser um esforço para considerar a análise de todo o campo em si (ou, como ele se refere, a contextualização do microcosmo jornalístico) para que se possa compreender os efeitos que os indivíduos envolvidos neste microcosmo⁷ exercem uns sobre os outros. Por este motivo, o presente trabalho se presta também a assumir a empreitada sugerida por Bourdieu, ao fazer uma análise do campo jornalístico pernambucano buscando observar para além da simples análise contextual. Como havia sido citado no item anterior, o baixo grau de autonomia do campo jornalístico tem sérias consequências para a democracia, e os capítulos de análise vão tratar diretamente dessas consequências a partir de um episódio significativo da produção de notícias no campo.

2.6 Liberdade de expressão *versus* liberdade de imprensa

Um dos tópicos mais importantes que servirá como chave de leitura da análise feita nos dois últimos capítulos desta dissertação é o debate teórico sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Primeiramente é importante pontuar que, segundo o estudioso da comunicação Venício Lima (2015), este debate sofre uma sutil interdição por parte dos grupos empresariais da mídia dominante, apesar do mesmo ser extremamente necessário para construir a perspectiva do direito à comunicação que tenha como foco o cidadão, e não as empresas de mídia - possivelmente reside aí o motivo pelo qual este debate não encontra espaço na mídia hegemônica. Os conceitos da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa são, por diversas vezes, indiferenciados pela grande mídia de forma proposital: Lima (2015, p. 360/361) aborda exemplos que mostram como os veículos de mídia usam estes conceitos de forma distorcida com o objetivo de fortalecer o seu discurso ao igualar a liberdade de imprensa à liberdade de expressão da sociedade como um todo, colocando a mídia como formadora desinteressada de opinião.

O exemplo dado acima trata-se de um anúncio da Associação Nacional de Jornais (ANJ) na ocasião da comemoração dos seus 30 anos, publicado em Agosto de 2009. A escolha cuidadosa das palavras e da imagem, que passam sem alardes por olhares desatentos, leva os leitores a concluir que os jornais servem como os “olhos e os ouvidos de milhões de pessoas”, sugerindo que, graças ao árduo trabalho da imprensa, “o cidadão teve acesso a informações

⁷ Sobre o conceito de microcosmo, Bourdieu explicita que “Falar do campo é falar do microcosmo, que é também um universo social, mas um universo social livre de um certo número de restrições que caracterizam o universo mais abrangente.” (Bourdieu, “Political, Social Science and Journalistic Fields”, p.33. *Tradução minha*).

preciosas que se tornaram o que mais interessa numa democracia: a opinião” (Idem, p. 361). A partir de uma leitura crítica do anúncio, como a feita por Lima, é possível perceber a dimensão distorcida desta associação e o quão prejudicial à própria democracia pode ser a ideia de que os veículos de informação trabalham para garantir o acesso à informação, a partir da qual os leitores possam formar opinião de forma totalmente livre. Esse tipo de mensagem leva à conclusão de que a mídia é, de fato, isenta de interesses no ofício de produção de notícias, e que, ao confundir as duas formas de liberdade, assume o papel de catalisador confiável de informações. Como aponta o autor, a diferença entre as liberdades abordadas sempre é ressaltada em documentos (legais ou não) que respaldam argumentos a favor da liberdade de imprensa. A partir disto é possível perceber que a liberdade de expressão é relacionada ao âmbito individual, enquanto a liberdade de imprensa “*aparece como condição para a liberdade individual ou como uma liberdade da ‘sociedade’ equacionada com a imprensa e/ou os meios de comunicação*” (Idem, p. 358).

De acordo com o que Lima discorre, esta confusão acerca da definição das liberdade de expressão e de imprensa tem origem semântica e histórica; “*Historicamente, essas liberdades têm sido entendidas como distintas ou não haveria razão para diferencia-las*” (Idem, p. 355). Isto porque há formas diferentes de se referir à palavra “*imprensa*”, herança da língua inglesa, onde a palavra “*press*” pode significar: (1) a máquina de impressão, (2) os meios de comunicação de massa ou (3) o conjunto destes meios. Segundo o autor, a origem desta palavra criou certo desentendimento no uso da mesma, e é sob essa égide que se erguem tais distorções. O famosíssimo texto lido no parlamento Inglês por John Milton, em 1644, conhecido como *Areopagítica*, que foi amplamente citado pelos grandes veículos de mídia como um fundamento ao direito de Liberdade de Imprensa referia-se, na verdade, ao direito da liberdade de *imprimir* textos, visto que, àquela época, não existia nada parecido com a imprensa que conhecemos hoje⁸. A própria palavra *newspaper* (jornal) só passa a aparecer na língua inglesa a partir da década de 1670⁹.

Dado que o discurso proferido por Milton influenciou fortemente a Declaração de Direitos Inglesa de 1689 e, conseqüentemente, a Declaração de Independência e Direitos Americana (1776), bem como a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão da França (1789), o argumento, cujo equívoco acerca da origem palavra acabou por alterá-lo substancialmente, foi base de longas discussões filosóficas sobre o direito, o que resultou em

⁸ Para uma análise mais profunda sobre o documento e suas conseqüências sobre a filosofia do direito no que tange as liberdades abordadas, ler: Gomes (2007) e Lima (2010).

⁹ Fonte: Altschull (1984), p. 308.

diferentes formas de defini-los. Na Constituição dos Estados Unidos, por exemplo, tais liberdades são tidas como distintas: na primeira emenda da Constituição (1789/1791) garante-se os direitos do *freedom of speech* e do *freedom of the press*, colocadas textualmente como coisas distintas. Já no Brasil, a partir do Acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) de novembro de 2009, que foi responsável por julgar inconstitucional a antiga Lei de Imprensa¹⁰, foi estabelecida uma hierarquia entre as duas liberdades:

A plena liberdade de imprensa é um patrimônio imaterial que corresponde ao mais eloquente atestado de evolução político-cultural de todo um povo. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a Imprensa passa a manter com a democracia a mais entranhada relação de mútua dependência ou retro alimentação. Assim visualizada como verdadeira irmã siamesa da democracia, a imprensa passa a desfrutar de uma liberdade de atuação ainda maior que a liberdade de pensamento, de informação e de expressão dos indivíduos em si mesmos considerados. (Trecho do Acórdão da Relação de Mútua Causalidade entre Liberdade de imprensa e Democracia, item 6).

Neste contexto, portanto, a liberdade de imprensa foi considerada ainda como mais importante do que a liberdade individual. No que tange as empresas de comunicação, a questão da liberdade de expressão passou a ser palco de uma verdadeira disputa de sentido: para os empresários do ramo da comunicação é interessante que não haja a dissociação entre as duas liberdades, visando assim que os veículos figurem como sujeito de direitos, assim como os indivíduos, e não de deveres, como figuraria qualquer outra empresa. Um exemplo disso é trazido por Signates (2011), através da fala da presidente da Associação Nacional de Jornais: “*Democracias de verdade dispensam leis de imprensa. Valem as empresas jornalísticas e os jornalistas as mesmas leis de danos morais que valem para a sociedade em geral*” (In: BRITO, 2010). Através de argumentos como este, os empresários da comunicação pretendem se valer do direito negativo individual de liberdade de expressão para manter-se distante e imune de qualquer instância reguladora. Como explica Signates:

As instituições de poder simbólico no campo da comunicação passaram a usufruir de uma blindagem jurídica, na medida em que a mudança estrutural da liberdade de imprimir para a liberdade de empresa não foi juridicamente configurada, mantendo como direito aquilo que deveria ser estabelecido como dever: o direito de imprimir sem licença teria que se converter no dever de informar corretamente, mas isso não se deu. E assim, a liberdade de fazer negócios e determinar os sentidos simbólicos da sociedade passou a ser um exercício de poder sem outro controle, que não o interno, promovido pelos próprios interesses proprietários. (SIGNATES, 2011, p. 92)

¹⁰ Lei 5.250 de 1967.

Diante deste contexto, a contribuição trazida pelos estudos de Lima aponta conclusões que vão além da definição das liberdades em si, e se voltam a questionar a natureza destas no contexto brasileiro. Segundo o autor:

Desde quando a imprensa se transforma em instituição, ou melhor, em empresa capitalista, sua relação direta com a liberdade de expressão individual deixa de existir. Ela não guarda qualquer relação com o que se pretende por liberdade da imprensa dos grandes conglomerados globais de comunicação e entretenimento no mundo contemporâneo, muitos deles, com orçamentos superiores àqueles da maioria dos Estados membros das Nações Unidas. (LIMA, 2015, p. 365)

De acordo com a linha de pensamento seguida por Lima, ter na liberdade de imprensa uma *condição necessária para a liberdade de expressão* é um equívoco, considerando o atual momento dos veículos de comunicação de massa, especialmente o contexto brasileiro de oligopólio na indústria de comunicação. Esta situação de oligopólio, sustentada no Brasil por várias décadas, coloca os meios de comunicação de massa no Brasil em um outro patamar:

Além de se transformar em empresa e operar dentro da lógica do capital, a imprensa passou a deter o monopólio virtual da construção, manutenção e reprodução de capital simbólico e, portanto, a funcionar dentro de uma outra lógica, isto é, a lógica do poder. (Idem, p. 366)

Neste sentido, o arquétipo mídia como formadora desinteressada de opinião cai por terra. A partir deste contexto, a liberdade de expressão passa a não se referir apenas ao cerceamento de qualquer forma de expressão das ideias, mas deve ser compreendida a partir de sua dimensão integral, considerando um aspecto que passa a ser quase uma condição para que a primeira seja efetiva: a garantia de existência de meios através dos quais essas ideias possam ser expressas e acessíveis a qualquer cidadão. Segundo o jurista Fábio Konder Comparato (1994, p. 67), é neste obstáculo técnico que a ideia originária de liberdade de expressão e/ou de imprensa esbarra: “*A liberdade de expressão hodierna só se concebe para aqueles que têm meios – materiais e pessoais – de montar instituições de teletransmissão das mensagens: os controladores das empresas de imprensa, rádio e televisão*”. Estas seriam, portanto, as condições para que o debate sobre a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão sejam oportunos. Neste entremeio, a realidade brasileira encontra-se longe da circunstância ideal para que a liberdade de imprensa cumpra o papel a ela atribuído nas democracias liberais, como aspirou o SFT.

Especialmente no contexto brasileiro, refletir sobre a liberdade de expressão requer refletir também, necessariamente, sobre as formas de organização e atuação dos grandes veículos de comunicação; requer questionar as concessões públicas sobre as quais os mesmos constroem seus impérios; requer repensar as formas de responsabilização necessárias e urgentes

que estes devem ter sobre o conteúdo que produzem; requer exigir que estes veículos assumam uma posição de forma transparente e honesta; requer, por fim, a regulamentação necessária que tudo isso seja garantido (e fiscalizado) por lei. Os aparatos legais existentes atualmente não são postos em prática: enquanto a Constituição de 1988¹¹ exige uma disposição que proíbe que os meios de comunicação sejam objeto de monopólio ou oligopólio, dados de 2017¹² mostram que metade dos principais veículos de mídia no país é controlada por apenas cinco famílias.

Uma perspectiva teórica que se aproxima destas conclusões pode ser encontrada na obra *A Teoria da Democracia Revisitada*, de Sartori (1994), que relaciona o vínculo entre as liberdades de expressão e de imprensa à democracia através da sua noção de estrutura policêntrica:

A essência do argumento é que uma opinião pública livre deriva de uma estruturação policêntrica dos meios de comunicação e de sua interação competitiva, e é sustentada por elas. Em síntese, a autonomia da opinião pública pressupõe condições semelhantes às condições de mercado (...). Os benefícios da descentralização e competição dos meios de comunicação de massa são, nesse argumento, mecânicos em grande parte, e de dois tipos. Primeiro, a multiplicidade dos que querem persuadir reflete-se na pluralidade de públicos; o que produz, por sua vez, uma sociedade pluralista. Segundo, um sistema de informação semelhante ao sistema de mercado e um sistema autocontrolado, um sistema de controle recíproco, pois todo o canal de informação está exposto à vigilância dos outros. (SARTORI, 1994, p. 139-140)

Ainda que esta seja apenas uma das perspectivas possíveis, fica claro que em muito difere do modelo vigente no Brasil. O que é importante pontuar é a ideia de que o discurso da liberdade de imprensa, especialmente no contexto brasileiro, só faria sentido à medida em que houvesse pluralidade e diversidade na circulação de ideias, e que a universalidade da liberdade de expressão individual fosse garantida (LIMA, 2015).

Ao largo da sua própria Constituição, a realidade do Brasil é outra; as condições necessárias para a garantia de que a liberdade de imprensa cumpra seu papel na democracia têm sido relegadas ao segundo plano no debate público e na formulação de políticas públicas de comunicação. A “sutil interdição” sobre o debate acerca da liberdade de expressão/liberdade de imprensa se verte necessariamente para o debate sobre a democratização da mídia. Se os veículos de comunicação são, de fato, “os olhos e ouvidos de milhões de pessoas”, por que se há o esforço de manter o debate sobre a democratização da mídia fora do debate público? Neste

¹¹ Artigo 220, § 5º.

¹² Dados da Media Ownership Monitor, pesquisa financiada pelo governo da Alemanha e realizada pelas ONGs brasileiras Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras, disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/> Acessado em 24/06/2018.

sentido, como afirmar que a mídia nada mais é do que a testemunha fiel da realidade? Como seria possível considera-la a *irmã siamesa* da democracia? Ou conceber que a mesma atua de forma desinteressada? Claramente há um hiato considerável que nos separa deste debate intencionalmente sustentado pelos veículos de comunicação de massa, sendo estes mesmos os que “fazem uma permanente cobrança da liberdade de imprensa, como se pelo fato de serem impressores eles deveriam ter mais privilégios que outras pessoas” (Idem, p. 373).

2.6.1 A quem compete a liberdade de imprensa?

Diante da disjunção conceitual a respeito das liberdades de expressão e de imprensa que, como foi posto acima, resulta em um privilégio para as empresas de comunicação, que usufruem da blindagem jurídica resultante deste processo, fica um questionamento interessante: considerados todos os direitos de liberdade articulados acima, onde ficam os direitos do profissional que atua nestas empresas?

As liberdades de imprensa, bem como a liberdade de expressão, partem de um pressuposto comum: os direitos negativo. Ambas também têm em comum o princípio de preservação do direito à expressão das ideias sem o risco de sofrer coerção ou censura, ou, em outras palavras, a garantia de livre expressão e opinião. Porém, diante da enorme discussão acerca das tensões entre as liberdades, Signates (2011), a partir dos estudos de Vizeu e Rocha (2011), chama a atenção para o fato de que há um esforço que parte dos setores sindicais para proclamar o jornalismo como um bem público, e não como uma modalidade de expressão. Vizeu e Rocha afirmam, inclusive, que a discussão entre as liberdades serve como “*cortina de fumaça que os grandes conglomerados de comunicação construíram para se manter soberanos, desviando o assunto do seu aspecto fundamental: o jornalismo é um bem público e um direito coletivo de todos os cidadãos*”¹³.

Neste sentido, sem adentrar na questão do jornalismo como bem público, cabe a reflexão: ainda que a liberdade de imprensa seja um direito que provém de um fundamento equivocado, assim como foi exposto no último tópico, faz sentido falar em liberdade de imprensa voltada para empresas de comunicação num contexto de oligopólio comunicacional como no Brasil? Partindo da outra forma de direito: o direito à liberdade de expressão, sendo um direito humano e individual, pode ser considerado ao se voltar para empresas? De acordo com Signates, o que ocorre aqui é uma verdadeira inversão do direito. As empresas de

¹³ Em nota divulgada pelo Observatório da Imprensa, em 2010, disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-confusao-entre-liberdade-de-expressao-e-de-imprensa/> Acessado em 11/07/18.

comunicação, como explica o autor, fazem parte de um sistema de poder ligado às instituições, com forte respaldo econômico e estatal sendo, neste sentido, mais passível de cumprir deveres do que de exigir direitos. Desta forma, as empresas de comunicação deveriam se inserir às condições de mercado de qualquer outra empresa, não fazendo sentido algum, portanto, que as mesmas reivindiquem um direito negativo como o de liberdade de expressão. Signates também ressalta o risco desta posição: “*Tornado negócio, praticamente sem restrições, graças ao escudo da liberdade de imprensa, o jornalismo converte-se em balcão do interesse político*”. (SIGNATES, 2011, P. 92).

Quanto ao profissional que atua nas empresas de comunicação, a lógica parece inverter-se de uma forma cruel. Enquanto as empresas de comunicação em que trabalham reivindicam a liberdade de imprensa como modalidade específica da liberdade de expressão, com o objetivo de, desta forma, garantir o seu pleno direito de expressar opinião, os jornalistas são tolhidos deste mesmo direito fundamental. É o que Signates, referindo-se à teoria dos sistemas de Luhmann, chama de *dupla contingência do sistema de comunicação*: como será demonstrado nos capítulos de análise, por inúmeras vezes o jornalista acaba por reproduzir a linha editorial dos veículos buscando a manutenção do seu emprego no jornal. Nestes casos, que não são raros, o profissional encontra-se em um desafio ético, em que deve agir como empregado do veículo, e não como cidadão comprometido com o interesse público. Isso acontece, segundo Signates, porque o jornalista ocupa, simultaneamente, o lugar de *vítima* e de *operador* da batalha sistêmica entre “*o poder simbólico, no qual ele é inscrito numa relação de trabalho, e o interesse público, que se inscreve na própria atividade jornalística, em sua constante relação com o mundo, seja na condição de fonte, seja na de leitor/ouvinte/telespectador*” (2011, p.94). Neste contexto extremamente tensionado, o jornalista perde o direito fundamental à liberdade de expressão que, aparentemente, confere apenas ao veículo em que trabalha, mas é negado a si mesmo.

Um exemplo importante que será abordado nos capítulos de análise é a vigilância, por parte dos chefes de redação e/ou diretores dos veículos em questão em relação às redes sociais do jornalista. Essa prática tanto não é incomum como comenta Singer:

É difícil convencer jornalistas de que suas contas no *Twitter*, *Facebook* ou *Orkut* não podem ser encaradas apenas como pessoais. (...) Jornalista não pode declarar voto público, xingar artistas, amaldiçoar o time de futebol rival, bater boca com leitores, expressar preconceito nem tentar obter vantagem pessoal (reclamar, por exemplo, do mau atendimento num restaurante). (...) Quem mais luta pela liberdade de expressão precisa restringir a própria para não perder a razão. (SINGER In: SIGNATES, 2011).

Desta forma, o profissional tem a sua liberdade restringida e, caso opte por exercê-la, passa a ter a demissão como horizonte. Signates chama a atenção para o fato da repercussão ética deste tipo de sanção, ressaltando que casos como estes levam à perda do direito humano fundamental de liberdade de expressão, levando o jornalista a deixar de ser um cidadão no gozo pleno de suas faculdades.

As perguntas postas neste tópico estão longe de serem esgotadas, mas aparecem aqui como provocações necessárias à leitura dos capítulos de análise, que tem como um dos objetivos contribuir para este debate. Apesar disso, levantam questionamentos essenciais para a discussão acerca do lugar do jornalismo, bem como ressalta o papel do jornalista como parte integrante de um campo de disputa simbólica, *“na qual as formas de poder que imperam na sociedade se fazem presentes, articuladas com os interesses sistêmicos das instituições jornalísticas e submetendo os profissionais à restrição de sua própria liberdade de expressão”* (SIGNATES, 2011, p. 97).

2.7 Qual o papel do jornalista? Apontamentos de algumas teorias do jornalismo

Buscando responder a parte dos questionamentos levantados acima e introduzir alguns dos conceitos articulados nos últimos capítulos, procurou-se apresentar, ainda que de forma sucinta, algumas teorias do jornalismo, que, dentre outras coisas, procuram compreender o papel do jornalista no processo de produção de notícias. No contexto da discussão filosófica sobre os limites e tensões das noções de liberdade de imprensa e de liberdade de expressão, cabe questionar em que consiste o ofício do profissional de jornalismo nesta conjuntura. Os conceitos trazidos neste tópico serão essenciais para a compreensão das conclusões que partiram da análise.

Diversas teorias da comunicação tentam dar conta destes questionamentos, e ainda que as circunstâncias tenham mudado no decorrer dos anos, há um esforço no sentido de adequar-se ao contexto, pois a própria estrutura da comunicação está em constante mudança. De acordo com Lira (2012), a institucionalização sistêmica da comunicação, expressão usada por Signates (2002), foi considerada uma guinada no jornalismo dos países ditos desenvolvidos, sendo idealizada ainda no século XX e consolidada no início do século XIX. A concretização deste marco compreendeu os processos de comercialização, industrialização e profissionalização dos jornalistas, e irrompeu como uma resposta ao modelo de jornalismo anteriormente vigente, conhecido como político-doutrinário. Segundo Traquina (2001), a ideia era se opor ao *“velho paradigma que concebe o papel dos meios de comunicação social como arma política e os jornalistas como militantes partidários”* (Idem, p.66). Tendo irrompido este “novo paradigma

das notícias” oposição ao antigo, passou-se a enaltecer a produção jornalística isenta de interesses, cujo objetivo central era o de informar com objetividade e imparcialidade; o jornalista assumiria portanto o papel de observador, cujo objetivo era relatar da maneira mais neutra possível, os acontecimentos. Posteriormente deu-se a este modelo o nome de jornalismo de informação, e a presunção do papel do jornalista como difusor da verdade passou a ser assimilada pelo senso comum. O jornalismo de informação advogava então a separação total entre a divulgação de fatos e as opiniões pessoais do jornalista, ideal característico ao positivismo que circundava fortemente as discussões sobre a ciência na época. De acordo com Lima (2002, p. 171), esta noção passou a cair em desuso a partir da denúncia da utilização da propaganda fascista, obviamente de cunho ideológico, em meados de 1930, resultando em certo ceticismo em relação à imparcialidade da mídia. Foi neste momento que, segundo o autor, surgiu o conceito de objetividade como uma alternativa possível para a superação da desconfiança que pairava sobre a mídia.

Nos dias de hoje, após o desenvolvimento de uma profunda reflexão crítica sobre tal visão positivista da concepção do jornalismo, o debate sobre o assim chamado *mito da objetividade* abarca questões relacionadas ao *status* do jornalista como profissional. O mito da objetividade é visto agora como uma falsa consciência que acaba por empobrecer a visão epistemológica da relação do jornalismo com o mundo (Idem). De acordo com tais discussões, a noção de que, assim como a fotografia, o jornalismo seria capaz de reproduzir ou representar perfeitamente a realidade, é vista hoje como um ataque à condição do jornalista como sujeito ativamente participante do processo de construção da reprodução simbólica da realidade¹⁴. A teoria, que ficou conhecida como teoria do espelho, acabou sendo abalizada e tida como “*pobre e insuficiente*” (TRAQUINA, 2001, p. 68) para analisar o papel do jornalismo, justamente por praticamente desconsiderar a possibilidade de interferência do jornalista no processo de produção de notícias.

2.7.1 O jornalista como gatekeeper

Se, por uma abordagem teórica o jornalista foi considerado um mero reproduzidor de verdades, tomando para si o papel de refletor da realidade, por um outro viés foi tido como dotado da capacidade de triagem do que iria ou não ser noticiado. De acordo com o que foi levantado por David White¹⁵ durante os anos 1950, partia do jornalista os critérios de seleção

¹⁴ Ver Traquina, 2001, p. 67-68.

¹⁵ Em seu artigo “*The gate keeper: a case study in the selection of News*” publicado na revista *Journalism Quarterly*.

das notícias, tarefa que era desempenhada a partir de um processo de escolha puramente pessoal do profissional. A noção de *gatekeeper*, trazida por White, sugere que o jornalista tenha para si a função de escolher, no fluxo dos acontecimentos, quais notícias vão ultrapassar a barreira (*gate*) dos critérios de noticiabilidade, que, segundo White, seriam baseados em decisões subjetivas do jornalista (*keeper*). A produção da notícia seria, portanto, um processo em que a informação passaria por diversos *gates* até chegar à sua publicação.

O estudioso da comunicação desenvolveu o seu conceito de *gatekeeper* a partir de um estudo do fluxo de notícias no interior de uma redação, a partir do qual percebeu que apenas algumas delas chegavam a ser publicadas. White se dedicou a analisar por quais cancelas ou *gates* a notícia passava até chegar a ser publicada, e chegou à conclusão de que os critérios de seleção de notícias eram baseados exclusivamente no juízo de valor particular ao *gatekeeper*, visão esta que hoje é tida como fundamentalmente superficial sobre a lógica editorial. Segundo Traquina, essa teoria alcançou certo destaque graças à chamada hegemonia do funcionalismo, bastante popular entre os anos de 1950 e 1950, mas hoje é também considerada ultrapassada, principalmente após os desdobramentos da comunicação de massa.

2.7.2 *Nem tanto, nem tão pouco: a proposta da teoria organizacional*

Partindo do mesmo contexto temporal de White mas muito mais comprometido com uma abordagem sociológica, em 1955 é publicado por Werren Breed a chamada Teoria Organizacional¹⁶ voltada para o jornalismo, que sugeria que “*o produto jornalístico é tido como resultado das injunções e estrangimentos impostos aos jornalistas pela organização empresarial dos veículos de comunicação de massa*” (LIRA, 2012, p.174). Por motivos claros ao contexto da hegemonia funcionalista e positivista comentados acima, sua análise só chegou ao campo acadêmico a partir dos anos 1970, com a derrocada deste forma hegemônica de pensamento.

Breed desenvolve a sua abordagem sociológica da análise dos veículos de comunicação a partir da noção de jornalismo como empresa, que toma força no século XIX e é consolidado no século XX. A partir deste marco, a comercialização, a industrialização e a profissionalização dos jornalistas muda a lógica de produção, como foi falado ainda no capítulo 1. De acordo com Pereira (2004, p.9) “*mudanças na estrutura das empresas de comunicação levaram a uma submissão da produção jornalística à lógica de exploração do sistema capitalista*”, e foi neste

¹⁶ É necessário fazer esta distinção pois existe a vertente da Teoria Organizacional voltada para a administração, que, embora não aborde o campo jornalístico, serviu como base para Breed a partir da sua lógica de produção no interior de uma empresa.

contexto que a teoria organizacional foi desenvolvida, buscando uma análise mais macro dos processos de produção de notícias, destacando-se, por este motivo, das demais teorias da notícia.

A teoria organizacional surge, portanto, como uma alternativa à ênfase no âmbito subjetivo e individual do jornalista na produção de notícias, evidenciando a existência de “*constrangimentos organizacionais sobre a atividade do jornalista*” (LIRA, 2012, p. 175). A conclusão de Breed é que há uma forte conformação por parte do jornalista às normas editoriais do veículo onde trabalha, e que esse fato determina muito mais seus critérios de noticiabilidade do que quaisquer valores subjetivos do profissional. Tal conclusão encontra um forte respaldo no material discursivo que surgiu a partir do *corpus* das entrevistas feitas sobre a cobertura do movimento Ocupe Estelita, dado que o fator de constrangimento organizacional surgiu de forma muito forte nas falas dos entrevistados. Desde a questão levantada sobre o fato dos jornalistas mais experientes se apropriarem de um “saber político” que os leva a entender a linha do jornal e evitar produzir conteúdos que fujam desta linha, até a questão do cerceamento da liberdade dos jornalistas expressarem suas críticas ao projeto Novo Recife ou suas aprovações em relação ao Movimento, a teoria organizacional aparece como um fundamento adequado para se compreender a forma como a cobertura jornalística aqui abordada se deu.

Segundo Breed, o jornalista passa por um processo de conformação a partir da sua socialização no veículo que ocorre de forma gradual, a partir da sua socialização na empresa; em outras palavras, as chamadas “normas editoriais” não são explicitamente transmitidas aos profissionais, mas são os seus experimentos práticos que o vão levar à conformação. As experiências de censura trazidas pelos entrevistados fazem parte do processo de socialização dos mesmos no veículo, e a conformação às normas editoriais foram abertamente comentadas, ainda que indiretamente, no que tange a autocensura. No processo de socialização do profissional, os pontos de vista da empresa são assimilados e transmitidos, expressamente ou não, sobretudo dentro da redação na sua prática do trabalho. Breed explica:

Todos, com a exceção dos mais novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprenderam por osmose. Em termos sociológicos, isso significa que se socializaram e aprenderam as regras como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. (BREED, 1999, p. 155)

O jornalista, ao tornar-se membro da redação, integra-se fortemente à empresa por também depender, segundo a teoria organizacional, do capital político do meio em que o veículo

se insere criando uma interdependência. Em outras palavras, o sucesso e/ou a consagração do profissional no campo está muito ligado à consagração do veículo em que trabalha. Lira (2012, p. 176) aponta seis fatores que são relevantes ao processo de resignação do jornalista: (1) a autoridade institucional e as sanções, (2) os sentimentos de estima e de obrigação para com os superiores, (3) as aspirações de mobilidade/ascensão profissional, (4) a ausência de grupos de lealdade em conflitos, (5) o prazer da atividade, (6) a noção de notícia como valor. Tendo em vista que estes fatores mobilizam diretamente a produção de notícias, é possível afirmar que, de acordo com a teoria organizacional a atuação dos jornalistas tem uma inegável relação de dependência em relação às circunstâncias de produção, ou os meios de que as organizações jornalísticas dispõem (VIZEU, 2003, p. 5).

A partir da análise de conteúdo do material discursivo recolhido através das entrevistas, propõe-se que os preceitos da teoria organizacional citados acima se articulem com a noção de autocensura, que surge como categoria endêmica à análise.

3 TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO CAIS

Neste capítulo serão abordados dois pontos fundamentais para a compreensão da análise realizada nesta dissertação: a primeira parte oferece uma contextualização necessária para conhecer o objeto de estudo deste trabalho, qual seja a cobertura jornalística sobre o Movimento Ocupe Estelita. Para isso, além do Movimento em si, será apresentado o projeto Novo Recife - fator propulsor do mesmo-, bem como os trâmites do seu processo judicial. A segunda parte deste capítulo também faz parte da espinha dorsal do trabalho, visto que é voltada para a explanação do contexto do campo jornalístico pernambucano, através da apresentação dos jornais envolvidos, e também apresenta e justifica as estratégias de pesquisa aqui adotadas.

3.1 O fator propulsor: conhecendo o projeto Novo Recife

Para compreender verdadeiramente o objeto desta pesquisa, é necessário traçar uma contextualização aprofundada nos atores envolvidos na narrativa. Visando analisar a cobertura jornalística sobre o movimento Ocupe Estelita é necessário, primeiro, entender a conjuntura a partir da qual o Movimento foi criado. Por este motivo, o início da contextualização do caso deve se prestar ao fator que impulsionou a articulação do movimento Ocupe Estelita: o projeto Novo Recife.

Discorrer sobre o projeto Novo Recife requer também compreender as disputas que ocorreram antes mesmo de seu lançamento, relativas à área do Cais José Estelita. Localizado na Ilha de Antônio Vaz, na cidade do Recife, o Cais José Estelita é um local que vem sido foco de especulação imobiliária, mais fortemente na última década. A área goza de uma importância que vai além da sua localização geográfica; o Cais tem relevância simbólica e histórica, como será explicitado aqui. Ao que concerne o mercado imobiliário, o que faz desse espaço um local de desejo é a sua localização estratégica: o Cais se encontra entre os bairros Cabanga e São José, além de ser uma zona de frente d'água, banhada pela Bacia do Pina. O terreno, que possui em torno de 101,7 mil metros quadrados (o que corresponde a cerca de 14 estádios de futebol de dimensões semelhantes ao Maracanã), contém as ruínas históricas da primeira linha de trem de Pernambuco, e a segunda do Brasil, conhecida como Estrada de Ferro Recife ao São Francisco, inaugurada em fevereiro de 1858, abarcando também os galpões da antiga Rede Ferroviária Federal, que estocavam açúcar produzido na zona canavieira. Estas instalações se encontram desativadas há muito tempo e, apesar da área representar um capítulo importante tanto para a história de Pernambuco como para a história do País, durante o governo do então prefeito João Paulo foi oferecida pela União para a prefeitura, que optou por não fazer uso da

mesma. Enquanto isso, se manteve muito atraente para o mercado imobiliário. Neste contexto, o terreno que pertencia à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), foi leiloado pela União em outubro de 2008 e arrematado por um grupo imobiliário formado pelas empresas: Moura Dubeux, Queiroz Galvão (as duas que estiveram envolvidas no leilão do terreno das torres gêmeas), Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, por R\$ 55,4 milhões. O consórcio destas construtoras lançou então o projeto para a área arrematada, o conhecido projeto Novo Recife.

O projeto, que já sugere em seu nome a ideia de inovação, consistia inicialmente na construção de 13 torres (sendo duas torres duplas) entre 36 e 45 andares, divididas por cinco quadras a serem construídas no Cais José Estelita. As torres seriam em sua maioria residenciais, contendo também duas comerciais, dois flats e um hotel. De acordo com o Memorial Justificativo, a população residente prevista seria de 16 mil pessoas, subindo para 75 mil se considerarmos a população flutuante. O projeto ainda inclui estacionamentos de aproximadamente cinco mil vagas no total, e foi orçado em 800 milhões de reais, com o custo do metro quadrado de aproximadamente 4 mil reais. Porém, devido à forte pressão da sociedade civil organizada, o projeto passou por um redesenho em 2014, e passou a prever a diminuição no número de pavimentos da primeira proposta, compreendendo agora 13 torres entre 12 e 38 andares, dispostos de forma escalonada. Além disso, o redesenho passou a prever uma proporção no uso do terreno que não havia sido antes apresentado: o consórcio passou a afirmar que 35% da área será privada (em detrimento dos 45% do primeiro projeto) e os demais 65% será de uso público. Ademais, o novo Projeto passou a prever a construção de ruas com passeio público, vias com ciclovias, jardins, faixa exclusiva para transporte público, dentre outras alterações. As alterações ainda estão em processo, visto que as disputas ainda continuam.

3.2 Irregularidades no processo e disputas judiciais

O projeto, tal como havia sido proposto, foi motivo de críticas e ressalvas por uma parte considerável da população, que passou a se organizar a partir de diversas áreas de atuação para conseguir que a viabilidade do projeto fosse discutida também com os cidadãos recifenses, não se limitando aos grupos de poder econômicos e políticos. Seguindo essa lógica, a importância de se discutir a implantação do Projeto se baseia no fato de que um megaempreendimento como o Novo Recife iria afetar a dinâmica de boa parte da cidade, além de modificar uma área histórica, alterando a estética do centro do Recife, bloqueando um corredor natural de ventilação do Recife, entre outros pontos.

Diante da dificuldade de organizar as reivindicações de grupos diversos, que reclamam questões distintas e não menos importantes, algumas pessoas passaram a se articular em um grupo do Facebook chamado Direitos Urbanos, que posteriormente tornou-se um blog¹⁷. A partir deste espaço digital de discussão, o Direitos Urbanos reuniu partes contrárias ao Novo Recife, que passaram a se articular e a organiza-se em um só movimento; o Ocupe Estelita, que passou a acomodar e sistematizar as demandas, a partir do segundo semestre de 2012. Paralelamente, o grupo Direitos Urbanos permanece se articulando acerca das mais diversas pautas de interesse urbano, sendo um grupo de discussão e articulação consideravelmente atuante.

À medida em que o Movimento passava a se organizar, diversas irregularidades do Projeto começaram a vir à tona. Através de denúncias, o plano imobiliário tornou-se alvo de cinco ações judiciais, sendo destas três ações populares, uma do Ministério Público Federal e uma do Ministério Público de Pernambuco¹⁸. As irregularidades abordadas pelo MPF incluem desde problemas na venda do terreno, que se resumem em três principais fatos. O primeiro fato a ser questionado foi a constatação de que a União não submeteu o projeto aos órgãos responsáveis como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Agência Nacional de Transportes Terrestres, dentre outros. A ausência de concorrência para a compra da área também foi questionada, ainda que o Iphan e algumas empresas tenham demonstrado interesse na área¹⁹. Além disso, as investigações confirmaram que o preço do terreno havia sido subfaturado em cerca 10 milhões de reais. Por fim, o fato do leilão ter desrespeitado os prazos legais previstos na Lei das Licitações²⁰, bem como a inexistência de procedimentos básicos para projetos imobiliários de grande magnitude, como o estudo de impacto de vizinhança e o estudo de impacto ambiental, foram agravantes para o caso.

Mesmo diante de todas estas irregularidades, e sem seguir todos os procedimentos legais necessários para sua implementação, o projeto Novo Recife não teve problemas para ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) no dia 28 de dezembro de 2012, numa sessão realizada no último dia útil da gestão do ex-prefeito João da Costa. O consórcio

¹⁷ Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/> Acessado em 28/05/18.

¹⁸ As ações populares pediam a nulidade do ato administrativo feito pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano ocorrido em dezembro de 2015, que decidiu pela aprovação da proposta imobiliária.

¹⁹ Apenas em 2015 foi deflagrada, pela Polícia Federal, uma operação que ficou conhecida por “Lance Final”. Segundo consta no laudo pericial, houve a constatação de favorecimento do Consórcio, visto que o prazo estipulado pela Justiça para a publicação antes do leilão não havia sido cumprido e que o mesmo apresentava muitas limitações para as outras empresas que supostamente iriam concorrer.

²⁰ Lei 8.666/93.

Novo Recife, por meio de notas divulgadas nos principais jornais da cidade, afirmou que o projeto havia sido suficientemente estudado e que o desenho da obra havia sido concebido a partir de informações coletadas desde 1970, sendo elaborado por três arquitetos ligados ao consórcio.

3.3 O fator decorrente: conhecendo o movimento Ocupe Estelita

Dissociar as ocorrências e trâmites legais do processo de aprovação do projeto Novo Recife da mobilização que passou a surgir da sociedade civil organizada naquele contexto é uma missão quase impossível. Isto se dá pelo fato do movimento Ocupe Estelita ter começado a se articular e intervir diretamente neste processo, atuando como agente contestador do processo e do Projeto em si. O movimento Ocupe Estelita passou a se articular de forma mais forte na segunda metade do ano de 2012, pouco antes da aprovação do Projeto pelo CDU. Surgindo como um desdobramento do grupo Direitos Urbanos, que discutia diversas pautas associadas à questão urbana no âmbito virtual, o movimento Ocupe Estelita estendeu a sua atuação, passando a compor resistências e liderar manifestações e atos contrários do projeto Novo Recife, tanto em âmbito virtual quanto no âmbito presencial, ainda que as redes sociais tenham se mantido como suporte para a articulação dos atos por todo o tempo. Em sua página oficial no *facebook*²¹, o Movimento define: “A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”.

Como é possível perceber a partir da própria autodescrição do Movimento, as pautas são tão distintas quanto as frentes que o compõe: o Ocupe Estelita é composto de profissionais e simpatizantes de diversas áreas do conhecimento e de atuação, e em função disso, as origens destes indivíduos e as suas demandas são bastante diversas. Nesta conjuntura, um objetivo comum mantém todas essas questões minimamente alinhadas: a construção do Novo Recife aparece como um obstáculo colossal ao modelo de cidade que estes indivíduos defendem, sendo, portanto, a oposição ao Projeto o ponto nodal entre eles.

Ainda no primeiro semestre de 2012, a organização do grupo Direitos Urbanos promoveu os primeiros atos de mobilização do que logo se identificaria o movimento Ocupe Estelita; nos dias 15 e 22 de abril aconteceram os primeiros atos públicos, e no dia 12 do mês seguinte houve a primeira mobilização para a ocupação temporária do cais, quando o grupo

²¹ <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita> Acessado em 30/05/18.

convocou pessoas a se reunir no espaço e debater sobre os usos do terreno. Neste ínterim houve a aprovação do projeto pela CDU, e o Movimento passou a atuar na área jurídica para tentar barrar a construção do Projeto através de outras frentes. No início de fevereiro de 2013, houve a primeira resposta favorável ao Movimento: o Ministério Público de Pernambuco, através de uma proposta da Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da cidade, conseguiu uma liminar que suspendia o trâmite do Novo Recife. Porém, o Movimento não saiu imune dessa pequena vitória: a promotora responsável pela ação judicial Belize Câmara, membro integrante e bastante atuante do Ocupe Estelita, foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife uma semana depois da liminar. O Movimento respondeu com diversas manifestações de repúdio, argumentando que o afastamento da promotora se deu de forma ilegal por ser motivada por questões que estavam além do órgão.

Durante o ano de 2013, que foi marcado pela eclosão de inúmeras manifestações por todo o Brasil, o Ocupe Estelita teve a adesão de milhares de pessoas, batendo o marco de mais de 30 mil inscritos em seu grupo de articulação no *facebook*. Diante da situação controversa pela qual o país passava, as negociações relativas ao Novo Recife foram menos a público, até que em maio de 2014 as tensões voltaram a se acirrar acerca do tema. Na noite do dia 21 de maio de 2014 os antigos galpões do cais José Estelita começaram a ser demolidos, e a notícia das demolições circulou pelas redes sociais até que alguns integrantes e apoiadores do Movimento se mobilizaram para ocupar o terreno durante a madrugada, com o intuito de impedir a demolição. Começava aí a primeira grande ocupação do Ocupe Estelita, que durou 28 dias e fez circular milhares de pessoas pelo espaço do Cais. Além do acampamento, o Movimento promovia rodas de debates sobre as questões urbanas, oficinas de artes plásticas, dança, teatro, aulas públicas, construção de hortas comunitárias, e se organizava para estabelecer uma lógica de comunidade na ocupação. Uma característica muito forte do Ocupe Estelita foi o seu viés cultural²², que o tornou conhecido por todo o país também através da adesão de diversos artistas nacionalmente conhecidos, que fizeram shows e participaram de debates no Cais, dentre eles Criolo, Karina Buhr, Otto, e Marcelo Jeneci. Estes artistas, dentre tantos outros da cena musical local, fizeram apresentações gratuitas na Ocupação, chegando a reunir cerca de 10 mil espectadores. Neste ínterim, ainda em maio, o Iphan conseguiu embargar a demolição dos galpões. Porém, o clima ameno não durou muito tempo: no dia 17 de junho de 2014, através de uma ordem de reintegração de posse, a Polícia Militar entrou em confronto

²² Sobre as especificidades do movimento Ocupe Estelita, ver: “A Cidade como Objeto e Instrumento de Luta: considerações acerca do movimento Ocupe Estelita” (2017).

com os manifestantes num episódio violento. Mais uma vez as redes sociais foram palco da mobilização de apoiadores, que correram para o Cais com o objetivo de tentar resistir à reintegração.

Nesta conjuntura, o movimento Ocupe Estelita já tomava grandes proporções, e passava a ser noticiado pelos veículos de comunicação, o que fez com que se tornasse conhecido nacionalmente. Ainda que o episódio da ordem de reintegração de posse tivesse ocorrido durante um jogo do Brasil da Copa do Mundo (o que poderia resultar numa desmobilização factual dos ativistas) reuniu muitos apoiadores do Movimento e tomou grandes proporções, visto que foi noticiado por alguns veículos de comunicação estrangeiros, como o jornal El País. A passagem do Movimento pela mídia tradicional, feita através de sua menção no discurso jornalístico, parece ter garantido ao Movimento um acesso, ainda que questionável, ao campo político. Diante desta visibilidade, o poder público passou a ser pressionado por outras frentes, e a prefeitura do Recife passou a organizar algumas audiências públicas e debates no Conselho da Cidade, que ocorreram entre julho de 2014 e abril de 2015, ainda que não ocorressem sem conflito. Alguns relatos, dentre eles o de um entrevistado da presente pesquisa, mostram que, ao contrário do que era noticiado, algumas dessas audiências ocorreram de portas fechadas, restringindo a participação de pessoas contrárias ao projeto Novo Recife. Além disso, foi identificado que o cadastramento e a organização de pessoas que participariam da audiência era feito por funcionários da Moura Dubeux, uma das empresas que constituía o consórcio Novo Recife. A relação controversa entre poder público e consórcio também foi exposta em outros momentos, como por exemplo quando o secretário municipal de Planejamento Urbano deu uma entrevista aos jornais pernambucanos (especificamente o Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco) respondendo como fonte do Consórcio²³ ou quando, posteriormente, houveram alterações de origem duvidosa no plano urbanístico da cidade do Recife elaborado pelo Instituto Pelópidas Silveira, justamente no trecho que se referia ao cais José Estelita²⁴. Nesta conjuntura problemática ocorreu o redesenho do Projeto, abordado anteriormente, que passou a considerar as áreas circundantes do cais José Estelita.

No decorrer destas discussões, o Movimento continuava ativo e promovendo atos e manifestações. Um episódio marcante foi o ato do dia 16 de novembro de 2014, que foi referenciado pela mídia como um “festival político cultural”²⁵ que envolvia cinco pequenos

²³ Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/david-harvey-participa-de-evento-ocupe-estelita/> Acessado em 30/05/18.

²⁴ Fonte: <https://marcozero.org/o-recife-tem-dono/> Acessado em 30/05/18

²⁵ Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/david-harvey-participa-de-evento-ocupe-estelita/> Acessado em 30/05/18.

polos com apresentação de cerca de 15 bandas, grupos de teatro, aulas públicas e debates envolvendo professores, comunicadores, sociólogos, especialistas em urbanização, dentre outros, tudo a partir da iniciativa e financiamento popular. O evento foi viabilizado através de doações e venda de artigos como camisa e broches do movimento, bem como o engajamento gratuito dos artistas e demais participantes. Dentre eles, o geógrafo britânico David Harvey, que deu uma palestra que tratou do direito à cidade, ocupação do espaço público e a importância de movimentos como o Ocupe Estelita na democracia contemporânea. Personalidades como Ney Matogrosso, o cineasta Kléber Mendonça e a banda Nação Zumbi também se posicionaram publicamente a favor do Movimento.

O episódio seguinte da disputa judicial em torno do Cais foi em março de 2015, quando o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga (PL 08/2015) foi protocolado na Câmara Municipal do Recife. Ainda em março, a área do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, que fica no terreno do cais José Estelita e próximo ao local previsto para o projeto Novo Recife, passou a fazer parte da Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro, decisão tomada pelo Iphan. No mês seguinte, em meados de abril, o Ministério Público de Pernambuco recomendou que a prefeitura do Recife devolvesse o PL e a levasse à rediscussão, pois considerava que a sua aprovação caracterizava improbidade administrativa. Segundo o trazido na peça, o PL nada definia sobre o reassentamento das famílias em situação de risco que viviam na área de preservação ambiental nem discutia a requalificação de áreas de urbanização precária, pontos estabelecidos no Plano Diretor aprovado ainda na gestão do ex-prefeito João Paulo, em 2008²⁶.

No dia 4 de maio de 2015, numa sessão não prevista, a Câmara de Vereadores aprovou um novo plano urbanístico específico para o Cais José Estelita, o Cais de Santa Rita e o Cabanga. Após sua aprovação, que ocorreu às pressas, tendo as galerias de acesso público fechadas e com a saída de parte da bancada de oposição do plenário em forma de protesto, o projeto foi assinado pelo prefeito Geraldo Júlio à distância. Tudo isso aconteceu sob manifestação intensa dos integrantes do movimento Ocupe Estelita, que acompanharam tudo do lado de fora da Câmara, o que culminou, mais uma vez, em confronto com a Polícia Militar. Vários integrantes do Movimento, em protesto, acamparam na frente da residência do prefeito Geraldo Júlio por dois dias.

O plano específico para a área do Cais ainda passou por uma outra rodada no redesenho, aprovação e pedido de devolução por parte do Ministério Público, até que, no final de setembro de 2015, a Polícia Federal entrou em cena. A chamada operação Lance Final apurou e

²⁶ Lei 17511/2008, artigo 194.

comprovou diversas fraudes no leilão da venda do terreno, que ocorreu em 2008. A Polícia Federal solicitou à Justiça Federal o imóvel, visando garantir o ressarcimento do prejuízo. Durante muito tempo não se teve notícias dos trâmites internos ao processo, que pareceu estar adormecido, não se sabe se por conta da crise que afeta a construção civil ou por outros motivos.

Ainda em Fevereiro deste ano, uma nova decisão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal, deu provimento ao pedido de agravo de instrumento contra a decisão da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco (SJPE), que determinava o tombamento da área do Cais. Esta ação significa que a área dos armazéns 16 e 17 deixam de integrar área tombada, sendo passível, portanto, à construção do centro de convenções/hotel que estava previsto no projeto Novo Recife. Em março, o MPF recorreu à ação, anexando à mesma pareceres da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo apontando que o Projeto é nocivo aos bens tombados na área dos bairros de São José e Santo Antônio.

Enquanto os trâmites judiciais seguem, o Movimento Ocupe Estelita promove alguns atos e reuniões abertas na área próxima ao terreno, em especial o *réveillon* “Revellita”, que já aconteceu por dois anos consecutivos. Nos dias que antecedem o carnaval nos últimos dois anos, também houve uma mobilização por parte do Movimento de reunir pessoas para limpar e pintar a área, preparando-a para receber o evento “Carnalita”. Aparentemente a disputa em torno do Cais ainda contará com alguns episódios futuros que, se seguirem a lógica posta desde o começo da mesma, e diante do contexto de incerteza política e econômica que sonda o País, serão imprevisíveis.

3.4 Contextualizando o campo jornalístico pernambucano

A segunda parte do capítulo que aqui se inicia, como foi dito anteriormente, suscita outras questões contextuais necessárias à compreensão do caso analisado. Neste primeiro momento, procura-se dar um panorama geral sobre o campo jornalístico pernambucano, através da apresentação dos jornais cujos entrevistados trabalharam na cobertura sobre o Movimento Ocupe Estelita. Em um segundo momento, serão expostas as estratégias de pesquisa escolhidas para esta análise, desde o embasamento teórico para tal até os critérios de seleção de entrevistados e de categorização do *corpus*.

3.4.1 Veículos: os principais atores do campo

O campo jornalístico pernambucano, ao menos o que tange os veículos impressos, foi pioneiro no país: o jornal Diário de Pernambuco é tido como o jornal mais antigo em circulação

da América Latina, começando a ser veiculado no Recife antes mesmo de a cidade ser nomeada a capital do estado de Pernambuco, em meados de 1825. Os três veículos cujos entrevistados trabalham ou trabalharam na produção de notícias sobre o movimento Ocupe Estelita, analisada neste trabalho, são o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Pernambuco* e a *Folha de Pernambuco*. A escolha destes três jornais foi feita pelo fato de serem os três maiores jornais do estado, ou seja, tendo os dois primeiros maior alcance, dado o seu alto número de vendas. No último ranking feito pela Associação Nacional de Jornais²⁷, os dois primeiros jornais ocupam a posição de 25º e 46º, respectivamente, no ranking dos maiores jornais do Brasil de circulação paga do ano de 2015. A representatividade da *Folha de Pernambuco* se dá em outro âmbito que será abordado posteriormente, visto que o jornal foi tido como sensacionalista até a sua reformulação, em meados dos anos 2000.

De acordo com Luiza Falcão (2016), é possível identificar dois momentos principais de disputa no campo jornalístico pernambucano, que são marcos importantes para esta análise: o primeiro foi a compra do *Jornal do Commercio* pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, no final da década de 1980 e a criação da já extinta versão da *Folha de Pernambuco*. Adiciono a estes, outro marco que ocorreu recentemente: a venda do *Diário de Pernambuco* para o Sistema Opinião de Comunicação, comprado posteriormente pelo grupo Hapvida. Para compreender a dimensão que estes fatos tomaram no campo, é preciso identificar os atores envolvidos nesta narrativa, ou seja, conhecer os veículos impressos aqui abordados.

3.4.2 *O Jornal do Commercio*

O *Jornal do Commercio* foi inaugurado em abril de 1919 pelo paraibano F. Pessoa de Queiroz, porém, segundo Leão do Ó (2008), o jornal se consolida na cultura pernambucana entre as décadas de 1940 e 1950, através de um estilo de cobertura baseado na cultura norte-americana. Porém, afirma a autora, tudo muda a partir de 1980, quando o jornal foi adquirido pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, através do Sistema *Jornal do Commercio de Comunicação*. Este período marca um novo momento em que o jornal passou a ser administrado por um “homem de empresa”²⁸, integrando o Grupo JCPM. Antes da aquisição por parte de João Carlos Paes Mendonça, o veículo passava por momentos de instabilidade, e sua gestão foi marcada pelo ímpeto de modernização: focava na contratação de jovens profissionais e/ou estagiários e na adoção de uma estratégia de *marketing* mais agressiva. Neste

²⁷ Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> Acessado em 05/06/18.

²⁸ Referência às nomenclaturas utilizadas por Ortiz (1999).

contexto, onde o Diário de Pernambuco se estabelecia como dominante no campo, o Jornal do Commercio adotou o discurso da modernização visando tomar o pódio do Diário de Pernambuco, que tinha um discurso marcadamente conservador. Posteriormente, em meados de 1980, o JC passou a ocupar este espaço, ainda que mantivesse sua posição voltada para a modernidade.

O grupo JCPM hoje se configura como um conglomerado de empresas de comunicação com sede em Recife, e é responsável direto de: uma emissora de TV (TV Jornal), duas rádios (a JC News e a Rádio Jornal), um portal jornalístico na internet (NE10). Além disso, o Grupo JCPM possui 5 shoppings e é indiretamente responsável por mais 9 outros nos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Sergipe e São Paulo, tendo também empreendimentos imobiliários em três dos estados supracitados.

3.4.3 O Diário de Pernambuco

O Diário de Pernambuco, como foi citado, foi fundado em 1825 pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão e foi rapidamente adquirido por Assis Chateaubriand. Segundo Falcão (2016), o perfil de gestão de Chateaubriand era fundamentalmente diferente do estilo “homem de empresa” de JCPM, se aproximando mais da definição de “capitão da indústria”, “*caracterizado por um trabalho que tem como base principalmente a empiria e um espírito mais aventureiro*” (Idem, p. 18). Até a década de 1980 o Diário de Pernambuco era dominante no campo jornalístico, de acordo com a autora, tanto em capital cultural (dado o quadro de funcionários composto por os mais consagrados jornalistas do estado), quanto em capital econômico, já que integrava a rede dos Diários Associados, que era um dos principais grupos de comunicação do Brasil.

Como mostra Leão do Ó em sua pesquisa sobre os jornais pernambucanos (2008), o Diário de Pernambuco tinha como elemento distintivo um discurso mais conservador, referenciando-se sempre à tradição e ao seu posto de jornal mais antigo em circulação da América Latina. Desta forma, a autora afirma que o veículo conservava sua posição dentro do campo através do discurso ligado à sua nobre origem, então enquanto a partir de 1980 o Jornal do Commercio se articulava a partir de um ideal de modernização, o Diário de Pernambuco apostava na conservação da sua dominância no campo. Consequentemente, o Diário é atrelado a um público leitor mais velho e mais conservador, enquanto o Jornal do Commercio é associado, desde então, a um público mais jovem e moderno (FALCÃO, 2016).

Porém, o Diário de Pernambuco também passou recentemente por uma dura reformulação: Até janeiro de 2015, o jornal pertenceu, majoritariamente, à empresa Diários

Associados, que desde então passou a dividir a sociedade com o Sistema Opinião de Comunicação, que arrematou 57,5% das suas ações. Pouco tempo depois, o grupo Hapvida comprou o Sistema Opinião de Comunicação, e o jornal passou a operar sob direção do empresário Alexandre Rands, que ocupa atualmente a função de presidente do veículo. Em março de 2015, pouco tempo antes da venda do jornal para o grupo Hapvida, houve um “passaralho” no veículo, ou seja, um processo de demissão em massa que pegou dezenas de funcionários de surpresa. Ainda assim, é importante pontuar que o Diários Associados ocupa hoje um lugar de destaque entre os maiores conglomerado de empresas de mídia do Brasil, mesmo após a venda das ações, possuindo, por todo o território nacional, 9 jornais (Correio Braziliense, Estados de Minas, Diário Mercantil, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, O Imparcial, Aqui BH, Aqui DF, Aqui MA), 5 revistas, 12 emissoras de rádio (entre elas, as que atuam em Pernambuco: Clube FM e Rádio Globo Recife), 8 emissoras de TV (entre elas a TV Clube Pernambuco), 4 portais online, 1 fundação e mais 7 empresas que não são ligadas ao ramo da comunicação. É importante frisar, enfim, que ambos os jornais expostos pertencem, ou pertenceram por muito tempo, a grandes conglomerados empresariais ligados à comunicação.

3.4.4 A Folha de Pernambuco

Assim como os demais jornais citados, a Folha de Pernambuco também passou por reformulações através dos anos, ainda que seja um jornal muito mais recente, visto que passou a ser veiculado em 1998. Como aponta os dados levantados por Falcão (2016), a Folha de Pernambuco surgiu como uma alternativa entre o Diário de Pernambuco, que era visto como um jornal “arcaico” e o Jornal do Commercio, que estava passando por uma séria crise interna. Neste contexto, a Folha surgiu com a proposta de fazer um “novo jornalismo”, dirigido pelo escritor e jornalista João Asfora. Porém este modelo de novo jornalismo que buscava ser uma alternativa aos veículos já consagrados em Pernambuco só conseguiu se manter até 1991, quando o jornal fechou suas portas pela primeira vez. De acordo com Falcão, o fechamento desta primeira versão da Folha se deu num período de instabilidade para os veículos de comunicação do Estado, quando até mesmo o Diário e o Jornal do Commercio passaram a adotar estratégias de *marketing* mais “agressivas” para conquistar leitores, como o envio exemplares como cortesia para a casa de assinantes do outro jornal. Nesta conjuntura, já em 1993 o Jornal do Commercio ultrapassou o Diário em número de vendas, ainda que este permanecesse utilizando o argumento da tradição como elemento de distinção.

Os dois principais jornais disputavam o pódio de veículo com mais tiragem no Estado, mas foi apenas em 1998 que o campo jornalístico Pernambucano passou por uma mudança importante: a criação da segunda versão da Folha de Pernambuco, desta vez não relacionada diretamente com a família Asfora e assumindo um viés mais empresarial, tem grande impacto no campo. Essa segunda versão surge sob a liderança de Eduardo de Queiroz Monteiro, empresário que atua nos setores sucroalcooleiro e de energia e que dá nome ao Grupo EQM. Junto com a segunda versão, surge também uma nova proposta: ser um jornal popular, acessível a todas as camadas sociais, com foco em venda avulsa. O foco do jornal era esportes e as pautas policiais, sendo este último o que o jornal tinha como elemento de distinção. Nesta época, circulava um dito popular entre os moradores de Recife sobre a Folha de Pernambuco: “espreme que sai sangue”, em referência às matérias policiais que tratavam de violência e morte, que vinham acompanhadas de fotos explícitas. De acordo com os dados expostos por Falcão (2016, p. 24), o Instituto Verificador de Circulação afirmou que em setembro de 1999, apenas um ano e cinco meses após o seu lançamento, a Folha de Pernambuco já ocupava o primeiro lugar do Nordeste em vendas avulsas. Ainda diante deste sucesso nas vendas, a Folha não gozava de prestígio no campo dado o seu teor policialesco; segundo Falcão:

Este é um fator importante em termos da compreensão das lutas simbólicas: a conquista dos públicos ‘C’ e ‘D’ não garantia à Folha de Pernambuco nem o capital econômico – porque, enquanto jornais mais acessível à população, o preço do anúncio não era tão alto quanto os da concorrência – nem o cultural – na medida em que era considerado um ‘jornal menor’. (FALCÃO, 2016, p. 25)

A Folha, que na época se distinguia propositalmente dos outros jornais, passou a assumir, a partir de 2013, uma versão menos policialesca e mais próxima à postura dos primeiros, ainda que disponha de um número bem menor de funcionários e de uma estrutura interna mais precária que os outros dois, cujas consequências podem ser identificadas no capítulo de análise. Atualmente a Folha é o único dos três veículos que não ocupa nenhuma posição entre os cinquenta maiores jornais em circulação do país, e a Editora Folha de Pernambuco é composta pelo jornal, pelo seu portal na internet e pela rádio Folha FM.

3.5 Uma análise do discurso de dois jornais sobre o projeto Novo Recife

A motivação para o desenvolvimento desta dissertação surgiu a partir da construção do meu trabalho de conclusão de curso no bacharelado de Ciências Sociais. Neste trabalho, fiz uma análise do discurso do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio sobre o projeto Novo Recife, a fim de identificar quais eram os conceitos mobilizados ao falar sobre o

empreendimento imobiliário. Visto que o material para análise era muito extenso, decidiu-se por compor o *corpus* da análise a partir de todas as matérias veiculadas durante a ocorrência de sete episódios-chave selecionados para fins de pesquisa. Os episódios escolhidos foram: a venda do terreno (matérias publicadas entre 1 e 4 de outubro de 2008), a aprovação do projeto Novo Recife (de 21 a 28 de dezembro de 2012), a primeira ação civil pública pedindo a suspensão do plano imobiliário (de 1 a 3 de março de 2013), a tentativa de demolição dos armazéns e tentativa de reintegração de posse (de 21 a 30 de maio de 2014), a audiência pública para o redesenho do Projeto (de 26 a 28 de novembro de 2014), a decisão de tornar a área do Pátio Ferroviário como patrimônio ferroviário brasileiro (de 17 a 27 de março de 2015) e a confirmação de fraude no leilão do terreno do cais José Estelita (de 29 de setembro a outubro de 2015). A análise do *corpus* foi feita baseada na Análise do Discurso de corrente inglesa, cujo expoente foi Norman Fairclough, que ficou conhecida como Análise Crítica do Discurso.

Na análise, foram identificadas algumas questões centrais, quais sejam: (1) a invisibilização de movimentos contrários ao projeto Novo Recife, que passaram a se organizar em torno do movimento Ocupe Estelita. Ambos os jornais evitavam referir-se ao Movimento, citando os seus atos e manifestantes de forma isolada, quando o faziam. Isso sucedeu por uma relutância dos jornais impressos de reconhecer a legitimidade, e até mesmo a existência do Movimento, que passou ao largo da cobertura. O segundo tema central identificado foi (2) a visão construída e veiculada pelos jornais sobre o centro da cidade como um local ligado ao consumo de drogas e à prostituição. Como a análise não se limitou a matérias que citassem diretamente o Novo Recife, foi possível perceber certo esforço editorial, que se intensificava próximos às ocorrências dos episódios-chave, no sentido de ligar a área do Cais à violência e ao abandono, relacionando claramente o projeto Novo Recife como a única alternativa de resgate do bairro. Por fim, foram identificados dois tipos de enquadramento na cobertura dos jornais: (3) o enquadramento editorial, cuja identificação apontou para as formas diferentes que a pauta era trabalhada em determinados cadernos dos jornais e (4) o enquadramento episódico, dada a disposição irregular das matérias abordadas a partir de um tema, o que leva o leitor a não identificar continuidade nos processos, tomando conclusões a partir da exposição de fatos colocados de maneira intermitentes e/ou isoladas.

As considerações que surgiram deste trabalho de conclusão de curso levaram à maiores indagações sobre o material discursivo produzido nos jornais, e a partir disto surgiu a ideia de observar mais de perto os bastidores desta produção. Apesar do esforço para identificar o discurso de um jornal num contexto sociológico ser válido, cabe ainda, como aprofundamento, constatar que um veículo é composto de diferentes indivíduos, e que, mesmo diante da

totalidade do seu discurso, existem várias unidades destoantes. Foi o interesse em esquadrihar estes bastidores que levou à execução da pesquisa que se apresenta nesta dissertação, cujas considerações se mostram como um aprofundamento bastante relevante para a compreensão tanto da cobertura anteriormente analisada, quanto do campo jornalístico pernambucano em si.

3.6 Apresentando as estratégias de pesquisa

A escolha das técnicas de coleta e análise de dados é uma etapa determinante para a legitimidade e coerência das pesquisas, especialmente de pesquisas sociais que mobilizam a subjetividade, a exemplo de grupos focais, entrevistas individuais, entre outros. A decisão de trabalhar com entrevistas foi feita visando o melhor aproveitamento possível dos dados em relação a sua profundidade, visando captar nuances que são tangíveis apenas a partir de uma entrevista feita face a face, buscando uma compreensão mais completa da forma como os entrevistados percebem os fenômenos abordados. Para isso foram feitas entrevistas semiestruturadas, iniciadas por questões básicas e iniciais para a pesquisa, sendo complementadas pelas demais questões que emergiam dos entrevistados de forma livre. A escolha por este método de entrevista foi feita justamente por acreditar que esta liberdade por parte do entrevistado em relação à procedência da pesquisa é um dado extremamente importante para os resultados, pois é possível apurar os temas que surgiram de forma natural e os que não surgiram, e a partir disso desenvolver uma interpretação em relação a esta frequência. Os dados levantados demonstram que essa escolha foi bastante adequada, tendo em vista que, de forma natural e não impulsionada, a maioria dos entrevistados fez emergir questões centrais à análise no decorrer das entrevistas.

Os entrevistados foram escolhidos a partir de dois critérios: o primeiro foi a partir da identificação dos indivíduos que estiveram relacionados com a produção de notícias sobre o Movimento Ocupe Estelita ou sobre o projeto Novo Recife, que foram observados a partir do levantamento de reportagens sobre os temas feito para o meu trabalho de conclusão de curso. Desta forma foi possível obter os nomes dessas pessoas e contatá-los via redes sociais ou e-mail, onde foi estabelecido o contato inicial. O outro critério foi a amostragem bola de neve dentre a amostra pré-selecionada a partir do primeiro critério; frequentemente surgiam nomes de indivíduos cujos entrevistados afirmavam ser interessante para a pesquisa entrar em contato, e algumas dessas pessoas foram contatadas desta forma. O critério da amostragem por bola de neve também foi importante para evitar um ponto de saturação ou limitar a amostra apenas aos jornalistas que chegaram a ter matérias publicadas, já que entende-se que esse “filtro” coibiria participações e, conseqüentemente depoimentos importantes para a análise. As respostas

positivas foram consideravelmente altas, tendo 9 de 13 pessoas contatadas se interessado em participar da entrevista. Dos indivíduos que não aceitaram o convite da pesquisa cabe dizer que dois ainda trabalham nas redações dos jornais e disseram não achar que entrevista-los seria profícuo, e o terceiro disse não ter tempo disponível. Uma das nove pessoas entrevistadas teve uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, mas tratou-se de uma questão circunstancial, pois o mesmo opera no campo acadêmico, e não tem nem, nem nunca teve relação empregatícia alguma com o campo jornalístico. Por isso, o conteúdo da sua entrevista foi utilizado apenas para enriquecer as questões da pesquisa.

Levando em consideração que, apesar deste trabalho não ser uma análise integral do campo jornalístico pernambucano, até pelo fato de uma das suas características ser a sua constante mutação, tanto os termos do campo quanto a sua dinâmica observável são características marcadamente relacionadas ao campo jornalístico geral, ao qual Bourdieu se refere. Partindo desta lógica, as posições no campo não são homólogas, ou seja, a “importância” dos entrevistados no campo não é a mesma, ainda que suas posições, aqui entendidas como o cargo que ocupavam/ocupam nos respectivos jornais, o sejam. Por este motivo, a lógica para selecionar os entrevistados não pretende ser de ordem quantitativa nem representativa amostral; foram recrutados para entrevistas os jornalistas mais relevantes para a cobertura sobre o Novo Recife ou o Movimento Ocupe Estelita da forma descrita acima. Ainda assim, mesmo sem haver esforço para tal, os nove entrevistados ficaram relativamente bem distribuídos em relação aos jornais considerados no recorte temporal feito entre 2008 e 2017: foram três entrevistados que estão ou estiveram atrelados ao Jornal do Commercio, três do Diário de Pernambuco e dois da Folha de Pernambuco. A partir das oito entrevistas realizadas com jornalistas, que resultaram em um bom material discursivo para a análise, foi possível identificar as representações socialmente compartilhadas acerca do meu problema de pesquisa, ou em outras palavras, a estrutura de sentido ligada ao mesmo (GASKELL, 2002). Ainda que a amostra tenha sido recolhida de maneira não intencional, é necessário reconhecer os limites da mesma, que não pode representar a totalidade, visto que representa apenas a fração de profissionais que aceitaram participar da entrevista. Como foi dito, alguns outros preferiram não participar, e por isso deve-se reconhecer que a amostra aqui utilizada acabou se concentrando em jornalistas menos reativos ao movimento Ocupe Estelita. Apesar disso, pelos motivos acima expostos, a amostra tem a sua legitimidade garantida.

3.7 Conhecendo os entrevistados

A escolha de garantir preservar o anonimato dos entrevistados foi feita de forma a estabelecer a confiança dos entrevistados em relação à pesquisadora. Durante o processo de recrutamento de entrevistas foi possível perceber que o fator da preservação do anonimato foi decisivo para o consentimento das mesmas, levando em consideração que os indivíduos iriam discorrer livremente sobre assuntos delicados, pessoais e, mais significativamente, políticos, que podem interferir direta ou indiretamente em suas vidas públicas e privadas. Além destes motivos, considera-se que o fato dos entrevistados pertencerem ou terem pertencido ao campo jornalístico pernambucano faz com que, a partir dos seus depoimentos, eles possam ser identificados. Para evitar isso, foi decidido fazer uso de pseudônimos e deixar informações específicas que possam identificar o indivíduo fora do material discursivo apresentado neste trabalho. Também com este objetivo, foram utilizados em toda a análise apenas artigos masculinos em referência aos entrevistados.

Ainda assim, por tratar-se de uma pesquisa social, é importante traçar um perfil geral dos entrevistados com o intuito de indicar quem são, ainda que de forma genérica, os interlocutores da pesquisa, apontando para os seus diferentes backgrounds e posições ocupadas nas redações dos jornais. Para isso, escolheu-se seguir o modelo baseado em Bourdieu feito por Miceli, conhecido como quadro dos caracteres pertinentes, que pode ser encontrado como Apêndice I deste trabalho.

3.8 Compreendendo as escolhas metodológicas

A metodologia de análise dos dados coletados para esta pesquisa foi a Análise de Conteúdo, a partir da qual esta pesquisa foi conduzida, sempre em conformidade com os seus critérios e processos específicos. Este tipo de análise tem como precursora a pesquisadora Laurence Bardin, que desenvolveu e aplicou a sua técnica mais notadamente nos seus trabalhos de investigação psicossociológica e nos estudos de comunicação de massa. Apesar da técnica ser relativamente antiga, popularizando-se como metodologia ainda na primeira metade do século XX, ainda é bastante utilizada nos centros acadêmicos e assume uma posição de destaque nas metodologias de pesquisa, especialmente nas áreas de psicologia e das ciências sociais. Bardin afirma que a análise de conteúdo esteve presente em vários momentos da humanidade, desde a tentativa de interpretação dos livros sagrados, embora sua definição teórica se deu de forma mais concreta a partir da sua obra "*Analyse de Contenu*" (1977). A autora se baseou na definição de Berelson e Lazarsfeld, que lançaram as bases instrumentais para a análise de

conteúdo em seu livro “*The analysis of Communication Contents*” (1948) para definir o seu conceito, que segundo ela trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p.47)

Segundo Bardin (2011), a principal função da análise de conteúdo é o desvendar crítico a partir de uma perspectiva empírica, voltada para uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, bem como uma forma de interpretação dos símbolos e seus significados.

Por tratar-se de uma metodologia de análise, fundamenta-se em critérios sistemáticos importantes para a sua organização e execução. Bardin (2011) separa três fases para a análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise refere-se à composição do corpus da pesquisa e a fase de formulação de hipóteses e indicadores. Neste momento é realizada uma “leitura flutuante”, que caracteriza o contato inicial com os dados, e depois Bardin recomenda a identificação e organização de um índice dividido por indicadores temáticos. Após este processo chega o momento de explorar o material, codificando os dados e agregando-os em unidades. Esta fase deve responder a diversos critérios de categorização separados por semântico, sintático, léxico e expressivo, que serão abordados posteriormente na análise. A segunda fase, deve-se basear na inferência e desvendar os polos de comunicação trazidos por Bardin, como é possível ver no quadro abaixo:

Pólos de Comunicação			
Emissor	Receptor	Mensagem	Canal
Produz a mensagem; Pode ser um indivíduo ou um grupo.	Pode ser um indivíduo; Recebe a mensagem e estuda sobre a que ela se destina.	É o ponto de partida da análise; Estuda-se o conteúdo, significado, significantes, código e significação.	Serve mais como procedimento experimental do que para análise de conteúdo.

Quadro 1 – Características dos Pólos de Comunicação
Fonte: SANTOS, 2012, p. 386

Neste momento também configura-se a temática da proposição, que segundo a autora devem ser tidos como verdadeiros ou falsos ainda que a defesa dessa categorização demande um estudo mais aprofundado do pesquisador (SANTOS, 2012, p. 386). A terceira e última fase é a de interpretação dos dados, onde há um retorno ao referencial teórico escolhido para dar sentido à interpretação. A inovação trazida por Bardin neste terceiro momento é a sugestão de utilização do computador como ferramenta tecnológica para análise profunda dos dados, auxiliando na abordagem mais quantitativa. A análise feita neste trabalho mobilizou diversos preceitos

trazidos por Bardin, como será exposto no capítulo de análise, atentando sempre aos critérios processuais que garantem a sua autenticidade.

3.9 O processo de categorização

Visando organizar a análise, buscou-se trabalhar com categorias que surgiram de forma espontânea das entrevistas, como sugere Bardin. Mobilizar as categorias que surgem do próprio material discursivo, e não são colocadas de “fora pra dentro” pelo pesquisador, ou seja, utilizando-se de forma arbitrária de categorias pré-concebidas, é essencial para produzir uma análise fiel ao corpus. Apesar da categorização ser um trabalho a ser desenvolvido já na fase da análise, é necessário que o pesquisador se mantenha aberto, de modo que seu trabalho não limite o material. Para isso, as poucas perguntas previstas na entrevista semiestruturada muitas vezes serviam como estímulos, muito mais do que de fato perguntas, que incitava a construção do discurso do entrevistado da maneira com que ele achasse interessante.

A forma e o momento de abordagem das categorias por parte dos entrevistados indica muito da maneira com que o mesmo organiza as experiências sobre a produção de notícias do Movimento Ocupe Estelita em sua própria subjetividade, e isso em si já é um fato interessante, que mostra que o material discursivo produto das entrevistas não reflete necessariamente a realidade, mas resulta de uma composição discursiva, simultaneamente subjetiva e intersubjetiva (FERREIRA, 2014). Além disso, o fato de muitas das questões do roteiro de entrevista não precisarem ser levantadas por mim, sendo apresentadas pelos próprios entrevistados de forma espontânea também é muito relevante, visto que a construção da narrativa do entrevistado não trata simplesmente de uma mobilização dos fatos, mas de um processo de rememoração reflexiva, cujo discurso é produto desta interpretação subjetiva dos episódios que constroem essa narrativa (Idem). Na grande maioria das entrevistas, os entrevistados estiveram livres para discorrer e estabelecer as conexões temáticas que quiseram, sem interferência quase alguma da parte da pesquisadora.

Desta forma, foram identificados inicialmente onze temas recorrentes nas entrevistas, que foram reorganizados e distribuídos entre quatro categorias e treze subcategorias, quais sejam:

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS			
Condições de Produção	Teoria <i>versus</i> prática jornalística	Condições de trabalho	Não lugar	
Censura	Explícita	Autocensura	Relação com anunciantes	
Manipulação	Manipulação redacional	Termos em disputa	Manipulação de formatação	Silenciamento
Táticas de Resistência	Passando pelo filtro	Escolha das palavras	A tática da assinatura	

Quadro 2: Categorização da análise – Categorias e subcategorias

3.10 Por quê falar em jornal?

Ainda como parte da contextualização, é necessário justificar o recorte analítico aqui proposto. Em que se baseia a importância de analisar os bastidores da produção de notícias de jornais impressos?

A escolha por trabalhar com jornais impressos foi construída ainda durante a produção do meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Mídia, Discurso e Poder: Uma análise crítica da cobertura de dois jornais pernambucanos sobre as disputas em torno do cais José Estelita”, defendido em 2016. O argumento se embasa a partir da consideração de que mesmo diante da mudança dos hábitos de consumo de mídia no Brasil, de acordo com a última Pesquisa Brasileira de Mídia feita, o jornal impresso ocupa o segundo lugar no ranking dos meios de comunicação usados mais frequentemente pelos brasileiros, depois da televisão, que ocupa o primeiro lugar²⁹. Apesar da televisão ser o veículo mais acessado pelos brasileiros³⁰, pesquisas como a de Bruhn Jensen (1986 *apud* VON DIJK, 2012) mostram que notícias veiculadas pela imprensa impressa costumam ser mais lembradas pelos indivíduos, além de serem também tidas como dotadas de superioridade qualitativa. Mauro Wolf (2002), segue a mesma linha de pensamento. Segundo o autor, há uma diferença essencial ao poder de influência da televisão e do jornal impresso:

As notícias televisivas são demasiado breves, rápidas, heterogêneas e ‘acumuladas’ numa dimensão temporal limitada, isto é, são demasiado

²⁹ De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acessado em 23/05/18.

³⁰ A Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015 (disponível em <http://www.secom.gov.br>) mostra que 95% dos brasileiros dizem ter acesso à televisão, e destes, 73% afirmam assistir TV diariamente (Pesquisa Brasileira de Mídia, 2015, p.7).

fragmentárias para terem um efeito de agenda significativo. As características produtivas dos noticiários televisivos não permitem, portanto, um eficácia cognitiva duradoira, ao passo que a informação escrita possui ainda a capacidade de assinalar a diferente importância dos problemas apresentados. (...) A informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância sólida, constante e visível (McCLURE & PATTERSON, 1976, p.26), enquanto a informação televisiva tende, normalmente, a reduzir a importância e o significado do que é transmitido. (WOLF, 2002, p.148)

Atualmente, outra mídia vem galgando o pódio de instrumento de comunicação mais usado entre os brasileiros e os demais moradores de países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento. Através da internet, o acesso à informação fica muito mais fácil e rápida, apesar de ainda não ser uma realidade em todas as partes do país. Diante de uma adesão cada vez maior às redes sociais, o papel do veículo de jornalismo impresso, ao contrário do que pode se pensar, se reestabelece: a maioria dos links de notícias que são compartilhados no facebook, por exemplo, são redirecionamentos para o site dos jornais, ou seja, o seu conteúdo é acessado também pelos dispositivos móveis. Como mostra Tuzzo³¹ a partir de uma pesquisa realizada em Goiás, o conteúdo produzido pelo jornal impresso, ainda que veiculado através dos seus respectivos portais da internet, gozam de uma maior confiabilidade. De acordo com Bourdieu (2004, p.7-8), *“o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”*. Portanto, apesar da audiência dos jornais impressos estar cada dia mais correndo risco, os veículos ainda detém grande poder simbólico, visto que são tidos como confiáveis e detém legitimidade.

Outra questão essencial para compreender o valor do jornal impresso na sociedade contemporânea é considerar seu alcance para além do simples papel de informar: sendo o jornal um exemplo de uma empresa que tem como mercadoria principal a informação, o jornal se encontra entre o polo econômico e o polo ideológico (TRAQUINA, 2004), visto que disputam entre si pela legitimidade e o monopólio do discurso. Desta forma, é necessário destacar a importância central da mídia para a construção da nossa capacidade de *“criar e sustentar ordem em nossas vidas diárias e de nos encontrar e nos posicionar nessa ordem”* (SILVERSTONE, 1999, p. 212), ou seja, considerar também o seu poder simbólico-discursivo. Como segue afirmando o autor: *“profundamente entranhada no tecido da ordem social como é, (a mídia) fornece tanto uma rota que leva à realidade como uma barreira contra ela”* (Idem, p. 213). Em outras palavras, o fato das mídias terem o poder de fazer um fato ou uma informação tanto existir quanto deixar de existir no imaginário coletivo à medida que é veiculada (ou não),

³¹ Em “O jornal impresso em tempos de internet e redes sociais: o que pensam os leitores” (2013).

confere à mesma um forte poder simbólico, que é frequentemente utilizado como poder de barganha. Segundo Pedro Guareschi: “*Não seria exagero dizer que a comunicação constrói a realidade. Num mundo todo permeado de comunicação –um mundo de sinais-, num mundo teinformatizado, a única realidade passa a ser a representação da realidade- um mundo simbólico, imaterial*” (GUARESCHI, 1991, p. 14). É necessário ainda pontuar que o monopólio midiático tem sofrido alterações estruturais, e que deve-se considerar, neste âmbito, que fatores como a popularização das redes sociais como veículo de informação tem um grande impacto na posição que costumava ser hegemônica da grande mídia. Ainda assim, o poder que a grande mídia detém ao pautar o que deve ser notícia se mantém firme, ainda que esteja havendo uma migração para as suas respectivas plataformas virtuais. Neste contexto, as redações de veículos impressos (que, no caso dos veículos aqui estudados são a mesma de seus portais na internet) gozam de um prestígio na construção do imaginário coletivo e, conseqüentemente de um poder de influência considerável na sociedade dentre as mídias tradicionais, como afirma Ana Carolina Temer:

Justamente por sua narrativa não efêmera, a imprensa impressa oferece dados e julgamentos que ajudam o consumidor de cultura de massa a tomar decisões cotidianas. Isso significa selecionar informações ou formar opiniões sobre os protagonistas dos espetáculos sociais (...) Na sociedade moderna, tudo aquilo que não está na mídia não existe. (TEMER, 2011, p. 59).

Venício Lima (2015, p. 56), outro grande estudioso da comunicação, destaca a importância dos jornalismo impresso na contemporaneidade ao se utilizar de uma célebre passagem de Gramsci (1971, p.275-276), que foi citada com o objetivo de contextualizar o momento de transição e quebra de paradigmas vivido pelo jornalismo tradicional:

A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo apenas acaba de nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. Segundo Lima, “Gramsci nos lembra que um dos riscos, enquanto a transição não se completa, é esquecer de que o velho sobrevive, resiste e permanece ativo na defesa dos seus antigos privilégios. (LIMA, 2015, p. 57).

Estudar os bastidores da produção de notícias dos jornais impressos é, portanto, uma forma mais direta de analisar a intervenção dos campos econômico e político no campo jornalístico, compreendendo como e onde estes veículos de comunicação são utilizados com o objetivo de se articular como poder de barganha. Os jornais impressos são, segundo Falcão (2016), a única modalidade informativa que é mediada por um processo de compra, o que é uma questão importante a ser considerada neste aspecto. A autora comenta:

É no campo jornalístico enquanto mercado de bens simbólicos que as notícias – ou os discursos- serão avaliadas com um valor menor ou maior. Neste

sentido, a correlação entre o grau de autonomia do campo jornalístico e o sentido das práticas é de extrema importância: dado que o jornalismo faz parte do campo de poder, a repercussão dos discursos nos demais campos faz com que os jornais tenham uma possibilidade de sucesso da reprodução dos seus discursos tanto maior quanto for a sua legitimidade. (FALCÃO, 2016, p. 66)

Ou seja, ainda que o atual momento vivido pelos veículos de jornalismo impresso seja um momento de transição para um novo que ainda permanece incerto, onde o jornalismo como conhecemos se encontra diante de mudanças estruturais, a importância dos jornais impressos não deve ser desconsiderada, pois além do seu grande alcance e do reconhecimento ao discurso como sendo um discurso oficial -dada a sua legitimidade no campo- estes veículos detém forte poder simbólico, podendo ser reconvertido em poder de barganha, como será possível perceber a partir da análise.

4 “NA PRÁTICA, A TEORIA É OUTRA”: APONTAMENTOS DA ANÁLISE DO CORPUS

Neste primeiro capítulo da análise, serão investigados os trechos das entrevistas que foram agrupados na categoria “Condições de Produção” e suas respectivas subcategorias, conforme seus núcleos de sentido.

4.1 Teoria versus prática jornalística

Dentre as categorias endêmicas que surgiram na análise do *corpus*, a primeira que geralmente era levantada pelos entrevistados a partir da pergunta/estímulo “Por que você escolheu estudar jornalismo?” era a relação entre o trabalho idealizado do jornalista e a realidade vivida por eles nas redações dos jornais. Grande parte dos entrevistados alegaram ter escolhido seguir a profissão quando, ainda adolescentes, relacionaram o gosto pela escrita com a atividade do jornalista. No transcorrer da fala dos entrevistados, fica clara a distinção entre a expectativa em torno da profissão em oposição à prática jornalística de fato, como comentam os seguintes entrevistados:

“Eu não vou nem dizer que eu fui querendo achar alguma coisa lá, porque se eu disser é mentira. Eu fui pensando ‘vamos lá, jornalista, a gente vê em filme e é tão bonito...’ (risos). Mas aí o processo de transformação que eu passei dentro do curso foi muito interessante...” (Entrevistado H)

“Eu não sei... Eu comecei a ver alguns aspectos, principalmente da visão mais romantizada do jornalismo, de modificação da realidade, de denúncia e tal... E aí eu acho que eu fui tomando gosto por isso, comecei a ler mais reportagens e coisas assim. E sempre gostei de escrever, então eu identifiquei como algo que eu queria.” (Entrevistado F)

“O romantismo que a gente aprende na faculdade diminui aos poucos quando a gente tá na vida da redação” (Entrevistado A)

O fato desta distinção marcada entre expectativa e realidade entre os campos profissional e acadêmico ter sido tão abordada pelos entrevistados logo no início da entrevista é um dado interessante, muito embora a literatura acadêmica não tenha se dedicado a este tema de forma considerável. O pouco que se aponta é a necessidade de inclusão de práticas a serem vivenciadas pelos alunos nas faculdades de comunicação³², mas o que tudo indica é que o que os entrevistados chamam de “visão romantizada” é muito mais do que o simples *fazer* jornalismo, é uma mistura entre o *fazer* e o *entender* com a rotina de redação. De acordo com Pereira (2004), a concepção romântica do fazer jornalístico envolve o ideal de imprensa como

³² A exemplo do livro “Teoria e Prática do Jornalismo” de Luiz Beltrão, 2006.

“quarto poder” e invoca uma noção de reponsabilidade social e valores democráticos ligados à profissão, como se a sociedade lhe delegasse o poder de fiscalizar as instituições. Esta noção se insere no debate sobre a deontologia profissional, cujas bases foram lançadas por Jeremias Bentham e que se refere às normas diretoras das atividades profissionais, tendo cada profissão, as normas e ideais específicos para orientar a sua atividade. Esta noção remete à filosofia moral contemporânea, e mobiliza o apelo ao dever e à consciência dos indivíduos. A partir disso, tal percepção de um “código de ética” do fazer jornalístico costuma ser apreendida nas universidades, e propagadas em inúmeros livros-texto como o de Kovach e Rosentiel (2003) chamado “Elementos do Jornalismo”, que define nove princípios fundamentais³³ para o exercício da profissão, baseados nesta noção de vigilância como papel social.

De acordo com Pereira (2004), a concepção da imprensa como o quarto poder remete ao início do século XX, quando há um forte movimento pela profissionalização do jornalismo e os jornalistas assumem, em diferentes contextos, um papel central para o desenrolar de processos democráticos. Segundo Cremilda Medina (1982), alguns exemplos disso foram: o pós primeira guerra na França, o período da chamada Era Progressista nos Estados Unidos e, no Brasil, o movimento das “Diretas Já”. Há um consenso que, nestes três contextos, a cobertura dos jornais ultrapassou o âmbito puramente mercadológico e se tornou uma “*entidade social e cultural (...) alimentando processos complexos de comunicação com informação, análises e opiniões que podem mudar os rumos de povos e nações*” (CHAPARRO, 1993, p. 92). Porém, como comentou um dos entrevistados sobre o assunto, ocorre no fazer jornalístico o desencanto da idealização romantizada da profissão para a dura realidade da adaptação ao chamado *jornalismo de mercado*, que “*põe em xeque o ideal romântico que perpassa a profissão*” (PEREIRA, 2004, p. 8):

“*Na prática, a teoria é outra*” (Entrevistado B)

A partir de coberturas mais difíceis, ou que abordavam assuntos tidos como “polêmicos, o conflito se tornava mais claro e levava os profissionais a questionamentos mais profundos sobre o *fazer jornalístico*:

“*O que eu acho é só que as pessoas não estão muito preocupadas em fazer um jornalismo de reflexão, de colocar as pessoas pra tirarem suas próprias conclusões (...) porque eu não tinha que dar a minha opinião não, nem tinha que dar a opinião do dono do jornal, eu tinha que*

³³ São eles: “A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência” (KOVACH & ROSENTIEL, 2003, P. 22-23)

falar o que é que tava acontecendo. ‘Qual que era o problema?’ ‘Porque as pessoas estavam fazendo aquele protesto ali?’ ‘Porque eles estavam reclamando de um negócio... Mas que negócio?’ ‘Tem que contar a história do jeito certo. ‘Estão dizendo que é ilegal... Mas porque tão dizendo isso?’ ‘Ouvindo os dois lados, certo? Você só não pode ter uma recepção de um lado e a não-recepção com o outro. É a balança.’ (Entrevistado H)

“Muita coisa que o jornal considera notícia eu não consideraria notícia. Ou o contrário. (...). Eu acho que eles não colocam coisa que prejudicam eles, falando de uma forma bem óbvia. Eu colocaria coisas que eu acho importante para a formação política das pessoas entenderem o que pesa mais de um lado e de outro, sabe? E não ter um peso gigantesco de um lado e zero peso de outro. Equilibrar, tornar a coisa o mais profissional e jornalística possível, assim. Os dois lados das coisas, os três ou quatro lados da coisa. Pra que possam formar sua opinião de uma maneira plural, assim, e não enviesada pra o interesse econômico arbitrário do veículo de comunicação, sabe?” (Entrevistado A)

“Eu sempre achei que o jornalismo tinha que ter lado, tinha que ter um mínimo de honestidade intelectual” (Entrevistado C)

Nestes trechos das entrevistas é possível perceber a pressuposição de uma assimetria em relação à cobertura dos jornais, fato este que foi comentado direta ou indiretamente por entrevistados que estiveram ligados à redação dos três jornais, e será aprofundado posteriormente na análise. Outro ponto interessante de ser comentado é a naturalidade da formação do discurso que dissocia marcadamente o “eu” em relação ao “eles”. Levando em conta que, neste caso, o “eu” encontra-se profissionalmente incorporado ao veículo de comunicação, é curioso que se tenha essa separação tão clara do “eu” *versus* “eles”. Enfim, os critérios de noticiabilidade do jornal passam então a serem questionados pelos profissionais. Segundo o entrevistado A, tal assimetria leva à seguinte conclusão:

“Você pode ver na prática que isso é um dano à informação pública, né? Você tá subtraindo uma informação que é do interesse público (...) por vaidade, por rixa interna, por briga. Isso se estende em vários outros aspectos do jornal, em todos os jornais. Rixa pequena por vaidade por ego ou então coisa maior, que é conflito de interesse, de grana pesada mesmo.” (Entrevistado A)

Outro dado interessante é que, dos oito entrevistados, sete comentaram episódios onde houve uma assimetria de cobertura marcante, ainda que estes não estivesse ligados ao Estelita. O que ficou claro a partir do material foi que esta situação deixava os profissionais, no mínimo, desconfortáveis, e levava-os, muitas vezes, a questionar o seu papel enquanto jornalista.

“A redação dá uma sensação de poder muito grande... Eu acho. Quando eu botava o crachá, sem brincadeira, eu achava que podia mudar o mundo. O crachá pra mim era como se fosse um colete à prova de balas... E eu gostava, botava a faca nos dentes. (...) Mas depois eu vi que eu tava me enganando. Isso me alimentava, era tipo uma droga, assim. Mas depois eu fui vendo que eu tava me enganando... Via que eu tava trabalhando à serviço de uma pessoa que é um escroto, que não paga meu salário, que faz um bocado de escrotice, que é escravocrata... Pô, eu acho que posso me preparar pra fazer algo melhor longe daqui. Menor talvez, com menos alcance, mas algo verdadeiro e honesto, sabe?” (Entrevistado H)

“Às vezes eu ficava vendo o pessoal se matando, num nível de competitividade interna muito grande... Eram bonequinhos, pra agradar, pra fazer, pra ser o melhor... Eu queria fazer melhor por mim, nas coisas que eu vendia, nas pautas que eu vendia, naquilo que eu acreditava. Eu pensava ‘oxi, aqui eu faço’. Mas jogar esse jogo? Jogo nada... É bom que você toma um soco. Acorda pra vida: ‘eu vou ficar aqui sendo um bonequinho ou eu vou fazer alguma coisa? Ou eu saio daqui pra construir alguma coisa e produzir aquilo que eu quero produzir’, sabe? Fazer um jornalismo que eu acho que deve ser feito.” (Entrevistado C)

O que é incontestável a partir da leitura destes trechos é que estes entrevistados não encontraram nas redações que trabalharam o ambiente que esperavam, e que, além das críticas e reservas, aventam a possibilidade de um outro jornalismo. A partir do que foi colocado por eles, tais contestações surgem de forma mais forte em relação aos critérios de noticiabilidade do veículo em que trabalham/trabalhavam. A própria utilização do termo *jogo* para se referir à rotina produtiva das redações já pressupõe o que lhe é característico: a existência de regras externas e que transcendem as particularidades, a presença de outros jogadores, e, não menos importante, a existência de um oponente. E é justamente neste ambiente que os estagiários, repórteres e editores entrevistados se inserem ou se inseriam. Ainda que o material exposto não seja suficiente para identificar todos os *jogadores*, outros trechos permitem importantes inferências sobre o campo que serão trazidas no curso deste trabalho. Afinal, quais são as regras consuetudinárias que regem o jogo jornalístico?

Alguns autores (Marcondes Filho, 2000; Ruellan, 1993) já discorreram sobre a fluidez que envolve o papel do jornalista, dada a sua multiplicidade de funções, meios e formas discursivas (PEREIRA, 2004), principalmente no momento de mudanças estruturais na lógica do jornalismo. Diante disso, é possível identificar a partir do *corpus* que o sentimento de funcionalidade social que os entrevistados procuravam explorar nas redações, e que costuma permear a construção identitária do jornalista, dá espaço ao desencantamento desta visão romantizada da profissão logo nas primeiras pautas colocadas sob sua responsabilidade.

4.2 Condições de trabalho

Um outro tópico que foi bastante explorado por seis dos oito entrevistados foi o das condições de trabalho do jornalista dentro das redações. O interessante é ressaltar que o assunto não estava previsto no roteiro de entrevista, ou seja, não envolvia nenhuma pergunta-estímulo, e, ainda assim, costumava ser abordado de forma espontânea no curso das entrevistas como ponto indissociável à prática jornalística. As ocorrências foram tantas que pareceu necessário criar uma subcategoria que contemplasse o tema. Nos depoimentos, as questões levantadas iam

além da reclamação da grande demanda de tempo que envolve a profissão, embora ainda estivessem presente:

“Era bem pesado, porque eu trabalhava em um caderno³⁴ de sexta a sexta, que é a editoria mais puxada (...) e nos finais de semana ainda fazia plantão em outra área, que é a mais puxada do final de semana” (Entrevistado F)

“Eu acabei a minha vida social, né? (...) Hoje em dia eu não consigo nem imaginar direito como é que eu fazia isso. Até no final de semana eu trabalhava, né? Porque na Folha eu fazia a cobertura de eventos culturais. De segunda a sexta eu cobria a área de artes plásticas e fotografia (...) e no final de semana eu cobria os eventos.” (Entrevistado G)

“Se fosse hoje eu não escolheria não (cursar e trabalhar com jornalismo). Porque é uma área difícil, né? Ganha pouco, trabalha demais... Eu acho que não é nem pelo trabalhar demais, porque eu adoro trabalhar, não faço nenhuma questão de trabalhar domingo, feriado... Mas a gente ganha muito pouco, sabe? Eu poderia ter feito outras coisas... Mas eu sempre gostei muito de ler e de escrever, aí foi basicamente isso que me fez escolher jornalismo.” (Entrevistado D)

“O salário do jornal já era um lixo pro tanto que eu trabalhava... Porque a minha rotina era: eu chegava no jornal às dez, dez e meia, só que eu só largava de nove, dez da noite... Essa é a vida do repórter.” (Entrevistado C)

Aparentemente, o trabalho semanal não-remunerado já era tido como um dado na profissão, apesar de ser contra a lei. Vários entrevistados falaram com grande naturalidade sobre pautas que demandaram muito mais tempo de imersão do que o previsto, e como eles se dedicavam a elas muitas vezes por certo apego relacionado à profissão, possivelmente relacionado com a visão romantizada do jornalista abordada anteriormente e à estima do próprio fazer jornalístico. Dantas e Renault (2017), ao desenvolver uma recente pesquisa intitulada “As Condições de Trabalho do Jornalista no Brasil” que buscava mapear o impacto na saúde e na qualidade de vida da profissão, citaram a paixão pela profissão como um dado necessário, dado a grande quantidade de horas que são dedicadas ao trabalho. Além disso, afirmam, a partir dos dados coletados, que o uso do banco de horas de trabalho como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é, na verdade, um mito que não se aplica à realidade, e que os profissionais passam até a naturalizar essa irregularidade. Os autores afirmaram haver, na prática profissional do jornalismo, uma relação simultaneamente positiva e negativa acerca da profissão: *“De um lado a paixão pelo ofício, do outro a insatisfação com os salários e as condições de trabalho”* (DANTAS & RENAULT, 2017, p. 143). Os dados levantados pelos autores vão em conformidade com os levantados por mim, e os entrevistados de ambas as pesquisas trazem fortemente a noção da precarização da profissão em suas falas:

³⁴ O nome dos cadernos citados pelos entrevistados foram omitidos para preservar o anonimato dos mesmos.

“Foi meio punk a minha experiência desde o começo, até sobre as condições trabalhistas... Todo mundo que sai da Folha, inclusive eu, processa pra ter direito, pelo menos, ao FGTS. Não pagavam nosso FGTS, pagavam muito pouco (em salário) na época, não davam ticket de alimentação, passagem era um sacrifício pra dar, enfim... Isso na Folha que é uma empresa de uma galera muito rica, mas muito escrota em termos de relações trabalhistas.” (Entrevistado A)

“Eles pagam super mal, você assina o contrato de um jeito que você já faz um acordo que você já vai trabalhar todos os dias horas extras, o que é proibido na verdade, né? O seu salário já é pensado baseado nisso. E aí as horas extras você recebe, mas tem, digamos assim, as horas extras das extras que são essas coberturas nos finais de semana, ou por exemplo todos os trabalhos que eu fazia que eram fora do período de bater o cartão, digamos assim. (...) Esse ‘extra-extra’ a gente só recebia uns três meses depois. A gente nunca recebia no mês seguinte, só três meses depois, o que era uma coisa que também já era acordada no início.” (Entrevistado G)

Além das dificuldades no cumprimento da CLT comentadas acima, existem também as dificuldades estruturais intrínsecas aos veículos, seja no âmbito instrumental ou no corporativo, relacionado à contratação de pessoal:

“Não sei se você sabe como funciona. (...) Pra você ver até as relações trabalhistas da coisa. Tem sempre a história de ‘Ah, não tem vaga pra contratar, não pode contratar, mas pode ser que apareça uma prestação de serviço pra você fazer’. E aí nessa historinha muitos acabam abrindo um MEI, pra microempreendedor individual ter que se adequar lá e passar nota fiscal, e tal, e ter um contrato temporário com a empresa. E no meu caso eu tinha dois contratos temporários. Então eu acho que passei quase um ano trabalhando nesse esquema, mas era em duas empresas do próprio sistema, uma era pro online e o outro era pro impresso, começava de dia e ia até a noite, né? Assim, até tarde da noite.” (Entrevistado C)

“Mas (para conseguir fazer um jornalismo de qualidade) você tem que ter uma equipe de repórter experiente, com fontes, com um poder de persuasão grande. Aí você pode dar a matéria quente de forma mais abrangente. (...) Só que os jornais daqui não têm essa preparação ainda. Na verdade cada vez tem menos, porque cada vez mais vai contratando gente mais nova e estagiário. (...) Normalmente quando tem essas demissões em massa no jornal é pra contratação de prestador de serviço e estagiário, né?” (Entrevistado D)

Alguns entrevistados deram às demissões numerosas de funcionários dos jornais o nome de “passaralho”, termo usado, não surpreendentemente, especificamente para se referir às demissões em massa no campo jornalístico, justamente por se tratar de uma prática cada vez mais comum. De acordo com Pereira e Adghirni (2011), a desregulamentação dos contratos trabalhistas dos jornalistas é um fato que está intrinsecamente ligado às mudanças estruturais do campo jornalístico, tendo como vértice a contratação temporária de pessoal para substituir profissionais mais antigos, que podem ser mais custosos à empresa. Os autores comentam que:

“Os empregos informais, como free-lancers ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras. (...) A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens também é recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos. (...) Mais jovens e inseguros quanto ao emprego, os

jornalistas tendem a relativizar os padrões impostos pelos códigos deontológicos e o pensamento crítico –resultado da formação universitária– em nome dos valores do mercado” (PEREIRA & ADGHIRNI, 2011, p. 48)

Como ficou claro, para um dos entrevistados, tal substituição de jornalistas experientes por estagiários ou contratos temporários tem uma influência direta na qualidade do material produzido, não necessariamente pelo fato destes últimos não disporem das qualidades necessárias para tal, mas pela sua própria condição de indefinição profissional dentro do veículo. Como nenhum dos entrevistados ainda se mantém como estagiário ou contrato temporário dos seus respectivos veículos, não foi possível agregar ao *corpus* o ponto de vista desta categoria. Porém, o que é possível constatar através das entrevistas coletadas é que, de fato, a indicação dos repórteres que faziam a cobertura da pauta do Ocupe Estelita não era feita de forma arbitrária, questão que voltará ao debate na categoria subsequente.

De volta à subcategoria de condições de trabalho, abordando a precarização no âmbito instrumental, o seguinte trecho trazido pelo Entrevistado H pode ser muito elucidativo:

“Em relação à estrutura... Fotógrafo da Folha acho que ainda hoje trabalha com seu próprio equipamento(...). Eu acho que hoje por conta da internet a Folha já deve estar com algum notebook com internet, mas não tinha! O notebook ridículo da Folha era o que a gente tinha. Sem estrutura nenhuma, internet horrível, que não funcionava. A gente filava internet do computador de um posto de conveniência pra poder mandar a matéria, pô. Carro tinha pouco... E pior é que parece que é tudo terceirizado. E parece que o Diário tá pior que a Folha agora, porque eles não trabalham nem de carro, só trabalham de uber. (...) Acontecia às vezes de eu ter que tirar foto com o meu celular porque não tinha fotógrafo disponível. Aí eu ia sozinho, passava informações com a minha internet pra o grupo do Jornal, tirava foto com o meu celular particular, passava pro grupo do jornal, escrevia a matéria pelo meu celular, mandava pela minha internet uma materiazinha pra entrar no portal, pô. É isso que tão fazendo com o profissional.” (Entrevistado H)

O depoimento do entrevistado H reforça a precariedade da estrutura e dos instrumentos de trabalho do jornalista, que vão desde as ferramentas mais básicas de produção como um computador com internet à precarização das demais profissões ligadas ao ofício do jornalista. Este cenário indica que o enxugamento da equipe não se limita à redação, e aparenta ser um sintoma mais antigo para os demais funcionários do veículo, como os fotojornalistas ou os motoristas da já escassa frota de carros corporativos.

Porém, um outro ponto levantado neste trecho que é extremamente relevante para essa análise é a consequência direta do enxugamento da equipe: o aumento das atribuições dos jornalistas. Este tema é recorrente nas análises mais contemporâneas das condições de trabalho nas empresas de comunicação, e é reflexo das mudanças estruturais que tais empresas têm

passado, que, por consequência, espelha também as mudanças nos hábitos de consumo de informação. De acordo com Pereira e Adghirni:

Pressionado pelas novas tecnologias, pelo crescimento de setores de comunicação organizacional e de jornalismo de entretenimento, pela participação ativa do público e pela democratização das formas de acesso ao espaço público midiático, o jornalista profissional parece vivenciar um momento de indefinição. (2001, p. 39)

Embora a “democratização das formas de acesso ao espaço midiático” seja questionável, principalmente no ponto de vista sociológico, e trata-lo como espaço público pareça ainda mais problemático, o momento de indefinição das atribuições do jornalista é um fato. Estes profissionais, assim como visto acima, têm vivido um acúmulo de funções que antes não faziam parte da sua rotina de produção, e passam a sofrer pressão para buscar alternativas tanto para o processo de coleta (pesquisa, redação) quanto para o de formatação de informações (edição, ilustração/fotografia, diagramação, publicação), concentrando em si diversos processos visando a manutenção do seu cargo. Como definem os autores: “*Empresas convergem suas diferentes operações midiáticas, criando novas plataformas, produtos híbridos e exigindo que os profissionais de redação passem a produzir conteúdo multimídias e assumam um perfil multitarefas*” (PEREIRA & ADGHIRNI, 2011, p. 39). Como consequência óbvia dessa nova configuração, os profissionais sofrem uma sobrecarga de trabalho que não é acompanhada pela remuneração (AVILLÉS & CARVAJAL, 2008); muito pelo contrário, o enxugamento das equipes e a substituição de jornalistas mais experientes por contratos temporários mostram que, na verdade, a remuneração por este tipo de trabalho tende a diminuir proporcionalmente.

Estes movimentos de adaptação a esta nova realidade no processo de produção de notícias é mais uma prova do momento delicado da profissão diante de condições precárias de trabalho, que vão desde questões referentes à remuneração até escassez de ferramentas básicas de trabalho. É válido ressaltar também que a questão da precarização das condições de trabalho só não surgiu na fala dos dois entrevistados que assumem ou assumiam postos de destaque na hierarquia dentro dos seus respectivos veículos.

4.3 Não lugar: manifestante versus jornalista versus jornal

A noção de identidade foi trabalhada por distintas áreas do conhecimento, com ênfase para a psicologia e a sociologia. Além das obras de Stuart Hall, que se destacam no campo da sociologia contemporânea há autores que se apropriam do conceito para analisar temas mais específicos, como é o caso do sociólogo francês Claude Dubar, que se especializou no estudo de identidade no trabalho. Segundo este autor (1997), a identidade é o resultado do processo de

socialização, que envolve o cruzamento dos processos relacionais e biográficos. Ou seja, apreende tanto os sistemas de ação nos quais o indivíduo está inserido quanto a sua história de vida, trajetória. Ainda assim, não é possível entender a identidade como algo fixo; a identidade de um sujeito está em constante transformação (HALL, 1999).

As formações identitárias, nos termos de Dubar, são o resultado das identidades virtuais, ou seja, ao que os outros atribuem aos sujeitos, e dos atos de pertença, que surgem com a identificação do sujeito em relação às atribuições recebidas. Dubar identifica, portanto, a formação identitária profissional como um dos processos sociais estruturantes do indivíduo, e destaca a importância de haver, nesta relação profissional, a sensação de *conhecimento* e *reconhecimento*, de retribuição financeira e/ou simbólica, para que se alcance um sentimento de pertença e de encontrar um lugar que possa ser identificado como seu. De acordo com Lemos (1997, p. 22-23), a identidade “*se traduz ainda por conformidade, ajustamento, comunhão, sugerindo um processo de identificação que permitia a um indivíduo confundir-se com outra pessoa*”, em outras palavras, a identidade individual, quando assume uma conformidade estável em relação a um grupo ou a um outro indivíduo, permite que o sujeito se encontre tão intimamente conectado com o(s) outro(s) que chega a reconhecer-se como tal.

O conceito de identidade, mais especificamente o de identidade profissional, foi mobilizado para pensar a posição controversa dos jornalistas entrevistados durante a cobertura feita sobre o movimento Ocupe Estelita. Esta questão surgiu nos depoimentos de 7 entre 8 jornalistas entrevistados de forma muito forte e fortemente atrelada a outras reflexões, mas embasadas a partir da vivência de cobertura sobre o Movimento. O argumento aqui constrói-se entre dois prismas, que foram separados para efeitos puramente analíticos: *o primeiro é a não identificação do jornalista em relação ao jornal que trabalha*, dado que suas opiniões e posicionamentos não eram consonantes com a linha editorial do jornal em relação a esta pauta. O segundo, que será discutido em seguida, é o da *não identificação do jornalista em relação ao Movimento*, ainda que este concordasse o aprovasse.

4.3.1 “O jornalista não é o jornal”

Ao pensar a identidade do jornalista como uma relação de ajustamento e identificação em relação ao veículo, foram identificados em diversos trechos das entrevistas momentos em que esta identificação foi negada, quando ficava claro que os entrevistados procuravam demarcar certa distância ou discordância em relação ao jornal, por exemplo:

“Surge também dentro do jornal um movimento pequeno... Porque também o pensamento da direção é um, mas o pensamento das pessoas que formam a redação não necessariamente segue

a direção, é próprio do repórter. Então surge também no jornal um movimento de repórteres que estavam percebendo a forma inexata que o jornal tava cobrindo o Estelita, pensando 'ei pessoal, né assim não, a gente não tá fazendo o jornalismo que a gente deveria' (Entrevistado B)

"E aí você chega no jornal, você precisa do emprego. E eu não tava ali querendo ser uma grande repórter de um grande jornal recifense não... Me poupe! Eu tava formada, eu precisava de um emprego, eu precisava do dinheiro, e me ofereceram um contrato com carteira assinada. Aí vira pra mim e faz 'você quer? Agora o esgoto que você vai tratar é esse aqui (se referindo a um caderno específico), você quer?'. Aí a pessoa vai dizer que não quer? Quer! Quer porque é um emprego, porque você vai ter a carteira assinada e porque quando você tá ali dentro você sabe que pode haver a possibilidade de algum momento você ter uma pauta que você consiga puxar de dentro, algo que seja do seu interesse, que você consiga trazer algo legal" (Entrevistado C)

Em alguns trechos, as declarações eram ainda mais contundentes:

"(...) Era um ou outro que ficava à vontade de estar ali. Só que aí dava uma raiva porque por mais que eu não tenha o posicionamento do jornal, o jornal é uma coisa e o jornalista é outro! O jornalista não é o jornal, sabe? (...) Por mais que eu tenha nojo do posicionamento do jornal, o jornal é uma coisa, o jornal é institucional!" (Entrevistado C)

Um dos entrevistados narrou um fato em que teve que demarcar esta não identificação com a linha do jornal para um leitor, porque se viu cobrado:

"Porque as pessoas procuram, pô, na internet! Uma vez eu assinei uma matéria a contragosto e no outro dia Pedro José (pseudônimo de um candidato a vereador na época) mandou mensagem pra mim, porque ele me conhecia e perguntou 'Que porra é essa?', e eu tive que dizer: 'Bicho, desculpa, eu nem queria ter publicado isso, muito menos queria ter assinado, na verdade. Mas é assim que funciona.' É porque para as pessoas não dá pra dissociar o jornalista da pessoa, entendesse? Aí complica..." (Entrevistado H)

A "cobrança" em relação ao que se é publicado acontece também do outro lado: de acordo com o trecho abaixo, os próprios membros do Movimento demonstravam ter reservas em relação à forma como os veículos iriam utilizar o conteúdo das entrevistas dadas por eles. O entrevistado F conta como algumas pessoas responsáveis pela comunicação do Movimento foram instruídas a gravarem em seus próprios celulares a entrevista, para garantir, caso necessário, que o conteúdo discursivo fosse publicado da maneira que foi disposto durante a entrevista, buscando evitar que os trechos fossem enquadrados de uma forma diferente da que foi construída durante a entrevista:

"Quando você vai cobrir um movimento, por mais que a sua visão seja favorável àquele movimento ou algo do tipo, as pessoas do movimento tendem a ter uma visão mais repulsiva em relação a você. Tendem a desconfiar da sua postura. Algumas fazem uma linha do tipo: 'eu não estou dizendo que é você, mas o seu veículo' e outras não fazem nem essa distinção e personalizam a posição do veículo. E as vezes você sofre uma resistência grande pra conseguir

furar, pra conseguir fazer entrevista... Sempre há uma desconfiança... Que é ruim pro profissional, mas também faz parte. Não é uma coisa inédita nem nada...

- E isso já aconteceu com você?

- Não. Não de ser hostil, mas você nota reticências, você nota que muitas vezes eles querem saber sobre o que é a matéria, tipo, as pessoas querendo prever pra onde que elas estão falando... Às vezes acontece da pessoa dizer: 'tá, mas eu vou gravar também', e enquanto vai falando vai gravando também pra ter também uma contraprova, digamos, do que falou ali. (...) A sensação pessoalmente é ruim, como jornalista você acha ruim. Mas também tem muita razão de existir, sabe? Porque é muito frequente que haja distorção... Você fala um parágrafo inteiro, por exemplo, aí eles pegam uma frase sua e encaixam em um outro contexto que talvez não seja aquele que você falou. Eu acho que é uma estratégia também de intimidação, digamos. Porque você busca o espaço na mídia, você busca o espaço pra falar pro grande público, mas você tradicionalmente tem motivos para desconfiar. Então é aquela coisa: você tenta aproximar a mídia mas você também tenta intimidá-la para garantir que aquilo que você tá falando ali saia do jeito que você tá falando (...)" (Entrevistado F)

Ainda sobre o trecho acima, um ponto que é interessante destacar é o aparecimento espontâneo do discurso do “nós” e “eles” na fala do entrevistado, e o fato de que, ainda que ele estivesse representando o jornal através do exercício da sua profissão, há uma forte identificação com o Movimento em si, que fica claro quando ele comenta: “*Você fala um parágrafo inteiro, por exemplo, aí eles pegam uma frase sua e encaixam em um outro contexto que talvez não seja aquele que você falou*”. Isso demonstra como o espaço ocupado pelo profissional se encontra difuso na subjetividade do entrevistado, que ora se identifica como jornal, ora se identifica como parte do Movimento.

Os exemplos como estes são vários. Tanto nos desdobramentos mais gerais das entrevistas quanto em trechos mais contundentes e pontuais como os postos acima, foi possível identificar o posicionamento de *negação da identidade do jornalista* em relação ao jornal. Apesar de não ser possível inferir a extensão desse sentimento, a forte demarcação do não ajustamento do jornalista em relação à cobertura em questão ficou bastante evidente no *corpus*. Ainda que a identidade do jornalista seja formada também pelas suas relações profissionais, a dissociação do profissional em relação ao indivíduo, especialmente em termos de opiniões em assuntos mais polêmicos como o caso da cobertura do Movimento, aparece como um pressuposto importante para a integridade do jornalista, tanto à integridade profissional quanto à integridade do mesmo como indivíduo. Porém, pelo que foi relatado, nem sempre esse pressuposto era respeitado, ainda que por motivos diversos:

“Poxa, eu não defendo o que o jornal defende, e ainda por cima tenho que trabalhar num caderno que eu tinha ódio e nojo, e não podia fazer crítica, não podia fazer nada (...) Eu tinha um posicionamento que era muito mais voltado para o que era colocado no Ocupe Estelita (...)

Só que aí, eu querendo garantir o meu contrato, meu emprego disse: ‘Óbvio que eu vou continuar aqui’.” (Entrevistado C)

“Na época eu estava bem valorizado no jornal... Teve uma semana que de segunda a sexta todos os dias tiveram manchetes minhas, o que é bem raro. Mas ao mesmo tempo que eu estava muito bem em termos de conhecimento, eu estava meio cansado e ficando um pouco de saco cheio de certas coisas na redação... Dessa coisa de linha editorial... E também fisicamente cansado mesmo.” (Entrevistado F)

Em alguns casos, a constatação das diferenças entre o jornalista e o jornal vinham seguidos da escolha de seguir por outro caminho profissional, em outros, não. É importante ressaltar que, dos oito entrevistados, três participaram ativamente do Movimento, quatro demonstraram ser simpatizantes e um se declarou indiferente.

“Eu tinha uma visão de apoio (ao Movimento), mas eles me tratavam extremamente mal (inaudível)... Eu ia fazer o que? Eu não sou hipócrita. (...) Aí quando a pessoa lá do jornal disse a mim: ‘Não, vamo esquentar esquentar a matéria... Esse povinho do Estelita...’, e começou a falar mal das pessoas do Movimento, eu me arretei e disse: ‘Senta aqui e escreve. Eu não quero escrever sobre isso. Melhor que você sente e escreva.’” (Entrevistado E)

Embora em suas alocações estivesse claro que estes profissionais prezavam pela cobertura isenta de interesses e opiniões unilaterais, ainda que o ideal da imparcialidade seja largamente refutado nas teorias jornalísticas contemporâneas, o fato é que a cobertura do Estelita colocou em conflito alguns princípios, tanto dos próprios jornalistas quanto princípios da empresa de comunicação que os empregava, o que resultou num desconforto grande que, como esperado, tendeu para o elo mais frágil. A única exceção citada foi o caso exposto no trecho acima, em que o entrevistado E, que gozava de um maior status na hierarquia do jornal, se negou a escrever de acordo com a linha que estava sendo “sugerida”. Porém, isso não durou muito, e segundo o entrevistado ele terminou tendo que continuar a cobertura sobre o Movimento, embora não quisesse. Os jornalistas não se reconheciam nas alocações que produziam, e desta forma o desajuste em relação à profissão tornou-se latente. Mas não só de um lado essa tensão foi sentida.

4.3.2 “O jornalista não é o movimento”

Diante da pressão tácita dentro das redações ficava claro que um clima hostil se instaurava. Porém, essa hostilidade não era unilateral: apesar do fato que a grande maioria dos entrevistados admitia, mesmo que apenas no âmbito pessoal, apoiar a causa do movimento, a receptividade destes por parte do próprio movimento perpetuava o clima hostil também para fora da redação. Este foi um ponto comum a todos os entrevistados: a ênfase na má recepção do movimento aos funcionários dos veículos da grande mídia:

“Eu comecei a me envolver no movimento, comecei a frequentar, vi a luta da galera... (...) E depois de um tempo quando as pessoas começaram a me associar ao jornal, eu era muito hostilizada. Por exemplo, teve uma pauta que eu fiquei lá um dia inteiro (...) Eu não tinha sacado dinheiro porque eu não sabia que ia demorar tanto na pauta, não tinha nem lugar pra comprar também... Aí eu pedi uma água, um copo com água ao pessoal (do Movimento), e me negaram, sabe? E eu tava passando mal de verdade, no sol quente... E eu tava lá e ninguém me deu um copo com água, pô!” (Entrevistado D)

“Isso é outra coisa que me incomodava muito, é claro que lá (no Movimento) a galera recebia muito mal repórter, por exemplo. Não é todo mundo que recebia mal, mas sempre tem em movimento, em organização a galera mais radical, que eu até acho que eles têm razão, mas aí eles recebem muito mal. (...) Então aí tem horas que você chega, e não é que alguém xinga, mas você chega no lugar e a galera fica intimidando... Eu lá de crachá, identificado, com o fotógrafo do lado esperando a galera terminar uma reunião, sem incomodar ninguém, se mandassem sair eu saía... E sempre tem essa galera que não gosta que chegue perto, e fala “não, deixa a gente terminar aqui...” e tem a galera que já grita “sai de perto, sai de perto!”. E esse pessoal não sabe que muitas vezes eu até queria estar lá com eles, mas é que eu tava trabalhando só, sabe? E talvez quando eu largasse eu fosse pra lá, e aí? Sabe? Eu precisava trabalhar, infelizmente eu tô a serviço de uma máquina. Mas sempre tinha essa hostilidade.” (Entrevistado H)

“Na hora que eu cheguei eles estavam numa roda e eu falei ‘Oi gente, boa tarde!’. Eu era muito mal recebida como eu nunca fui em outros lugares, por exemplo em favela, em família de bandido, até pelos próprios bandidos... Eu fui muito mal recebida por eles o tempo inteiro.” (Entrevistado E)

O que se destaca nestes trechos, além da forma hostil com que os repórteres eram recebidos, é o fato de que os mesmos sempre se colocavam de forma aberta e interessada no movimento, mas ainda assim eram mal recebidos. Neste contexto, portanto, os jornalistas que tinham simpatia à causa do Movimento não se identificavam com a linha de cobertura adotada nos jornais sobre o caso, mas também, ao mesmo tempo, não se identificavam com o próprio Movimento, dada que a sua condição de profissional de um veículo de comunicação de massa o tornava *persona non grata* naquela conjuntura.

“Tinha acabado de acontecer um episódio de algum jornalista chegar lá pra cobrir e a galera (do Movimento) ter começado a gritar com a pessoa, ter mandado a pessoa sair... Alguma coisa assim, de atingir a pessoa que tinha ido ali trabalhar como repórter, sabe? Ser confundida com a instituição em que ela trabalha, sabe? E aí a gente começou a conversar sobre isso, dizer que tinha uma galera que era bem cretina mesmo, que tá ali dentro do jornal, escravizado dentro daquilo, mas que tá defendendo o discurso do patrão ou dos anunciantes e tal... Mas tem uma galera que tá lá porque é o trabalho deles, porque eles precisam trabalhar, eles tem as contas deles, se eles eles fizeram essa escolha é um problema deles, certo? Mas isso não significa que eles sejam o patrão ou tenha esse discurso, certo? (...) Porque muita gente não consegue olhar para o repórter e ver esse ser humano, o lado humano que tem ali dentro dessa pessoa que não é a instituição que ele tá representando, né.” (Entrevistado C)

Um dos entrevistados relatou um fato ocorrido entre o mesmo e um representante do Movimento, em que houve um desentendimento verbal que causou indignação por parte do jornalista, que, segundo comentou, estava disposto a fazer uma cobertura o mais equânime possível, buscando dar voz ao Movimento, o que costumava não acontecer, segundo relatou. Porém o desgaste com o membro do Movimento levou a um afastamento do jornalista em relação à causa, pois o mesmo se sentiu subjugado na ocasião:

“Porque eu sou assim, sabe? Não me venha condenar, não me venha julgar sem me conhecer. Porque se você vier, você vai ouvir. Pra poder saber quem é. Você tem que saber quem é pra poder abrir a boca, pra poder criticar... Não sabe da minha carreira, não sabe quem eu sou, não sabe a minha abordagem, não sabe minha estratégia... Como é que você vem me condenar, me crucificar na frente de todo mundo? Eu fui bem grossa mesmo.” (Entrevistado E)

“E aí eu comecei um processo meu mesmo, já me questionando o que eu tava fazendo ali, porque é que eu queria continuar ali, porque é que eu tava fazendo jornalismo... E nisso coincidia muito com o Ocupe acontecendo. Eu ia, mas não era a mais atuante, nunca fui uma das pessoas de maior atuação ali dentro... Só que aí isso começou a me incomodar muito... Era constrangedor pra mim...Tinha gente que me via como a repórter, a canalha, a cretina. E aí eu comecei a ter dificuldades de expor os meus posicionamentos ou dentro do jornal ou fora dele. Em qualquer lugar. Eu não me sentia muito bem pra falar sobre nada.” (Entrevistado C)

Diante desta situação, é possível afirmar que houve uma dupla negação do espaço, ou uma dupla negação da identidade; a de jornalista, por parte do jornal, e a de manifestante, por parte do Movimento, visto que o clima reativo levava o jornalista a não se identificar com nenhum dos dois espaços. Em um contexto era mal visto como o transgressor ou como o funcionário que não se apropria da “linha” do veículo, por outro, era mal visto como um funcionário à serviço do jornal, que tendia a manipular e silenciar a situação. E é neste contexto que o conceito de *não lugar*, cunhado por Marc Augé (1994), é apropriado para pensar um lugar além do âmbito espacial³⁵: sugiro aqui que a noção de não lugar seja considerada em termos de identidade. Embora o autor francês tenha previsto a possibilidade de apropriações como a sugerida aqui, especialmente ao afirmar que, embora a noção tenha um limite conceitual “*correspondem a espaços muito concretos, mas também a atitudes, a posturas, à relação que os indivíduos mantêm com os espaços onde vivem ou que eles percorrem*” (AUGÉ, 1994, p.167). No caso aqui proposto, o não lugar identitário seria um não lugar subjetivo, ligado à relação dos indivíduos com os ambientes da redação e do Movimento. O não lugar, como coloca Augé (1994) é tido como espaço vazio, e se caracteriza pela ausência de símbolos de identidade, relação e história (Idem, p.156). O ambiente da redação dos jornais, bem como o das reuniões

³⁵ O conceito de “Não Lugar” desenvolvido por Augé se refere, notadamente, a espaços físicos concretos ligados a uma noção de anonimato, embora o autor abra a possibilidade de um Não Lugar subjetivo. Ver: “Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade” (AUGÉ, 1994).

do Movimento Ocupe Estelita seriam para os jornalistas entrevistados como não-lugares identitários, já que, como é possível perceber em suas falas, ambos se tornaram ambientes em que “*ao mesmo tempo se está sozinho sem estar*” (Idem, p.169).

“*O jornalista não é o jornal, mas quando ele tá com o crachá ele é, ou ele represente, ou ele tá ali ‘em nome de’. Porque uma coisa seria se eu tivesse participado da cobertura e depois eu tirasse o crachá, largasse e fosse pra lá pra protestar e aí a galera me expulsasse. (...) Mas quando você tá de crachá, você representa o jornal. O que eu acho só é o seguinte: que o cara ao invés de ser hostil logo de cara ele podia chegar junto e saber qual era a do cara, conversar mesmo, sabe? E sentir. Ter sensibilidade. Eu acho que falta sensibilidade.*” (Entrevistado H)

“*Todo mundo falava, mas ninguém sabia o que tava acontecendo dentro do jornal... A única coisa que se falava quando eu tava nas reuniões (do Movimento) era que jornalista e jornal é tudo filho da puta, e tal... (...) E eu nessa situação?*” (Entrevistado D)

“*(...) Dava pra ver esse constrangimento que a gente passava... Você não pode falar nada, em canto nenhum, que já é taxado. Rapaz, você não sabe quem é aquela pessoa, você não sabe quais foram as razões que levaram elas e estarem trabalhando naquilo (no jornal) (...) eu fico pensando no meu caso mesmo, por exemplo. Eu fiquei nesse caderno não foi porque eu quis não, foi porque tinha aparecido essa vaga e a repórter tinha sido demitida. Eu tava como prestadora de serviço. Aí fui.*” (Entrevistado C)

Augé, discursando sobre a supermodernidade, a partir da qual desenvolve a noção de não lugar, afirma que “*nunca as histórias individuais foram tão explicitamente referidas pela história coletiva, mas nunca também os pontos de identificação coletiva foram tão flutuantes*” (CARVALHO, 2005, p. 96). Para o francês, a identidade coletiva e a identidade individual seriam indissociáveis, por isso que ele afirma que “*a individualidade absoluta é impensável*” (AUGÉ, 1994, p.26). A representação do indivíduo é, portanto, uma produção intrinsecamente social. Dito isso, entende-se que, a partir dos termos definidos por Augé, que por si só já previu abertura a outras interpretações além do que foi explorado por ele, é viável uma apropriação da sua noção de não lugar para pensar um viés subjetivo ligado à identidade individual.

No material discursivo resultante das entrevistas, foi possível identificar um movimento de auto justificação das ações adotadas, tanto em relação ao jornal quanto em relação ao Movimento, justamente pelo sentimento de pertença não haver se efetivado em nenhum dos dois ambientes. Em ambas as conjunturas possíveis os jornalistas estavam “*em contato com outras pessoas, sem efetivamente ou de fato estar com alguém*” (BÜHRING, 2014, p. 9). Neste contexto delicado, um grupo de jornalistas, entre eles um dos entrevistados desta pesquisa, decidiram se articular e criar um Tumblr, que é uma plataforma de *blogging* online, o qual intitularam “*Cálice da imprensa Pernambucana*”³⁶. O termo “*cálice*” é uma referência à música

³⁶Link para o Tumblr: <https://calicerecife.tumblr.com/> . Acessado em 29/03/2018.

de Chico Buarque que tem o mesmo nome e se refere à censura nos tempos da ditadura militar no Brasil. A plataforma reúne trechos de depoimentos dos jornalistas que, segundo consta na descrição, “têm sido impedidos de realizar seu trabalho de forma ética”. Para cada trecho foi criado um pseudônimo, visando a preservação dos profissionais. Os posts se concentraram em junho de 2014, e traziam junto com o trecho a logomarca do movimento Ocupe Estelita e os dizeres: “Pelo fim da censura e uma imprensa transparente”. Quando questionado sobre o que motivou a criação desta plataforma, o entrevistado afirmou ser uma resposta à situação complicada em que se encontravam, ou, nos termos aqui propostos, ao não lugar subjetivo que ocupavam:

“O que a gente queria era mostrar pra essa galera louca ali que tava ali dentro do Ocupe que existem seres humanos normais que estão se fudendo e estão trabalhando nesses ambientes. E que essas pessoas também passam por essas situações, que vinham dizer que realmente não se sentiam à vontade pra falar sobre isso, pra trazer isso à tona, pra falar sobre isso... Até porque nas redações o tom era de deboche, de caricaturar as pessoas do Movimento, tipo: ‘Ah, fulano é do Ocupe’ ... Ridicularizando as pessoas. E aí elas não vão ficar falando sobre isso ali e muito menos sugerindo uma pauta.(...) O que a gente queria” (Entrevistado C)

O “Cálice”, que antes havia sido pensado para compartilhar situações de coerção por parte dos veículos em relação aos seus jornalistas, acabou tendo um efeito maior de expor, ainda que de forma anônima, a situação difícil que estes profissionais estavam passando dentro e fora dos seus veículos:

“O que eu acho que acabou acontecendo foi ter feito um bem muito maior naquele momento para os repórteres e jornalistas que acabaram dando seus depoimentos, por mais que eles não fossem identificados lá, eu acho que isso lavou a alma deles, sabe? No sentido de dizer ‘olha, aqui tem gente normal, galera’. Entendeu?” (Entrevistado C)

De uma forma indireta, portanto, o “Cálice” foi uma iniciativa de denúncia sobre as condições de trabalho sob as quais estes profissionais produziam; mais que isso, pode-se afirmar que, ainda que não fosse de forma consciente, a criação do “Cálice” foi conseqüentemente a construção de um *lugar*, em referência à noção de Augè. Neste espaço, além do desencantamento ao revogar os ideais romantizados acerca da profissão quando chegavam às redações, da precarização das condições materiais e imateriais, ainda tiveram que lidar com a não aceitação e a negação de suas identidades em ambos os ambientes. O importante de levantar estes pontos trazidos em tópicos a partir das entrevistas é fazer um esforço no sentido de analisar a conjuntura sob a qual a cobertura jornalística pernambucana sobre o movimento Ocupe Estelita aconteceu, mostrando os indícios de constrangimentos -tácitos ou não- que permitem um melhor entendimento das forças que atuam no campo. A difícil relação dos jornalistas com

os paradoxos latentes da sua profissão, que se manifestam especialmente em contextos como este, aparecem como um desafio às suas práticas.

4.4 A Censura

Na primeira categoria e suas subcategorias relacionadas foi possível perceber aspectos intrínsecos à produção de notícias a nível interno aos veículos de comunicação, e que embora esses aspectos possam parecer contingentes, acabam sendo verdadeiramente estruturantes ao produto final. Em outras palavras, procurou-se evidenciar elementos que costumam ser tidos como suplementares à análise, mas que se mostram definidores da situação. Ao explorar o *corpus*, uma segunda categoria foi identificada e, considerando a sua importância para o argumento final deste trabalho, foi dividida em apenas duas subcategorias: a primeira é a censura expressa e a segunda é a autocensura.

4.4.1 A censura expressa: consequências da falha da censura preventiva

Durante o levantamento da bibliografia sobre o assunto, foi perceptível que ao mobilizar a noção de censura aplicada à mídia, a maior parte dos textos se relacionavam com regulações governamentais de governos totalitários ou voltavam sua discussão à velha questão da liberdade de imprensa. Foram encontrados muitos textos se referindo aos governos asiáticos ou Oriente Médio, majoritariamente escritos em inglês, e os demais textos, este em minoria, trabalhavam a questão relacionada às ditaduras militares na América Latina. O levantamento teórico mostrou que pouco foi produzido sobre a censura dentro dos veículos produzida por fatores outros que não a pressão governamental. O conceito geral de censura compreende o controle da informação por parte de alguém ou algum grupo que detém o monopólio do poder, o que geralmente é relacionado ao poder externo aos veículos de comunicação. Mas desconsiderando a possibilidade deste poder ser exercido pelo governo, que outro grupo detém poder suficiente para assumir a forma de censor sobre um veículo como um jornal impresso, por exemplo?

De acordo Dutra (2017), existem três formas de categorizar a censura a partir da forma como a mesma é exercida: a censura preventiva, a repressiva e a indireta. A primeira diz respeito à vigilância governamental do que é textualmente produzido, e foi praticada principalmente durante o período de ditadura militar no Brasil e em diversos outros países. A censura repressiva então tomava a frente nas ocasiões em que a censura preventiva não dava conta, se utilizando de proibições arbitrárias de, por exemplo, peças teatrais, músicas ou textos. A última forma de censura tem sua definição mais branda e é exercida por atores coletivos, podendo incluir diversas especificações da prática. A categoria endêmica que surgiu a partir da análise do

corpus se refere à censura explícita nos veículos de comunicação atrelada à dinâmica do campo econômico, que se efetiva no ambiente das redações através da censura de conteúdos que possam ser prejudiciais aos anunciantes dos jornais.

Durante o desenvolvimento do roteiro de entrevista foi decidido que a palavra “censura” seria excluída das perguntas visando evitar direcionamentos por parte da pesquisadora, visto que se trata de uma noção polêmica e que envolve um longo debate, e sua utilização nas perguntas poderia parecer uma sugestão, o que não era interessante para a pesquisa. Dito isso, o termo surgiu de forma espontânea na fala de apenas metade dos entrevistados, embora os demais tenham usado termos análogos ou citado exemplos práticos desta prática em suas vivências nas redações dos seus respectivos jornais, até mesmo os entrevistados que gozavam de certa autonomia dado o seu cargo na redação. Alguns chegaram a relatar experiências de jornalistas próximos, como por exemplo o relato do entrevistado A, que comentou sobre uma retaliação feita pela editora de redação do jornal a uma postagem de um jornalista feita em sua rede social sobre um cliente da sua empresa pessoal de assessoria de imprensa:

“A editora-chefe da Folha de Pernambuco viu o post no facebook dele e mandou ele apagar. Veja bem: ele fez uma coisa informal, na sua conta pessoal, e não falou mal do lugar que ele trabalhava, da Folha de Pernambuco.... Ele falou mal de uma experiência que teve num lugar que ele foi, e ela mandou ele apagar. Não porque ela era da Folha, mas porque ela era assessora pessoal da empresa. Tu entendes as relações como se confundem e como são nojentas? A pessoa se sente no direito de controlar o repórter fora do seu horário de trabalho, no seu ambiente pessoal, por um objetivo pessoal dela! (...)É um jogo de poder bizarro, um assédio moral gigantesco!” (Entrevistado A)

Neste exemplo é interessante perceber que a censura exercida não visa nem a manutenção do veículo em si, mas se estende até para o âmbito particular de seus funcionários, tanto em relação à pessoa que censurou quanto ao de quem foi censurado. Isso demonstra como os limites de invasão não estão claros no “jogo de poder” comentado pelo entrevistado; a retaliação direcionada ao âmbito privado do jornalista demonstra uma censura que se estende para muito além da redação, e ainda informa muito sobre o jogo da hierarquia interna. Outro exemplo citado por mais de um entrevistado (dentre eles o autor em questão), foi sobre uma matéria assinada por um jornalista da Folha que tocava de forma muito sutil o tema dos occupy pelo mundo e que, por “descuido”, acabou indo parar na capa do jornal:

“Um jornalista da Folha (...) fez uma matéria de capa gigantesca quando ninguém falava do Estelita ainda, então ele aproveitou o momento e falou de movimentos de ‘occupy’ pelo mundo, falando inclusive do Estelita, entrevistando cineastas e sociólogos, e tal... Como ninguém fazia ideia do que era o Estelita ainda, nem o pessoal que trabalhava mesmo no jornal nem os superiores, saiu a matéria gigantesca na capa na Folha de Pernambuco. No outro dia quase que demitiram ele (...)Enfim, passou, mas ainda assim foi um risco grande, porque não tinha

censura prévia nesse caso, mas por ter saído eles quase foram demitidos, os dois (o jornalista e a editora do caderno).” (Entrevistado A)

Os detalhes do caso que o entrevistado A provavelmente não sabia surgiram durante a entrevista do jornalista em questão:

“Eu sabia. Eu sabia, e eu achava que ia ser gongado (rejeitado, vetado) antes. Eu achava que o revisor, inclusive, ia gongar. (...) Por isso que eu achava que não ia passar. E aí, quando eu tava viajando, ela (a editora do caderno) me ligou e falou: ‘Eu achava que eu ia perder meu emprego’. Aí eu fiz: ‘Sério?’ E ela fez: ‘foi!’. Porque o editor-chefe da época, ligou pra ela e disse que a galera do Novo Recife ligou pra o dono do jornal dando um escracho nele porque ele tinha prometido fazer uma matéria positiva sobre o Novo Recife no caderno de economia e tinha saído essa porra dessa matéria chamando pro Ocupe Estelita em outro caderno). Nisso essa matéria de economia não tinha saído ainda, era uma promessa que ele tinha feito, sabe? Aí o dono do jornal ligou pro editor-chefe do jornal dando um escracho, aí foi a escadinha sabe? Aí o editor-chefe ligou pra editora do caderno dando um escracho e aí ela ligou pra mim, sabe? Foi uma coisa que veio do Novo Recife e chegou em mim, sabe?” (Entrevistado G)

A experiência de censura vivida pelo entrevistado G, ainda no começo do debate sobre os movimentos occupy, quando o Ocupe Estelita ainda tomava forma, permite uma série de ênfases passíveis de análise. Primeiro, o desconhecimento por parte dos editores sobre a existência de um Movimento que se articulava em oposição ao projeto Novo Recife, que nesta época já parecia ser anunciante do jornal, levou ao que o entrevistado A chamou de falta de “censura prévia”; visto que a relação entre os movimentos de occupy pelo mundo e um dos seus anunciantes ainda não estava clara, a matéria passou despercebida pelas instâncias de edição do jornal, ganhando destaque na capa do jornal. Embora o próprio autor da matéria tenha comentado que, dado o estágio incipiente do Movimento sua matéria nem teve muita repercussão dentre os que se posicionavam contra o Projeto, sua publicação causou um desconforto direto entre o dono do jornal e quem viria em alguns meses a se tornar um dos grandes anunciantes do veículo: o consórcio Novo Recife. A partir daí, ativou-se o que o entrevistado G chamou de “escadinha”: a ordem de repressão foi passando pelas instâncias da hierarquia até chegar ao jornalista, pondo em cheque também a posição da sua editora, que em tese teria que ter se atentado para a possibilidade deste “constrangimento” desde o início. Por último é importante destacar a capacidade de mobilização acarretada por uma matéria aparentemente dissociada do projeto Novo Recife, publicada ainda nos primórdios do movimento Ocupe Estelita: isso demonstra como o Consórcio estava atento à construção da sua imagem, antes mesmo do próprio Jornal estar a par das referências. A matéria, portanto, levou o anunciante a mobilizar desde o dono do jornal até o jornalista responsável pela matéria, passando a mensagem de que matérias como aquelas não seriam bem vindas por todas as cargas, até chegar ao elo mais frágil que, não surpreendentemente, teve seu cargo ameaçado.

Este caso exemplifica a prática de uma censura expressa feita de forma direta e deliberada, de dentro para fora do veículo; em outras palavras, dada a baixa autonomia do campo jornalístico³⁷, o campo econômico, representado aqui pelo anunciante, interferiu diretamente, embora também tardiamente, no processo de produção de notícia. Trata-se então de uma censura repressiva, mas que passa a se tornar preventiva a partir do momento que o acontecido passa a ser exemplo na redação deste e dos demais veículos, já que este caso repercutiu consideravelmente no meio, dentro e fora da Folha:

“Aí quando eu voltei de viagem eu fui chamado pra uma sala (...) que tinha uma subeditora e tava a minha editora direta. E aí elas conversaram, me deram um toque de que por muito pouco a minha cabeça não rolou. E aí eu fiquei querendo entender também o por que não rolou, sabe? E eu acho que eles foram espertos pra também não me transformar em mártir. De não pegar uma coisa que já passou e ainda dar mais visibilidade pra isso, sabe? Então teve essa reunião que foi tipo pra eu me ligar, que se eu tivesse de novo uma coisa desse tipo eu ia voar (...) E engraçado, mas eles não chegavam pra falar que eu tinha feito uma coisa errada, ou queriam saber o porquê de eu ter feito isso, sabe? Eles entendiam inclusive que era falha deles por terem deixado passar. Porque eles tinham que ter visto isso e ter gongado internamente e aquilo ter ficado por ali (...) Aí enfim, rolou essa história, a matéria saiu, rolou todo esse drama interno. Daí eu percebi que o editor-chefe começou a me olhar de uma maneira muito diferente, sabe? Percebendo que eu era um perigo, não sei. Apesar deles não terem feito nenhuma represália em relação a mim por causa disso, sabe? Eu continuei fazendo as minhas coisas do mesmo jeito como se nada tivesse acontecido.” (Entrevistado G)

O que choca, no final do depoimento, é o não reconhecimento da ameaça de demissão como represália, possivelmente pelo fato de só ser considerado censura se a ameaça fosse concretizada. A escolha de não tornar o entrevistado G um “mártir” da situação, como ele mesmo chama, aparece como um escape razoável à situação posta, já que não havia como voltar atrás na publicação. Porém, em termos conceituais a ameaça em si já configura uma censura expressa, que foi praticada desde o campo econômico até chegar ao campo jornalístico. A longo prazo, a sanção negativa recebida pelo entrevistado é internalizada, resultando numa outra forma mais subjetiva de censura que será aprofundada mais à frente da análise. A censura aqui, portanto, é tida como resultado prático da dinâmica dos campos que leva os jornalistas a desconsiderar, ocultar ou alterar conteúdos e/ou informações do público leitor a fim de não prejudicar a imagem dos anunciantes dos jornais que os emprega. Este foi o caso vivido nas redações dos jornais pernambucanos durante a cobertura do movimento Ocupe Estelita, visto que o consórcio Novo Recife foi um forte anunciante, chegando até a publicar informes

³⁷ A baixa autonomia do campo jornalístico em relação aos demais campos foi abordada por Patrick Champagne no livro sobre Bourdieu organizado por Benson & Neveu (2005) em seu texto intitulado “The Double Dependency: The journalistic field between politics and markets”.

publicitários³⁸ de várias páginas que foi veiculado dentro do jornal em alguns dias. Outros casos como estes foram comentados nas entrevistas, tendo relação ou não com a cobertura do Estelita, sendo ela direta ou indireta, prévia ou não:

“Eu percebia, não só nessa pauta como em outras pautas mais desse aspecto, e isso chegou a ser comentado lá (na redação) que essas pessoas que eram mais avessas à linha que o jornal adotava passaram a ser afastadas dessas pautas. Porque muitas vezes não é você que vira pro jornal pra dizer ‘hoje eu vou escrever sobre isso’. Quase sempre você é pautado, então parte da editoria lhe dizer o que você vai fazer naquele dia. Então dava pra ver que as duas, três pessoas mais contundentes nessa crítica passaram a receber outras pautas e serem afastadas desse tipo de cobertura. Não só do Ocupe como em outras pautas de desapropriação, de protesto contra aumento da passagem, essas coisas assim.” (Entrevistado F)

Assim como o ocorrido com o entrevistado G levou-o a ser enxergado de maneira diferente pelos seus chefes, outros jornalistas em outros jornais sofriam uma forma diferente de censura prévia: eram simplesmente afastados da pauta, pois também representavam um “perigo” análogo em relação à cobertura. Esta situação havia sido relatada também por um entrevistado que ocupava um alto cargo na redação em que trabalhava: apesar dele ter uma postura mais próxima ao Movimento, o fato de estar trabalhando a décadas no veículo fez com que a pauta fosse direcionada para ele, muito embora tivesse expressado verbalmente a sua vontade de não participar da cobertura:

“(...) E eu sabia que a coisa (a cobertura) ia se encaminhar para a linha do jornal. E aí ela (a editora-chefe) me encaminhou. Mas por quê me encaminhar? Porque pegaram os (jornalistas) mais experientes. Não podia colocar qualquer pessoa. Tinha que colocar alguém que soubesse de política pra poder fazer de acordo com o que se queria.” (Entrevistado E)

Entende-se, a partir deste trecho, que o direcionamento das pautas era feito a partir de um escolha deliberada dos editores, com o objetivo de encaminhar os jornalistas que não iriam fugir muito da linha de cobertura do jornal, ou, como comentou o entrevistado F, os menos “contundentes” em relação à crítica do movimento. O caso do entrevistado E é interessante para pensar que o fator do desajuste em relação à linha adotada pelo veículo pôde ser reconsiderado no caso de tratar-se de um jornalista muito antigo e de carreira sólida no veículo; nesta conjuntura, os editores confiavam no “saber político” do jornalista para assegurar que as matérias não fugiriam do previsto. Este ponto merece destaque, pois dialoga com o argumento lançado na categoria anterior sobre a substituição massiva de jornalistas mais experientes por estagiários ou contratos temporários. Além disto, também leva à reflexão: seria o domínio do “saber político” o fator determinante para a manutenção deste jornalista em questão no veículo

³⁸ Informes estes que foram publicados, por exemplo, na edição dos dias 24 de fevereiro de 2013 no Jornal do Commercio e 25 de maio no Diário de Pernambuco. Fonte: Levantamento documental.

por tanto tempo? Esta questão foge um pouco da subcategoria tratada aqui, mas voltará a ser aventada mais à frente do trabalho.

4.4.2 Como se comunica a censura: “Era uma censura explícita... E nervosa”

A partir do que foi exposto como censura expressa ou termos análogos nas entrevistas, surgiu uma pergunta sobre a forma prática através da qual o controle era exercido dentro das redações, e as respostas foram extremamente similares:

“Na época do Estelita eu trabalhava na coluna social, e a gente era terminantemente proibido de citar, assim, era explícito: proibido, não podia falar nada. Pra a gente era: finge que não existe. Poderia estar caindo o mundo, mas não coloquem. E isso é uma coisa que era dita, não era subentendida... Porque tem muita coisa no jornal que a gente não bota subentendido, que tipo, o chefe não vai gostar, ou algo nesse sentido... Mas nesse caso era uma censura explícita... E nervosa.” (Entrevistado X³⁹)

“Era assim, ou o editor chegava e falava diretamente que não era pra falar de tais assuntos ou... É que eu acho que as pessoas quando imaginam uma redação do jornal pensam que tem um censor assim: “não fale disso!” E nem é sempre assim. Às vezes é uma coisa muito mais velada, às vezes é numa reunião de pauta, às vezes é seu chefe/editor que vai chegar e vai dizer: “ó, né pra falar de tal assunto não, viu?” ou “ei, você falou tal coisa mas num é pra falar não...” Isso acontece, como eu tô dizendo, mas é velado.” (Entrevistado C)

Surgiram então cenários onde a o controle era exercido de forma muito clara e expressa, passado do editor do jornal para o jornalista a partir de uma reunião de pauta com os editores-chefes e a diretoria. Em outros momentos, aconteceram momentos em que a censura ocorria de forma velada, embora nenhum dos entrevistados tenha explorado essa questão. Usando os termos utilizados nas falas dos entrevistados, a decisão geralmente vinha “de cima pra baixo”, e os funcionários nem sempre estavam a par do acontecido.

“Então, tem reuniões dos editores com a editoria executiva e a diretoria de redação. Nunca participei, então não sei como é. E tem as reuniões dos editores com as equipes, com os repórteres. Geralmente as coisas não chegam pros repórteres detalhadamente o que aconteceu na reunião dos diretores, então é difícil você saber, mas eu sei que tem. Que existe esse viés. De dizer isso tem que ser por essa linha, aquilo por essa linha. Agora, se tem uma coisa que na reunião dos editores é dito abertamente ou se é dito de uma forma obscura ou naturalizando um certo comportamento, aí eu não sei.” (Entrevistado F)

“Meu chefe me passava. (...) Eles tinham reuniões diárias com o diretor de edição pra ver as pautas do dia, pra decidir o que vai pra capa no dia seguinte, pra ver o que é mais chamativo, pra ver as censuras, e tal... (...) Aí meu chefe saía da reunião e: ‘Olha, o editor falou que não

³⁹ Durante a minha entrevista com o entrevistado A, um colega dele chegou na sala em que a entrevista acontecia e quis deixar um depoimento sobre o assunto. Ele disse que percebeu sobre o que conversávamos e fez questão de falar da sua vivência, do tempo que trabalhou com o entrevistado no mesmo jornal. Esse trecho é uma parte do depoimento dele.

*pode falar de ****⁴⁰ porque deu um problema na TV Jornal e vocês não podem falar'. E com o tempo a gente vai se acostumando e naturaliza a censura. Isso foi em 2012, né? Mas em 2017 isso continua a mesma coisa.*" (Entrevistado A)

O entrevistado A citou um dos seus primeiros contatos com a censura no jornal em que trabalhava, e que foi justamente sobre a cobertura do movimento Ocupe Estelita. Como estava envolvido com o Movimento, essa experiência ocasionou um forte descontentamento com a profissão logo de início, que foi manifestada através de um isolamento em relação ao próprio jornal:

"Logo quando eu entrei na Folha teve algum outro evento grande do Estelita, não sei se foi a polícia que foi lá e bateu na galera (...)Aí eu cheguei de manhã e me disseram: olha não vai falar uma palavra, nem no impresso nem no blog nem nada, esquece tudo isso, não vai rolar (...) Nesse dia teve uma pessoa que saiu falando na redação, com os repórteres de um a um pra dizer isso: não vai sair uma palavra do Estelita no Jornal, nenhuma! E tinha sido uma coisa bem pesada que tinha rolado no dia anterior... Aí na mesma hora eu entrei no facebook e tirei o 'trabalha na Folha de Pernambuco', de vergonha, de constrangimento, de raiva que a gente sentia" (Entrevistado A)

A imposição explícita em adotar a linha do jornal ao cobrir o Movimento, que no início, como visto, consistia simplesmente em desconsiderar intencionalmente o mesmo, o mantendo fora das notícias, causou revolta e repulsa em dois dos entrevistados, que comentaram sobre o constrangimento de trabalhar desta forma. Para alguns entrevistados, o motivo da censura estava muito claro:

"(...) Eu já sentia, na época do Caderno C, alguma privação de alguns assuntos. Lá no caderno, por exemplo, a gente não podia falar de algumas pessoas que tinha tido algum atrito com algum aspecto da empresa. Enfim, rola essa censura de pessoas que, em algum momento, nas redes sociais ou publicamente de outra maneira, se colocaram contra a empresa ou contra algum aspecto do funcionamento do jornal." (Entrevistado A)

Sendo o campo jornalístico um campo relativamente fechado, não é incomum que os jornalistas se conheçam. Algumas vezes, como no episódio do entrevistado G que sofreu uma ameaça de demissão por ter citado o movimento Ocupe Estelita numa matéria sobre os demais movimentos de occupy, houve uma complementariedade entre a sua fala e a de outro entrevistado, que comentou sobre o mesmo episódio. Por motivos óbvios os entrevistados não sabiam quem eram os demais participantes do *corpus*, por isso foi muito interessante perceber que a mesma história era contada de pontos de vistas diferentes. Os dois entrevistados que eram mais antigos e que ocupavam posições de destaque em seus veículos nutriam uma relação de admiração e amizade, e o entrevistado E comentou sobre a forma que o entrevistado B

⁴⁰ Referência a um ator local que foi omitido visando proteger o anonimato do entrevistado.

conseguiu transpor os limites da censura e colocar, em partes, o seu ponto de vista nas matérias que escrevia, falando sobre como essa possibilidade o deixava honrado:

*“E interessante é que no **** tinha ****⁴¹ na coluna dele que falava, ele arrasava! E eu ficava: ‘uhuuul’ (comemorando). Como jornalista, **** se destacou. Ele é incrível, então ele dava o tom e isso era massa. E isso é inteligência por parte de uma empresa, porque aí... É só a opinião do cara, não é a do jornal, então deixa ele falar. Então era inteligente o jornal permitir isso. **** até brincava: ‘Meu Deus eu não sei como até hoje eu não fui demitido’. Porque quando a gente se encontrava na rua... E eu elogiava e reverberava. E tinham jornalistas pontuais também lá no jornal que não cobriam, mas postavam nas redes falando que apoiava (o movimento). Até que pra eles era mais fácil porque eles não cobriam, não davam a cara a tapa pra no dia seguinte sair um texto truncado... Eu ficava na luta (...) Eu tinha que chegar aqui (na redação do jornal onde trabalhava) também e negociar. Foi uma verdadeira guerra.” (Entrevistado E)*

A partir do que foi colocado na fala do entrevistado E é possível pensar sobre como a hierarquia interna do jornal permite uma maior liberdade de expressão por parte do jornalista, assim como o jornalista que conseguia transpor essa barreira era aclamado pelos seus pares. Ainda assim, fica claro que essa liberdade era relativa, pois até o jornalista em questão temia uma represália, que foi expressada em forma de brincadeira sobre a sua demissão. Para o entrevistado E, que apesar de não ocupar o mesmo espaço do colega no outro veículo que trabalhava mas ainda assim gozava do fato de ser um jornalista que trabalhava a anos no mesmo jornal, restava usar o seu *status* como poder de barganha para negociar acerca da cobertura do Estelita, que, na maioria das vezes, não surtia um resultado positivo. O entrevistado B, em seu depoimento, assume que a liberdade relativa que tinha para abordar o tema, ainda que de forma disfarçada e indireta, era resultado do *status* que gozava na redação:

*“Quando esse episódio (do Movimento) surgiu eu era repórter de ****⁴², mas eu tava com uma coluna diária do caderno. (...) E isso teve uma vantagem, porque a forma como eu escrevia pra coluna sobre isso não passava pela edição do caderno. (...) O que eu escrevia passava obviamente pela edição do jornal, mas passava de uma forma diferente, com menos interlocutores (...) E aí foi a forma que eu consegui entrar no tema. Porque era um assunto muito delicado a gente tem que ser muito exato com as palavras, não podia ser exageradamente... Porque em algum momento eu iria ser repreendido internamente. Então eu tinha que andar na linha, né? Eu tinha que disfarçar a minha desaprovação em relação ao projeto.” (Entrevistado B)*

Seguindo pela lógica exposta anteriormente pelo entrevistado E, o fato dos jornalistas mais experientes terem teoricamente um maior domínio do “saber político” faz com que o jornal estabeleça a convicção de que o material produzido não destoará da linha imposta do jornal. Por este motivo, a fiscalização do conteúdo produzido por jornalistas que detém uma posição

⁴¹ Os nomes do entrevistado B e do veículo onde trabalhava foram ocultados.

⁴² O nome do caderno onde trabalhava foi ocultado.

de privilégio na redação, como é o caso do entrevistado B, é incomparavelmente menor, o que dá ao mesmo uma autonomia relativa em relação ao veículo. O conceito de capital simbólico de Bourdieu pode ser útil para compreender o motivo deste grau um pouco mais alto na autonomia do jornalista em questão. Dado que os entrevistados que ocupam uma posição mais alta na hierarquia dos respectivos veículos que trabalham detém um alto capital simbólico, a lógica do campo afirma que, enquanto estes profissionais forem funcionários dos veículos, este simbólico capital acaba sendo agregado ao mesmo. Ou seja: há uma relação entre a autonomia (ainda que relativa) destes indivíduos que são consagrados pelo campo e o interesse por parte do jornal de agregar capital simbólico à empresa de comunicação. Ainda assim, é incontestável que, apesar dos anos de trabalho prestados ao veículo, qualquer deslize mais flagrante poderia acarretar o fim de sua carreira.

A censura expressa, portanto, se manifestava em formas diversas, desde a que vem “de cima pra baixo” quanto a chamada censura repressiva, que se baseava em ameaças que ocorriam quando a censura prévia falha. O material obtido através do *corpus* permite fazer uma análise significativa da forma como a censura se manifesta nas redações dos jornais, assim como informa bastante em relação à cobertura do movimento Ocupe Estelita. Permite também perceber como a censura pode assumir facetas diversas e se apresentar de maneira complexa, podendo passar muitas vezes de forma despercebida até mesmo para o indivíduo que sofre a repressão. A complexidade da censura se depreende, neste caso, através da constatação de que a mesma deve assumir este caráter multifacetado com o objetivo de “atender” às diferentes demandas, ou seja, aos diferentes graus de adesão dos jornalistas à política editorial dos veículos de comunicação. Por este motivo existem graus de censura e controle diferentes para cada “demanda”, ou seja, dependendo do objeto, esses mecanismos são aplicados de formas proporcionais ao posicionamento do jornalista “desviante”.

4.5 A autocensura: “Ou você está ali naquela condição, ou você não está”

Ao contrário do que se possa pensar em um primeiro momento, a censura não funciona apenas de maneira manifestada ou: o que torna o artifício da censura especialmente sofisticado é a sua possibilidade de existir mesmo na ausência do censor. É neste contexto em que uma outra forma de censura se pronuncia: a autocensura. Ao falar de autocensura na mídia, costuma-se considerar os veículos em sua totalidade, desconsiderando o fator individual que forma o todo em questão. Robert Sedler (2012), por exemplo, analisa o fenômeno em termos de manutenção da harmonia entre o veículo de comunicação e os demais poderes, ou, em termos bourdiesiano, os demais campos. O autor usa exemplos de casos onde sanções legais garantem

que a notícia não seja publicada da forma como o profissional havia pensando previamente, visando não tensionar a relação entre o veículo e o campo jurídico, por exemplo.

A autocensura na mídia é definida por Lee e Chan como “*atos não compulsórios cometidos por organizações de mídia com o objetivo de evitar ‘ofender’ os detentores do poder, como o governo, os anunciantes ou as grandes corporações empresariais*” (2008, p.1, tradução nossa). Ou seja, a diferença entre a censura citada anteriormente e a autocensura é a ausência da figura de um censor no momento em que há a repressão; pelo contrário, a autocensura trata-se de uma prática individual, quando os produtores de conteúdo são levados a alterar ou reter conteúdo do público leitor, e pode ser consciente ou inconsciente. Na maioria das vezes, o indivíduo censurado não toma consciência deste processo, e a seleção ou omissão da informação acontece de forma automatizada. Para um dos entrevistados, a prática da autocensura era cotidiana, e, ao citar essa palavra mostrava ser também, no seu caso particular, consciente:

“A rotina nos faz naturalizar a censura, e as vezes vira autocensura: você fica às vezes tão noiado que você acaba omitindo alguma coisa, alguma fonte ou alguma informação porque sabe que seu chefe vai apontar aquilo e vai haver um desgaste. Ou então o seu chefe não vai perceber, mas quando o chefe dele perceber ele vai se lascar e você vai se lascar em dobro. Então na noia de você evitar desgaste, (...) Imagina, você trabalhar seis dias por semana, 12 horas por dia, ganhando um salário mínimo, você começa a entrar na pira...” (Entrevistado A)

Para este entrevistado, a autocensura aparece como um estágio mais avançado da censura, que surge a partir da naturalização da mesma, assim como do medo que a concretização de ter um texto censurado desgaste ainda mais a já desgastada rotina de produção dentro da redação do jornal. Então a estratégia de “evitar o desgaste” acaba se tornando uma prática cotidiana, apesar de não ser de fato compulsória, que ajuda na manutenção de um emprego que já tanto sofre com a precarização. Os demais jornalistas entrevistados comentaram sobre estratégias “mais sutis” de censura, que neste caso serão categorizados como autocensura, escolha esta que é possível entender a partir de falas como estas:

“Às vezes isso é dito abertamente dentro do jornal, às vezes não. Mas você consegue, principalmente com o tempo, você começa a entender(...) É uma coisa um pouco sutil... Eu não sei se na hierarquia entre os editores isso também é sutil ou se é algo mais direto.” (Entrevistado F)

“Eu não sei como a gente ficava sabendo, mas você sabe...É meio doido, porque vários jornalistas inclusive iam pro Ocupe Estelita, entendeu? Só que existia já essa coisa no ar de que se você escrevesse qualquer coisa sobre ia ser vetado. Você ia ser identificado ali como um desviante. E ninguém fazia, sabe? (...) Mas todo mundo sabia, inclusive você não demora muito a saber, sabe? Porque eu lembro que em um mês, um mês e meio eu já tava sabendo que era essa vibe (...) Quem trabalhava lá a mais tempo já me passava uma certa ‘etiqueta do

jornal’, digamos assim, e a editora também. Tanto que eventualmente (...) questões que envolviam greve, ou o Ocupe Estelita, por exemplo, eram tratadas com muito cuidado também, sabe?” (Entrevistado G)

“Nunca foi muito claro no jornal... Lá você sabe quais são os temas mais sensíveis... Você sabia que nenhuma matéria em relação a shopping não ia sair, por exemplo, se um vereador sugeriu isentar o pagamento do estacionamento do shopping e você acha que vai falar sobre isso, esqueça! Esqueça, esqueça... Então sabíamos que shopping era um assunto censurado. Sabíamos que o judiciário, por exemplo, é sempre um poder que os jornais morrem de medo de fazer uma crítica mais firme. Aí também não se fala nada. E além disso, não tinha uma lista muito clara do que você podia e do que você não podia falar.” (Entrevistado B)

O discernimento em relação aos chamados “temas sensíveis”, segundo foi posto nas falas, se dá com o tempo e a vivência na redação. A própria menção ao “saber político” feito pelo entrevistado E na categoria anterior é, em si, uma prova de que há um certo saber que é incorporado com o dia-a-dia ao *habitus* jornalístico, saber esse que opera como autocensura. Do pouco que foi possível encontrar sobre autocensura nos textos acadêmicos sobre a produção jornalística, alguns⁴³ autores veem a autocensura do jornalista como um exemplo de negligência e imprudência em relação à verdade que deve ser veiculada pela mídia de massa, responsabilizando de forma integral o indivíduo pela prática. Por esta lógica, o jornalista é tido como ator da autocensura, praticando-o quase sempre de forma consciente, e não como sujeito, como fica claro neste trecho:

A autocensura é a supressão intencional ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas de intenção de esconder a verdade. (KUCINSKI, 1998, P. 51)

A partir deste ponto de vista, portanto, o jornalista é responsabilizado por uma prática que, como se defende aqui, é exercida majoritariamente de forma inconsciente, estrutural, não aprofundando assim uma interpretação contextual sobre a autocensura.

“(...) quando você sai pra fazer matéria, você já sai do jornal com uma ‘ordem’ (o entrevistado fez um sinal de aspas enquanto falava). Porque é o seguinte: um jornal é de um dono. O dono joga o jogo do consórcio. Então eu já saía de lá, mesmo que ninguém me dissesse, com isso na cabeça...E tinha chefe que me falava mesmo, porque sabia que se deixasse eu ia esculhambar (o consórcio). Faziam ‘vá com calma, por favor’. Eu não sou nenhum maluco, né. Mas você já sai com aquilo, sabe? Você já sai sabendo o que você não pode falar... Enfim, você não pode falar das coisas como elas de fato são.” (Entrevistado H)

Assim como o exposto pelo entrevistado H, a “ordem” incorporada ao *habitus* do jornalista é a autocensura, e está ligada aos interesses econômicos e/ou mercadológicos do

⁴³ Como Kucinski (1998) e Abbasi & Al-Sharqi (2015).

veículo. Em outras palavras, essa forma de repressão prévia surge a partir da internalização das regras do “jogo” acima citado, ou, em termos boudieusianos, da dinâmica do campo jornalístico, caracterizado pela baixa autonomia em relação aos campos econômico e político, que é resultado da atuação dos grupos de pressão, que, por fim, interferem diretamente no produto jornalístico.

“Eu entedia a autocensura de maneira inconsciente muitas vezes. Como eu te falei, a gente naturalizava e acabava absorvendo aquilo, se apropriando desse habitus de censura assim, sem perceber, sem ter muita dimensão do que tá fazendo. No começo é bem chocante, você se revolta, enfim... Mas não tem muita discussão: ou você tá ali nessa condição ou você não está.”
(Entrevistado A)

Isso posto, fica claro que a integração, consciente ou não, da autocensura na prática jornalística é, afinal, uma estratégia de manutenção do emprego, ou até, ousado dizer, de sobrevivência no campo jornalístico. A escolha deliberada de “adequar” seu conteúdo à linha do jornal é feita pelo jornalista baseada no medo de não responder às expectativas dos chefes e/ou dos demais grupos de pressão relacionados ao campo econômico/mercadológico. Este cenário pode ser melhor compreendido se o caracterizarmos como um sistema de sanções, que podem ser de caráter positivo ou negativo. No caso das censuras às tomadas de posição discursivas contrárias à política do jornal, os jornalistas sofrem sanções negativas, que podem ser desde desaprovações mais sutis até a ameaça e, conseqüentemente, a perda do emprego. Por outro lado há também a possibilidade de sanções positivas, como uma ascensão na redação ou uma promoção.

Diante deste contexto, qual seria então o papel do jornalista no processo de produção de notícias nas empresas de comunicação de massa? As bases para esta resposta estão contidas nas diversas teorias do jornalismo; algumas abordadas no capítulo um desta dissertação, e outras não. As primeiras estão expostas na sessão teórica deste trabalho pelo fato de, juntas, demonstrarem um abertura na forma de pensar o papel do jornalista no processo de produção de notícias: desde a teoria do espelho, onde o profissional atuava de forma a reproduzir a realidade, passando pelo outro extremo, onde é tido como *gatekeeper* de toda e qualquer informação até chegar à teoria organizacional, que se apresenta como a mais próxima de uma análise de campo. O objetivo primeiro foi, portanto, a de reconstruir uma linha de raciocínio com respaldo teórico que colabore com a compreensão da forma como os entrevistados se veem dentro do sistema. Por fim, destacou-se a ideia de que, ao se socializarem no veículo em que trabalham, os jornalistas passam por um processo de aprendizagem e assimilação da política editorial do veículo, o que passa a ter peso decisivo na sua forma de produção de notícias.

A aproximação aqui proposta compreende considerar o processo de resignação do jornalista abordado por Breed e abordado no capítulo um (página 32) com a noção de autocensura. O que mais seria este processo senão o processo de incorporação da autocensura ao *habitus* do jornalista? Essa completa socialização do jornalista na política editorial do veículo, de acordo com o colocado por Breed, seria processada através da internalização de um complexo padrão de comportamento profissional, baseado numa sucessão sutil de recompensa e punição. A diferença entre o argumento de Breed para o que se constrói aqui, é que se o considerarmos à luz do que foi exposto pelos entrevistados, não se trata apenas de uma questão de punição e recompensa propriamente dita, mas diante da precariedade da profissão abordada na primeira categoria, a incorporação desse *habitus* de autocensura aparece como resposta às ameaças de demissão e ostracismo no campo. Ainda assim, seguindo a lógica da teoria organizacional, a conformação dos jornalistas à política editorial acontece com o tempo através da socialização do profissional na redação; de acordo com o que foi visto no *corpus*, essa relação não necessariamente ocorre desta maneira, visto que alguns profissionais que trabalhavam a anos no veículo se colocaram contra a política editorial (ou a “linha” do veículo), seja no âmbito pessoal, seja no profissional, como o entrevistado B. Como visto, os anos de trabalho e o cargo ocupado por este jornalista conferiram a ele uma autonomia relativa, e por trabalhar sem muitos interlocutores, conseguia, ainda que de forma disfarçada, veicular o seu ponto de vista; isto prova que, diferentemente do que defendido por Breed a conformação do profissional não ocorre sempre de maneira integral, mas pode ocorrer apenas de forma parcial e estratégica. Outro ponto que fundamenta este argumento é o fato de, na cobertura em questão, terem ocorrido casos de censura expressa, a qual não é faria necessária caso houvesse, por parte dos jornalistas do veículo, uma conformação total à linha. A teoria organizacional, portanto, traz à discussão pistas essenciais para compreender a produção de notícias, argumentando que elas são determinadas pelas empresas jornalísticas, que o fazem através de sanções e ao socializar o profissional na política editorial da empresa. Seguindo esta lógica, a conformação do jornalista ocorre de maneira profunda, e as suas crenças individuais são gradativamente substituídas pelas crenças editoriais, que passam a valer mais. Apesar de se destacar como a teoria que mais condiz com e informa sobre o objeto desta análise, admite-se que a sua leitura interpretativa não é tão acurada quanto uma análise do campo, que se mostra como uma opção mais completa de análise sociológica.

No que tange a subcategoria da autocensura, a interpretação de Kucinski é bastante elucidativa, apesar da conclusão do seu trabalho seguir por outro viés:

“A autocensura é mais danosa que a censura exógena (...), porque implica o envolvimento da vítima da repressão na proposta repressiva (...) atinge diretamente a integridade do ser, porque ele aceita a restrição à sua própria liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão” (1998, p. 68)

Isso posto, conclui-se que a incorporação da autocensura ao *habitus* de produção jornalística aparece, para os entrevistados, como uma estratégia de manutenção dos seus próprios postos no veículo de comunicação. Ainda assim, da forma como é característico ao *habitus*, ele aparece como *estruturado* a partir das redações dos veículos e conseqüentemente os grupos de pressão que lá atuam, mas também como *estruturante* das ações e tomadas de decisões dos jornalistas. Os entrevistados, então, ativam esse sistema de disposições para a ação que os leva, consciente ou inconscientemente, a optar pela escolha segura no sentido da conservação do seu emprego, pois diante de um momento onde ocorrem mudanças estruturais no jornalismo, quando a profissão passa por um processo de precarização contínuo, como disse o entrevistado A: “*Ou você tá ali nessa condição ou você não está.*”

No contexto em que os jornais tornam-se, cada vez mais, verdadeiros empreendimentos comerciais de grande porte, passam também a demandar:

“(...)grandes quantidades de capital para começar e se manter devido à competição crescente. Por conseguinte, o tradicional proprietário-comunicador, que possuía um ou dois jornais como um negócio familiar, deu lugar, de forma sempre crescente, ao desenvolvimento de organizações de muitos jornais e muitos meios” (VIZEU, 2013, p. 5)

Nesta conjuntura, o sentimento romântico de funcionalidade social que esteve teoricamente subjacente ao exercício da profissão do jornalista e que costumava permear a sua construção identitária em um primeiro contato, dá lugar à ação automatizada e constantemente vigilante. Para Alberto Dines (2003, p. 130) o que resulta deste contexto é que: “*Estão tentando acabar com o resto do humanismo que havia no jornalismo brasileiro. Hoje o jornalismo brasileiro é tecnocrático mercadológico (...). Existe um processo de standardização ideológica*”. Compreender este novo contexto é uma tarefa bastante complexa, visto que o processo de produção de notícias deve ser abordado a partir da interferência do campo econômico no campo jornalístico, como sugere a perspectiva bourdieusiana aprofundada por Champagne (2005). Porém, esta proposta teórica foca apenas os seguimentos internos à empresa jornalística, e, ao considerar o campo jornalístico como um todo e analisar as conseqüências reais da sua baixa autonomia, é necessário ampliar a lente e atentar também para agentes externos, como por exemplo os grupos de pressão supracitados. Visto que estes ocupam um papel central na trama

da cobertura sobre o movimento Ocupe Estelita, qual a dimensão ocupam no espaço subjetivo dos jornalistas?

4.6 Quem dita o interdito? A relação com os anunciantes

A lógica que envolve a noção da notícia como um produto pressupõe, consequentemente, que a mesma esteja inserida numa relação entre produtor e consumidor. Normalmente, ao considerar jornais impressos, há uma tendência de intuir que o consumidor em questão sejam os indivíduos que compram o jornal, já que, teoricamente, é desta forma que o veículo é financiado. Apesar da dificuldade de acessar os dados contábeis das empresas de comunicação já conhecida para os estudiosos de comunicação, Bourdieu já dissertava, no início dos anos 2000⁴⁴, sobre o fato do campo jornalístico ser dominado pelo polo comercial, que será referido aqui como polo econômico. É sabido que a receita dos jornais não é mantida unicamente nem majoritariamente pelas suas assinaturas e vendas, segundo o relatório divulgado em 2015 pela Associação Mundial de Jornais e *Publishers de Jornais*⁴⁵ (WAN-IFRA), no Brasil apenas o jornal Folha de S. Paulo tem como fonte principal de faturamento a receita proveniente de suas assinaturas somadas às vendas avulsas. Nos demais veículos de comunicação, mantém-se a lógica do financiamento oriundo majoritariamente de publicidade, caracterizada na figura dos anunciantes. Alguns jornalistas aprendem na prática o que resulta desta relação, como o entrevistado F, que conta que foi cobrir uma pauta fora do jornal a pedido do seu editor e, no dia seguinte, percebeu que absolutamente nada do que ele tinha escrito havia sido publicado, que a edição apenas considerou as informações básicas que ele trouxe e reescreveu um outro texto completamente diferente. Quando o questionei o porquê ele achava que isso havia acontecido, ele respondeu:

“Eu acho que foi por causa dessas questões que são muito contundentes, ou muito próximas a quem patrocina o jornal. E aí cada vez mais os jornais dependem de patrocínio, então é uma dificuldade pra que você fale alguma coisa que vá tocar mal no anunciante, ou na prefeitura, no governo do estado, às vezes no governo federal também, independentemente do governo que tá lá.” (Entrevistado F)

Apesar da questão dos anunciantes não estar inserida diretamente em nenhuma pergunta do roteiro de entrevistas dado que o objetivo era apreender se os entrevistados construíam essa relação de forma voluntária ela acabava surgindo em diferentes momentos para justificar,

⁴⁴Ver: “The Political field, the Social Science field and the Journalistic field” Em: BENSON & NEVEU. Pierre Bourdieu and the Journalistic Field. Polity Press. 2005

⁴⁵ Disponível em: <http://www.wan-ifra.org/press-releases/2015/06/01/world-press-trends-newspaper-revenues-shift-to-new-sources> Acessado em: 04/04/18.

contextualizar ou embasar diferentes posturas ou decisões feitas pelos entrevistados. A partir daí foi possível entender que este ponto é fundamental para a compreensão da produção de notícias para os jornalistas, e que, de certa forma, é impossível pautar o trabalho deles sem considerar esse fator de pressão. O entrevistado C contou um caso em que um empresário do ramo de planos de saúde tentou barrar a matéria que ele apurava através de uma ligação pessoal do presidente do plano para o jornalista, mas não obteve sucesso pelo simples fato de não ser anunciante do veículo, então, seguindo a lógica de produtor-consumidor, o jornal em questão não se viu compelido a vetar a veiculação da matéria, que foi veiculada normalmente.

“Tem situações que a gente questiona sim, mas aí é isso que vem, as desculpas, as justificativas: ‘é algo que vem de cima’ ou ‘isso vai contra o anunciante que anuncia aqui no jornal’ ... A maioria dos casos é esse. Às vezes até quando não tinha nada a ver com o Ocupe Estelita, mas assim, qualquer outra temática. Sei lá, vou te dar um exemplo (explica o caso supracitado). Pra você ver... Eles são muito... Assim, né? Persuasivos, pra falar de forma branda. Chegam e mandam o presidente do plano ligar pra mim para que a matéria não saia. (...) Teve um tempo lá que a prefeitura tinha pago mais anúncio no concorrente, então ficou liberado botar pra lascar na prefeitura. Enquanto o concorrente só ia botar pra lascar se fosse uma coisa muuuito escancarada, porque se não ia ficar mais no meio de campo, já que era o que tava com a conta maior.” (Entrevistado C)

“Tem jornais, eu acredito, que têm mais abertura, eu acho que até mais coragem. Falando da Folha agora, porque a Folha é um jornal que sempre teve muito rabo preso com o Estado... Enfim, é um jornal que tem menos dinheiro e precisa muito de anúncio, então realmente é muito difícil você dar uma pancada no Estado trabalhando na Folha” (Entrevistado H)

O que é importante ressaltar aqui é a clara relação de clientelismo, ainda que fora do contexto eleitoral, que rege a lógica jornal-anunciante ou, de forma mais ampla, produtor-consumidor, lógica essa que condiz com a noção de investimento. Pensando nisso, Venicio Lima faz questão de utilizar nas suas análises da mídia de massa o termo “financiamento”, ciente de todas as consequências desta escolha. Segundo ele, “financiar” faz menção à ideia de custeio, ou ao conjunto de recursos, públicos ou privados, que ajudam a manter as empresas da grande mídia em funcionamento. Seguindo esta lógica, há ainda quem veja que, na transição dos hábitos de consumo dos jornais impressos para suas versões online, haja um aumento do apelo dos impressos para os anunciantes:

“Hoje em dia tem uma migração muito grande do online, né? Da parte dos anunciantes... Então os jornais ficam menos reféns de empresas e dos governos. Mas aí é que tá: ao mesmo tempo eles não podem mesmo contrariar aqueles que ainda anunciam, que ainda sustentam. Então fica na verdade uma dependência maior ainda dessas empresas e desses governos. Isso mostra o quanto os jornais tão ligados a quem patrocina, né? E eles não vão fazer matérias que fiquem contrariando essas empresas, esses governos, enfim...” (Entrevistado F)

Um ponto interessante de ressaltar é o fato dos entrevistados trazerem em sua fala a figura do poder público como um forte grupo de pressão devido ao poder do seu investimento em anúncio nos jornais impressos locais, como foi visto acima. Embora este tópico não tenha sido aprofundado por não ser o foco da análise, torna-se relevante considerá-lo, visto que surgiam ocasionalmente nas falas analisadas, figurando inclusive, por diversas vezes, lado a lado com as iniciativas privadas. Quando questionado sobre o nível de interferência das camadas “de cima” da hierarquia sobre a produção dos jornalistas, o entrevistado D afirmou que as intervenções não eram gerais, mas feitas especialmente para alguns assuntos:

“Eu acho que (o uso de ‘filtros’ na produção de notícias) depende do peso da informação, dos interesses que estão envolvidos pra fora do jornal, e tal...”

- Então o dono do jornal sempre tá atento ao que está sendo produzido?

- Nas pautas grandes, sim. Como no caso do Novo Recife, sim. Em pautas pequenas, não... De alguma forma isso tem o governo envolvido, então tem sim interesse. (...) Outro exemplo são os protestos de passagem de ônibus... Porque os donos das empresas de ônibus são grandes lobistas do governo. Mas isso é em todos os jornais, na Tv.... Isso não é uma coisa de um jornal só.” (Entrevistado D)

“Isso não é um jogo de assessoria, isso tá pra além de imprensa, entendeu? Eles tentam, fazem com que... Vamos dizer assim.... Bom, um cara da prefeitura... Ou do consórcio. Bom, prefeitura ou consórcio, o que é a mesma coisa, não dá pra dissociar. Quando eu falar prefeitura, é tudo, porque é conchavo mesmo, não dá pra dissociar, eles andam do lado. O cara da prefeitura fala com o dono (do jornal) que desce a ordem (...)” (Entrevistado H)

As falas acima expostas são, portanto, bastante interessantes e comunicam muito sobre a visão que os jornalistas têm sobre o poder público, estando, no seu ponto de vista, numa relação quase simbiótica com o capital privado no que se refere a sua atuação como grupo de pressão nas redações, especificamente no caso do Ocupe Estelita. Embora não haja espaço para dissertar aqui sobre isso, cabe refletir sobre os motivos pelos quais, no caso da cobertura abordada, há associação complexa entre os interesses do mercado imobiliário e o poder público. Dados trazidos por Luíza Falcão (2016, p. 30-31) sobre o campo jornalístico pernambucano mostram que entre 2009 e 2015 o jornal Diário de Pernambuco foi o veículo impresso que recebeu a maior quantia do Governo Estadual, cerca de 20 milhões de reais. Em segundo lugar ficou a Folha de Pernambuco, tendo recebido 17 milhões e em último o Jornal do Commercio, que recebeu neste intervalo cerca de 14 milhões de reais.

No que tange diretamente tal cobertura, essa relação produtor-consumidor ficou muito clara para os entrevistados que estiveram relacionados com a cobertura, como comentaram todos os entrevistados, cujos trechos estão dispostos abaixo por ordem alfabética. Os

entrevistados comentaram também a especificidade que envolve o Jornal do Commercio, cujo dono, João Carlos Paes Mendonça (JCPM) é também um grande investidor do mercado imobiliário:

“Eu acho que, primeiro pra entender esse jogo de noticiabilidade é importante entender que o Jornal do Commercio, assim como a Folha, como todos os veículos de imprensa da imprensa hegemônica do Brasil, são subordinados aos interesses dos seus donos, que são empresários ligados ao mercado financeiro, aos shoppings centers, entre outros. Então toda mídia hegemônica, em Pernambuco sobretudo, já que eu vivi isso de perto, é subordinada essencialmente aos interesses dos donos dela, que são pessoas que têm vínculos em Portugal, Shoppings centers, são ligados a construtoras, anunciantes, enfim. Como o governo e as construtoras, entre outros, anunciam muito no JC... Em todos os jornais, na verdade... Mesmo que o dono do JC não tenha esses negócios pra ele mesmo, ele é subordinado neste sentido: anúncio. Porque o que paga jornal é anúncio, nada mais do que isso. Nem assinatura, nem venda, nem nada: só anúncio é o que faz o jornal circular e se manter. Então, nesse sentido não era interessante pra ele algo que não fosse viabilizando o Novo Recife, que eram anunciantes deles. Então obviamente faz sentido que eles deem pouco destaque a isso ou nenhum, ou então que subverta tudo, sabe?” (Entrevistado A)

“Eu acho que havia um interesse econômico muito claro. Paes Mendonça é um empresário, é do ramo, tem um shopping ali do lado e o projeto certamente ia valorizar o shopping... Então eu percebo um vínculo claro entre isso e o Jornal do Commercio” (Entrevistado B)

“É isso: a empresa (jornal) vai olhar como patrão, então ela vai olhar para determinada coisas com o viés realmente comercial, de publicidade, de divulgação, pensando no anúncio... Ou então, por exemplo, na empresa que eu trabalhava, o dono da empresa é um dos maiores empresários do setor de shopping center, tu acha que ia sair alguma matéria botando pra lascar em algum shopping center? Claro que não, né? E eu fiz várias matérias que era valorizando o mercado aquecido dos shopping centers, entendeu? Então não é uma coisa que você pode dissociar uma coisa da outra.” (Entrevistado C)

“No início, os jornais estavam com muito medo de dar as notícias do Novo Recife. Porque? No JC o dono é João Carlos Paes Mendonça que é um megaempresário na área de imobiliário e construção civil. Fora que no Diário, mercado imobiliário, concessionárias e empresa de indústria automobilística, são os maiores anunciantes do jornal, né? Eles anunciam páginas inteiras. Então os jornais tinham muito medo de dar qualquer coisa... E quando dava era de uma forma muito neutra, de levantar as discussões e tal.” (Entrevistado D)

(Falando sobre o processo de cobertura sobre o projeto Novo Recife) *“É porque eu cheguei com o material. Aí repassei pro editor do caderno. Só que a diretora da redação estava acompanhando muito tudo de perto. Era ela que escolhia... Às vezes, né? Era ela que escolhia, que lia os textos... Não era só o editor, tinha a mão do editor geral.*

- Mas é comum que isso aconteça com as matérias?

- Não. Só em casos que envolviam um grande anunciante do jornal, como esse caso. Então tinha-se o cuidado de não esculachar com o anunciante do jornal, né? Tinha essa ideia, de se proteger quem pagava.... Proteger os interesses de quem pagava anúncios.” (Entrevistado E)

“É que a questão dos anunciantes é muito forte. Imagina para uma empresa perder um anunciante como o consórcio Novo Recife que coloca 2, 3 páginas, que paga bem, e tudo o

mais... É isso. Isso de uma forma bem bruta, porque às vezes tem outros interesses que a gente nem fica sabendo. Interesses políticos, interesses de negócios...” (Entrevistado F)

“A galera que trabalha na área de cidades, economia... Tipo, alguém teve que escrever essa matéria do Novo Recife em algum momento e talvez seja uma galera que nem seja tão a favor, sabe? E muitas dessas matérias as vezes já vêm até prontas, vem um reelease, a pessoa faz uma adaptação, coloca umas falas e pronto. E isso vem da assessoria de imprensa das empresas, e acontece em todas as áreas.

- E isso é considerado publicidade?

- É quase, porque acaba sendo tudo muito misturado, né? Mas isso entra como matéria jornalística, o pior é isso. Publicidade é o que tá identificado lá. Quando a gente vai ver no jornal o espaço que a gente tem pra uma matéria que a gente percebe... O espaço do jornalismo é pensado a partir do que sobra do espaço da publicidade (...)Mas as construtoras daqui eram certamente as maiores investidoras de publicidade do jornal. Só isso já faz com que a gente saiba que a gente não pode escrever contra os anunciantes do jornal. Eles não precisavam falar, mas era o não dito que todos sabem” (Entrevistado G)

“E no caso do Novo Recife é basicamente matéria de cunho publicitário, pô! Você recebe o projeto no jornal, sabe? Eu fui pra um almoço num hotel em Boa Viagem, antes de estourar o (movimento) Estelita mas já com essa história de projeto Novo Recife toda encaminhada, sabe? No almoço era o editor e ele me chamou, que era o repórter de urbanismo na época que era eu. Mas não tinha repórter lá, só tinha grandão, editor... Só eu e só gente assim. Mas só pra conhecer mesmo, eu não fiz nada, não tive que escrever matéria nem nada. Eles estavam mesmo era vendendo o projeto, sabe? Num almoço, num hotel em Boa Viagem (...)E aí eu vi como o jogo é jogado, sabe?” (Entrevistado H)

As regras do jogo, portanto, embora estivessem dispostas de forma dissimulada, estavam sempre latentes, chegando a definir os critérios de noticiabilidade dos veículos, bem como os conteúdos produzidos pelos jornalistas. O clima de vigilância nas redações, muitas vezes exercida até pelos cargos mais altos da hierarquia, garantia que não houvesse nenhum desvio da “linha” do jornal que, como ficou bastante claro, era ponderada a partir de verdadeiros investimentos no setor de anúncios. Na leitura bourdieusiana, isso acontece devido à baixa autonomia do campo jornalístico, que está sempre sujeito aos campos político e econômico, e, segundo o autor aborda, essa característica é típica dos campos de produção cultural, pois estão sempre dominados no seio do campo do poder (FALCÃO, 2016). Portanto, os campos de produção cultural, no seio dos quais o campo jornalístico se encontra, “*por mais livres que possam estar das sujeições e das solicitações externas, são atravessados pela necessidade dos campos englobantes, a do lucro, econômico ou político*” (BOURDIEU, 1996, P. 246).

A lógica de produtor-consumidor esteve sempre muito clara para os jornalistas, como foi possível ver em suas falas, porém o caso requeria uma atenção especial para os funcionários do Jornal do Commercio, que tinham um motivo ainda mais contundente para não escapar ao

“filtro”. Enquanto que os demais jornais tinham interesse em manter uma boa relação com os seus anunciantes para não privar os veículos dos seus investimentos, no caso do Jornal do Commercio envolvia interesses pessoais e transações comerciais.

Vale ressaltar a aproximação do que era veiculado nas notícias com as peças de cunho publicitário, como comentado pelo entrevistado G, que afirmou ter se afastado do jornalismo por não aceitar ocupar um espaço, nem concreto nem abstrato no jornal, que na verdade parecia ser apenas o espaço remanescente das intervenções publicitárias. O “não dito que todos sabem” e suas consequências relacionadas a este episódio acabaram o afastando das redações; o entrevistado hoje segue outra carreira, como tantos outros, e tece duras críticas às empresas de comunicação. Mas a realidade é, como comentou o entrevistado G, é que o que “*na teoria é muito belo*” como o papel do jornalista como peça fundamental na prática democrática, “*em qualquer relação com a prática já rola umas tensões desse tipo, que não deixa a pessoa fazer o trabalho dela*”. Essas tensões e pressões já foram comentadas por Champagne (2005):

Nenhuma grande organização ou empresa de notícias pode ser mantida puramente por considerações intelectuais. Competição, urgências, considerações sobre venda e constrangimentos políticos sempre têm um peso considerável na produção e difusão de notícias em diferentes proporções, de acordo com o canal. (CHAMPAGNE *Apud* BENSON & NEVEAU, p. 51, tradução nossa)

Desta forma, ainda que a mídia não sofra uma censura política ou governamental (como ocorre em regimes ditatoriais em todo o mundo), existem outras forças igualmente fortes que exercem poder sobre a produção jornalística, no contexto contemporâneo, mais notadamente, aquelas impostas pela urgência acerca da *rentabilidade* (Idem). Segundo o autor, o fator-chave que equilibra e dá o subsídio econômico para que os jornais atuais sigam produzindo é o espaço destinado à publicidade que, afirma Champagne, chega a cobrir em média mais da metade dos custos fixos. Perante tal dependência, o fato é que a empresa jornalística se encontra em uma situação de pressão constante, visto que a possibilidade de remoção da verba publicitária por algum anunciante pode desestabilizar completamente o equilíbrio financeiro da empresa. Neste sentido, em situações como essas, o interesse privado fala mais forte do que o segundo princípio⁴⁶ internacional da ética profissional do jornalismo, que prevê a dedicação do jornalista

⁴⁶ A saber: A tarefa primeira do jornalista é garantir o direito das pessoas à informação verdadeira e autêntica através de uma dedicação honesta para realidade objetiva por meio de que são informados fatos conscienciosamente no contexto formal deles/delas e mostram as conexões essenciais deles/delas e sem causar distorção, com desenvolvimento devido da capacidade criativa do jornalista, de forma que o público é provido com material adequado para facilitar a formação de um quadro preciso e compreensivo do mundo no qual a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e estados dos casos são tão objetivamente quanto possível compreendidos. Fonte: Associação Brasileira da Imprensa. Disponível em:

para a realidade objetiva. Por isso, a relação produtor-consumidor se mantém e se perpetua enquanto a notícia é tratada como produto e os veículos de comunicação tidos como empreendimentos comerciais de grande porte. Nesse contexto, a figura do jornalista tenta se manter empregado e ainda acaba respondendo pelo veículo. Uma frase dita no final de uma entrevista ao me despedir de um entrevistado que me recebeu dentro da redação do jornal que trabalhava, me parece bastante elucidativa neste momento:

“A gente é vítima também desse sistema de opressão, né? A gente muitas vezes tá com vocês, concorda com vocês, mas somos vítimas também.” (Entrevistado E).

5 QUANDO A CENSURA NÃO BASTA

Este último capítulo da dissertação segue a mesma linha do capítulo analítico anterior, abordando as duas últimas categorias: a da manipulação e a das táticas de resistência. O capítulo foi intitulado “Quando a censura não basta” em referência ao momento decorrente da categoria anterior: quando a censura não é efetiva e o padrão de ameaça e o jogo de sanções negativas/positivas já não garantem o seu efeito, surge a necessidade de uma intervenção mais concreta. Em outras palavras, é quando a censura não basta que a manipulação parece tornar-se necessária.

Há quem diga que falar em manipulação da mídia é compactuar com uma verdadeira teoria da conspiração, e que essa prática é apenas exercida em sociedades de regime totalitário, e pelo governo. Por se tratar de um conceito que está tão em voga no senso comum, é possível até que aconteça um esvaziamento do seu significado. Mas como buscar eufemismos para a prática de modificação e alteração de textos produzidos pelo jornalista sem o seu conhecimento e muito menos o seu consentimento? Partindo inicialmente de uma definição do senso comum, de acordo com o dicionário Aurélio⁴⁷ o quinto ao sétimo significado dado para o verbo “manipular” definem: (5) Intervir no desenvolvimento de determinado sistema ou processo, com vista à alteração da sua evolução natural; (6) Condicionar, influenciar, geralmente em proveito próprio; (7) Adulterar, falsificar. Ainda que se faça um esforço no sentido de não cair num discurso ordinário, não há outra forma de caracterizar em categoria de análise o que foi documentado nas falas dos entrevistados: a ocorrência de formas diversificadas de manipulação dos conteúdos produzidos pelos jornalistas foi reiterada por diversos entrevistados, independente do veículo em que trabalhavam. Apenas um entrevistado, por gozar do privilégio de ter menos instâncias reguladores do conteúdo que produziu, que, como foi apontado, tem relação com o seu alto capital simbólico, não relatou espontaneamente nenhum caso de manipulação dos seus textos. Os demais, até quem trabalhava a mais de uma década no veículo, sofreram com o controle da edição, que alterou o seu texto.

Apesar de parecer discurso de senso comum, a manipulação da mídia já foi documentada por diversos estudiosos em várias partes do mundo. Como resultado de um jogo assimétrico de poder, a manipulação “*envolve, principalmente, abuso de poder, ou seja, trata-se de uma forma de dominação na qual a influência exercida pelo manipulador, por meio do discurso, não é legítima*” (OLIVEIRA, 2010, p. 8). O estudioso da análise crítica do discurso Teun Van Dijk

⁴⁷ Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/manipular> Acessado em 06/04/2018.

(2008, p. 236) também segue nesta mesma linha, defendendo o que ele chama de “abordagem triangular”. Segundo o autor, a manipulação é um fenômeno social, cognitivo e discursivo. Primeiramente, ela é um fenômeno social porque envolve interação e abuso de poder entre grupos e demais atores sociais; é um fenômeno cognitivo porque sempre implica a manipulação da mente de algum indivíduo; é também um fenômeno discursivo semiótico por se exercer através da escrita, da fala e de mensagens visuais. Essa categorização analítica triangular sugerida por Van Dijk foi desenvolvida, segundo o mesmo, com o objetivo de tornar possível a distinção entre as várias formas de manipulação.

Perseu Abramo (2016) vai um pouco além, e define alguns padrões de manipulação observáveis na prática jornalística, classificando quatro padrões e algumas subcategorias. Dos quatro citados por Abramo, quais sejam: padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrão de inversão e padrão de indução, os três primeiros foram identificados a partir da fala dos entrevistados, que serão explicitados a seguir. Para efeitos de análise, a terceira categoria “manipulação” foi dividida em duas subcategorias, de acordo com a divisão teórica da análise: a manipulação redacional e a manipulação de formatação. A primeira diz respeito às intervenções feitas diretamente no texto, alterando assim o discurso original, enquanto a segunda se refere à manipulação exercida após o texto ter sido produzido, que se concretiza através de enquadramentos que resultam da manipulação de formatação da matéria para publicação.

5.1 Manipulação redacional

O primeiro ponto que se destacou bastante em relação às formas de manipulação que surgiram nas falas dos jornalistas foram as diversas ocorrências de casos de manipulação direta nos textos produzidos para as matérias dos jornais. Isso significa que o jornalista escreveu de uma forma e o texto foi publicado com alterações substanciais, muito além das variações do dia a dia editorial, que são consideravelmente comuns. Alguns entrevistados relataram mudanças excessivas, inclusive no teor da matéria, que criou situações constrangedoras para os mesmos. Em um caso extremo relatado pelo entrevistado F, a sua matéria, por fugir do que o editor havia esperado, foi suprimida por completo e substituída por outra matéria redigida por um colega de redação.

“Teve um dia que eu tava fazendo uma matéria de outro assunto e começou um zumzumzum no jornal porque tava tendo uma reunião na prefeitura no 12º andar e era uma reunião do conselho do desenvolvimento urbano que tava sendo a portas fechadas, eles não tinham deixado que a reunião fosse pública. E aí tinha um grupo lá de manifestantes do Ocupe Estelita no corredor, na frente de onde tava tendo a reunião. E aí chegou no jornal a informação de

que, nesses termos: 'que o povo tava fazendo baderna lá, bagunça, quebra-quebra, essas coisas todas'. E aí me chamaram. Me disseram: 'A gente precisa que você vá lá pra ver o que é que tá acontecendo, se esse povo tá realmente fazendo baderna e bagunça'. E aí na própria fala você já mostra uma indicação de que você espera que aquilo esteja acontecendo, porque não foi uma fala do tipo 'vá lá apurar e ver o que tá acontecendo, ou o que é que eles querem' ..."
(Entrevistado F)

Desde já é interessante ressaltar o que foi destacado pelo próprio jornalista: a forma como a pauta é dada já indica a expectativa de um certo direcionamento por parte do jornalista. Esta talvez tenha sido uma pista deixada pelo editor, e o não cumprimento dessa expectativa levou à supressão da sua matéria por completo.

(Continuação) "E aí eu abandonei a outra pauta e fui pra lá, como foi pedido. (...) Tinha mesmo gente no corredor, mas estavam ou em pé conversando ou sentados no chão. E no máximo o que estavam fazendo era uns apitos ou bater palmas, mas era bem esporádico, não era uma coisa contínua. A porta tava lá fechada. Tinha uma repórter do jornal dentro da reunião. Então o que ela tinha acesso era o que chegava pra ela e o barulho, mas ela não sabia o que era que tava acontecendo fora. E aí eu fui, e na minha visão não estava acontecendo nada demais, pelo contrário, eu tava vendo a reunião fechada mesmo e o povo lá sem fazer nada de depredação... Aí o que é que eu fiz? Eu pensei: 'já que tô aqui eu vou entrevistar o povo pra saber o que é que eles querem, o que eles estão reivindicando'. Conversei com algumas pessoas, peguei quais eram os principais pontos e coloquei. Além dos manifestantes lá tinham uns 6 guardas ambientais, aí depois eu parei pra entrevistar eles... Perguntei quem era que estava à frente e conversei lá com ele. Aí perguntei se tinha tido algum problema, como era que estava o movimento e ele me disse que tava tudo tranquilo, que não havia tido nenhuma alteração... E depois ele ainda me disse: 'ó, não bota isso na matéria não, mas eu não sei nem o que é que a gente tá fazendo aqui, porque a gente é guarda ambiental e se tem alguém aqui que tá preocupado com a parte ambiental, com o meio ambiente, são eles que estão aqui fora'."
(Entrevistado F)

Deste trecho é importante destacar dois pontos principais: primeiro, o fato de ter uma outra repórter do mesmo jornal dentro da reunião. No final, com a expectativa de relato de depredação e confusão do lado de fora da porta frustrada, o editor optou por publicar a matéria dessa profissional que esteve dentro da sala o tempo todo. Segundo: o relato do guarda ambiental, que, embora pedisse para não ter este fato publicado (o que de fato não aconteceu por questões éticas), foi bastante intrigante, pois ainda que ele tivesse sido enviado para evitar a confusão hipotética, se colocava do lado dos manifestantes que lá estavam, pois os identificava como a parte que se preocupava com o meio ambiente. Essa identificação não anunciada dos guardas ambientais com o movimento é também extremamente significativa.

(Continuação) "E aí quando eu fiz essa matéria do Ocupe Estelita dizendo as preocupações dos manifestantes e falando do fato de estar tranquilo, e tal, eu saí, fui pra aula, e no dia seguinte não saiu a minha matéria. Só saiu a matéria da repórter que estava lá dentro e dentro dessa matéria, embora sem tanto destaque, dizia que os manifestantes tinham ficado do lado de fora fazendo baderna. Então eles tinham uma pessoa que havia sido enviado pra ali, que cobriu a situação, que trouxe os fatos dali, mas eles ignoraram a matéria completamente,

colocaram a matéria de outra pessoa – e eu nem sei se foi ela que escreveu esse texto, pode nem ter sido ela. Pode ser que outra pessoa tenha escrito isso, então eu não sei. Mas o fato é que toda a minha matéria eles desconsideraram, não saiu nada, nada, nada.” (Entrevistado F)

Este caso demonstra um exemplo claro de manipulação redacional através de um silenciamento total e estratégico por parte da editoria do jornal. Provavelmente pelo fato do material redigido pelo entrevistado F desmentir o que havia sido esperado pelos editores, seu trabalho foi sumariamente ignorado e substituído pela matéria de outra colega, cuja ideia inicial era de complementariedade. Ainda mais grave é o fato de, na matéria publicada, ter sido veiculado um discurso completamente antagônico ao que o entrevistado havia apurado. Houve claramente, neste caso, uma seleção deliberada de qual discurso iria ser veiculado e qual seria ocultado no imaginário dos leitores. Se considerarmos as definições de Abramo (2016), este caso configura uma manipulação padrão de ocultação, que, segundo o autor, se define como:

O padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. (ABRAMO, 2016, p. 40)

O padrão de ocultação no caso da cobertura do movimento Ocupe Estelita foi relatado algumas vezes pelos entrevistados, mas será aprofundado em subcategorias subsequentes. Porém, o que pode-se considerar ainda mais grave no trecho da entrevista acima é o fato de que a decisão pela ocultação não foi o único padrão de manipulação identificável neste caso. A decisão pela ocultação ainda levou à veiculação de uma informação improcedente, mesmo em face de um esclarecimento que a desmentia, trazido por outro funcionário do jornal que ocupava um lugar privilegiado para narrar o acontecimento. O importante é perceber que há um significado político na manipulação, seja ela discursiva ou editorial, pois, como afirma Van Dijk, *“a manipulação serve aos interesses dos manipuladores”* (2008, p. 235). Outros trechos de entrevistas embasam essa lógica:

“Eu não costumava cobrir o Estelita normalmente (...) Mas tinha uma pessoa na redação que era extremamente minha amiga, e um dia o chefe dela pegou a matéria dela e colocou um juízo de valor no texto que era absurdo e não tinha nada a ver com o que ela tinha colocado. Mexeu tudo, ficou super diferente, e ainda assinou a matéria com o nome dela.” (Entrevistado C)

“Porque o editor, por mais que você possa discutir com ele, ele pode alterar substancialmente o texto. Eu bato o texto e envio pro editor (...) aí eles saem mais tarde que o repórter geralmente, aí geralmente você não tá no jornal na hora que eles fecham o texto, e mesmo que tivesse você não teria acesso ao texto, ao não ser que o próprio editor lhe chame.” (Entrevistado F)

“O que acontecia na margem disso que era muito interessante é que aqui as pessoas calavam. Nas colunas... As pessoas calavam mesmo com medo... De demissão... Eu falava. Mas assim, as pessoas sabiam como eu pensava, a diretora sabia... Mas entrevistavam no meu texto e eu lutava.

Eu dizia: ‘Olha, pelo amor de deus não é assim’... Era uma luta, e falava ‘Olhe, mas não foi assim...’. Era uma luta mesmo. Mas enfim, nunca saía como eu queria (...) Era sempre assim, difícil. Até que acabou, graças a Deus... Assim, a grande cobertura acabou né? Então pra mim foi um dos processos mais difíceis de cobertura porque havia muita intervenção... Porque quando há intervenção no trabalho do repórter, a gente fica muito frustrado... Qualquer trabalho, na verdade né?’ (Entrevistado E)

Exemplos de intervenção direta no texto de colegas foram também trazidos por quatro entrevistados, quer tenha sido sobre o Estelita ou tratassem de outras pautas consideradas “polêmicas”. Segundo os depoimentos, a intervenção vem por parte dos editores, cujos trabalhos se concentram após a matéria escrita pelos repórteres, ajustando, quando necessário, o material à linha do jornal. O trecho que se refere ao medo de demissão como motivo da conformação e do silêncio dos jornalistas em face a esta situação, reforça a noção da autocensura como estratégia para manter o emprego. Ainda que alguns jornalistas tivessem uma postura insurgente e tentassem colocar seu ponto de vista, tinha sua versão dos fatos descartada da mesma forma que os demais, como afirma o entrevistado E. Além de todos esses exemplos de manipulação redacional, seus resultados iam além da desinformação deliberada dos leitores, mas repercutiam também na figura profissional do próprio jornalista, que sofria constantemente o constrangimento de se responsabilizar por matérias (ou parte de matérias) que não fizeram:

“Primeiro que já chegam com as orientações iniciais, e depois a gente escreve a matéria... Eu escrevo a matéria e vou embora, não fico lá esperando a matéria ser editada. E às vezes, quando eu vejo, o texto tava bem diferente do que eu tinha escrito, ou tava bem mexido, sabe? Aí claro, no outro dia tinha a pauta de novo do Movimento e eu tinha que ir... Aí o que acontecia? O pessoal me hostilizava, porque diziam ‘a gente falou pra você de um jeito e você escreveu totalmente diferente...’ mas aí não fui eu que escrevi, tá ligado? (...) Aí as pessoas me davam zilhões de informações que chegavam no jornal passavam por um filtro. Tinham vários filtros... O filtro começava com o dono do jornal, a diretoria comercial, e por aí vai.” (Entrevistado D)

“Eu tinha era vergonha da cobertura. Medo eu não tenho de nada. Eu tinha vergonha do que ia sair no dia seguinte. Porque era a minha cara que tinha ido lá no dia anterior. Eu tenho essa mesma vergonha pra qualquer coisa... Se meterem a mão no meu texto eu tenho a mesma vergonha. Porque eu que tava lá... Era a minha cara que estava lá com as pessoas. Aí fica ‘Ahhh, foi aquela que escreveu aquela baboseira’ quando não foi aquela. ‘Aquela’ fez outra coisa... Aí mexem no texto. Nesse processo se mexia em textos, entendeu? E aí tinha essa vergonha. Eu não queria ir depois. Aí eu guerreei muito e ficou mais difícil de eu ir... Mas eu tava sempre lá. Aí fui pra uma dessas que teve na prefeitura e o pessoal tava lá no meio olhando pra a gente, encarando... (...) Era chato, era bem difícil. E aí eles ganhavam uma antipatia também. Tinham suas razões e os repórteres tinham também... E ficava nessa guerra.” (Entrevistado E)

Como exposto acima, as experiências vividas pelos jornalistas ultrapassavam as salas de redação e se estendiam num âmbito difícil de mensurar. O material discursivo que era

veiculado em consequência da sua cobertura era, por motivos óbvios, vinculado a eles, ainda que fossem resultado da intervenção de terceiros dentro dos veículos de comunicação. Estas circunstâncias intensificavam ainda mais a difícil situação de não lugar que esses profissionais ocupavam, criando um maior distanciamento em relação ao Movimento e, conseqüentemente, uma resistência ao seu trabalho. Tal constatação, assim como a anterior, demonstra como as categorias, embora não tenham sido concebidas com este objetivo, estão na verdade interligadas numa lógica de causalidade. Por exemplo, o resultado das manipulações discursivas leva à má recepção dos jornalistas por parte do movimento, o que cria uma resistência para a realização do seu trabalho. Além disso, o fato dos profissionais se conformarem com a linha editorial dos jornais, ainda que não concordem com a mesma, está intrinsecamente ligado com a noção de autocensura, que por sua vez encontra fundamento nas difíceis condições de trabalho dos jornalistas e no sucateamento da profissão, no sentido em que a ameaça à manutenção do emprego é um motivo válido pelo qual os jornalistas submetem-se à possibilidade de intervenção de terceiros em seu texto. Portanto, nada parece acontecer de forma aleatória, e a emergência espontânea destas categorias nas falas dos entrevistados aponta que todas as práticas encontram-se interligadas à estrutura das empresas de comunicação.

5.1.1 “Manifestante”: termo em disputa

Ainda que este tópico tenha sido abordado por apenas três entrevistados e de forma tangencial, torna-se válido trazer a forma como os jornais tentavam relacionar os manifestantes do movimento Ocupe Estelita com termos e noções pejorativos e depreciativos. Ainda no início da categoria de manipulação redacional, o entrevistado F comenta a insinuação do editor ao usar palavras como “baderna”, “bagunça” ou “quebra-quebra”. Esta questão, inclusive, já havia sido identificada durante a análise do discurso dos jornais pernambucanos sobre o projeto Novo Recife⁴⁸, e encontra comprovação através da fala dos entrevistados:

“Havia um esforço de construir a narrativa do pessoal que ocupava como desocupados, né?”

- Esse esforço era por parte de quem?

Rapaz, eu acho que por parte da mídia, porque o próprio Jorge⁴⁹ cumpriu um papel muito claro nesse episódio. A forma como ele se referia aos ativistas e tal (...) Então até ali tava um pouco escondido esse interesse econômico forte por trás, essa ligação entre os jornais e as construtoras, que agora está mais fácil de entender.” (Entrevistado B)

⁴⁸ Este tópico integra uma pesquisa mais ampla, realizada no âmbito da elaboração do meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, defendido em 2016.

⁴⁹ Pseudônimo de referência ao autor de um blog ligado ao Sistema Jornal do Commercio de Comunicação.

“Falavam muito em ‘vandalismo’! Era fácil perceber a diferença na chamada (da matéria). Eu fazia matéria chamando de ‘manifestante’, de ‘pessoal do movimento’, desse tipo de coisa. E aí na capa do jornal vinha alguma coisa tipo ‘vandalismo’. Aí você vê que nem foi a mesma pessoa, mas pra quem sabe como um jornal funciona, mas pra quem não sabe... (...) Mas tem esse direcionamento. Pra bom ou pra ruim também, porque às vezes eu falava alguma coisa pra falar mal dos caras (do Consórcio Novo Recife) e aí eles davam uma amenizada, davam aquela maquiada. Mas eu me preocupava em não usar termos que dessem margem pra interpretação negativa pra mim mesmo, porque eu sabia que uma vez envolvido nisso eu ia no outro dia e no outro dia... E queria me preservar dentro do possível” (Entrevistado H)

Além do fato do esforço por parte dos jornais para a caracterização depreciativa do Movimento estar claro para os entrevistados acima, a própria manipulação do termo voltado para as chamadas ou títulos das matérias demonstrava a “linha” que o jornal adotava para a cobertura. O título da matéria funciona como atrativo, e pesquisas afirmam que frequentemente é a única informação lida pelos leitores. Então apesar de, no caso comentado pelo entrevistado H, não haver interferência direta no seu texto, há uma disputa de sentido do termo “manifestante” travada entre o título e a matéria em si, em que fica claro, a partir de uma leitura muito atenta, que o título não foi escrito pelo mesmo jornalista que fez a matéria. Enquanto o jornalista usa um termo neutro, a chamada utiliza-se de termos negativos para caracterizar os manifestantes. Outro exemplo foi comentado pelo entrevistado E, mas referia-se ao uso de termos pejorativos dentro da própria redação:

“E aí teve um momento que a pessoa, a maior da redação disse: ‘Vamos esquentar isso aí, vamos por aqui... (...) Porque esse povo, não sei o que lá...Na verdade é um bando de riquinho desocupado’ ... E “esse povo” era o (movimento Ocupe) Estelita. Eles eram muito rotulados e esse rótulo era multiplicado por uma parte dos repórteres. E a tendência era que se multiplicasse por causa do embate.” (Entrevistado E)

O fato do entrevistado ter destacado que a origem do “rótulo” seria a “maior pessoa da redação” sendo, posteriormente, transmitido para os demais, vale ser salientado. Isso porque, como foi explicitado, a manipulação tem um significado político e o fato da mídia se utilizar de termos pejorativos para caracterizar manifestantes de um movimento social não é novidade na literatura dos estudos sobre comunicação⁵⁰. Somando isso ao que foi exposto sobre a lógica mercantil que envolve os jornais e seus anunciantes, é possível concluir que tais termos pejorativos e/ou depreciativos são utilizados nessas coberturas visando desqualificar o movimento frente ao leitor e alimentar o histórico de representações midiáticas que estigmatizam negativamente tanto os movimentos sociais quanto os seus ativistas.

⁵⁰ Ver: Mídia, Estereótipos e Representação das Minorias de João Freire Filho, 2004.

5.1.2 Enquadramento

A noção de enquadramento nos estudos de mídia refere-se, em geral, ao enquadramento de conteúdo, abordando textos escritos, e é comumente tida nos termos de Goffman (1986), um dos seus expoentes, que desenvolveu sua noção de *framing*. Aqui, referindo-se ainda à manipulação redacional, trataremos da noção de *framing*, que em termos gerais se refere a “*uma forma específica do indivíduo perceber e organizar eventos e situações; através dos enquadramentos o indivíduo organiza sua compreensão sobre as situações sociais*” (MELO, 2016, p. 26). Enquadramento como tratado aqui, portanto, segue a mesma lógica da fotografia: ao enquadrar o objeto escolhido pelo fotógrafo, o mesmo seleciona o que vai estar aparecendo e/ou sendo destacado na imagem, e, conseqüentemente, escolhe também o que fica de fora do quadro. Ao aplicar esta noção à prática jornalística, o enquadramento, segundo Rothberg (2009, p. 3), diz respeito à:

(...) seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagma, etc. (ROTHBERG, 2007, p. 3)

Os estudos sobre enquadramento aplicado à mídia, portanto, demonstram que

(...) os enquadramentos nos textos jornalísticos e notícias em geral têm o poder de dar ênfase a certas ideias e pontos de vista, assim como podem ocultar, alterar, modificar, etc, de modo a encorajar o público leitor a pensar e decidir de uma maneira particular. (MELO, 2016, p. 28)

O enquadramento, então, tem o poder de formatar a percepção do leitor sobre alguma pauta, e é decisivo para definir dados da realidade. Os demais casos de padrões de manipulação na prática jornalística listados por Abramo (2016) e identificados nas falas dos entrevistados são abordados aqui em termos de enquadramento, seja ele tratando do conteúdo ou da disposição. No primeiro caso, será demonstrado um exemplo de padrão de fragmentação, como é possível ver no depoimento do entrevistado H:

“A minha droga dentro do jornal era a adrenalina, véi. Ver um cara levar uns 12 tiros de bala de borracha num protesto de ambulante... Parado! E ele ficou parado, véi!!! E aí a minha chefe deu esporro porque eu não falei do trânsito. Na matéria tinha uma foto que era o cara tomando tiro de bala de borracha, parado, feito o Hulk, no meio da conde da Boa Vista! Mostrando a truculência da polícia, o exagero! Mas não, reclamam porque eu não falei do trânsito... Aff.”
(Entrevistado H)

O exemplo citado acima demonstra uma estratégia de enquadramento sugerida pela chefe em questão, que quis enfatizar um acontecimento factual como o trânsito em detrimento de focar e problematizar a truculência policial, que havia sido o enquadramento anterior. Neste caso, fica claro que a chefe, no mínimo, desencorajava o enfoque nas ações abusivas dos policiais, muito provavelmente por conta da relação de produtor-consumidor tratada na categoria de anunciantes, visto que o governo do Estado sempre fora um anunciante frequente dos jornais, como relatou o entrevistado na ocasião. Em termos de manipulação, na perspectiva de Abramo, esse é um caso do padrão de fragmentação, onde se procura selecionar os aspectos da notícia que é digno de publicação, enquanto se procura descontextualizá-la dos demais aspectos. O fato é então “decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou aspectos” (ABRAMO, 2016, p. 42). A ordem por enquadrar o trânsito em situações de protesto foi também estabelecida para tratar das manifestações do movimento Ocupe Estelita, como conta o mesmo entrevistado:

“Aí por exemplo, protesto do Estelita quando trava via, o que é que as pessoas (do jornal) queriam que eu falasse? Que causou muito trânsito. Elas não estavam preocupadas com mais nada... Eu ficava: ‘Pô, não vou trazer só isso na matéria quando na verdade a minha matéria devia ser discutir, contrapor um argumento com o outro’ (...) É a forma que tem de manipular, né? Se você joga uma matéria dizendo que atrapalha a sociedade já vão pensar: ‘Olha pra aí que bando de vagabundo parando o trânsito’ ... Mas ninguém quer explicar para o cara o que é que tá acontecendo ali e por que que é preciso fazer aquilo. Porque o cara entende, pô. O pessoal julga muito a população, mas eles estão ligados como é que é. Então eles (editores do jornal) sabem como isso funciona então eles manipulam dessa forma.” (Entrevistado H)

Segundo relata o entrevistado H, a ordem de enquadramento servia até à disputa de sentido da noção de “manifestantes”, pois a caracterização negativa do mesmo, embora não fosse expressa neste caso, era sugerida. A escolha era, portanto, de fragmentar e consequentemente descontextualizar as manifestações do Movimento. Nas palavras de Abramo:

Os critérios para esta seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas destes órgãos. (ABRAMO, 2016, p. 38)

Relacionado à definição de Abramo, um trecho da fala do entrevistado B ajuda a elucidar a questão:

“O movimento Ocupe Estelita começou a questionar muito os jornais, a forma como o jornal cobria aquilo ali tudo. Aí depois teve um editorial do JC, que mostrava claramente, falando de uma forma muito rasa, que o jornal não se propunha a entender quem eram os interlocutores, o que era de fato esse movimento, o que é que eles pediam, que não era só preservar um lugar abandonado, etc.... Havia esse descolamento, esse profundo desconhecimento.” (Entrevistado B)

“Muitas vezes também era cobertura por um outro viés, né? Pelo viés, por exemplo, você vai fazer a matéria lá sobre o protesto e aí você vai focar na sua cobertura no trânsito, eventualmente no consumo de droga, em algo mais “agressivo” que aconteceu dentro do protesto... E muitas vezes você lê matérias que você nem sabe o porquê das pessoas estarem ali, você não sabe nem o motivo... São só os impactos, só as consequências negativas. Então é muito complicado...” (Entrevistado F)

A decisão por selecionar os fatos que seriam veiculados, tornando a cobertura fragmentada, partiu então, segundo o entrevistado, de dentro do próprio jornal, que optou por apresentar de forma intencionalmente descontextualizada as manifestações do Movimento. Em contrapartida, em um dado momento relatado em pesquisas anteriores⁵¹ onde não foi mais possível ignorar os fatos pois as manifestações ganharam corpo e voz a partir das mídias alternativas e da imprensa internacional, a opção escolhida pelo corpo editorial do jornal foi a seguinte:

“Então quando tinha alguma coisa de maiores proporções é que uma pessoa ou outra que cobria aquela área (...) diziam na redação, por exemplo a galera de cultura: ‘minha gente, vai ter um show, sabe? E isso vai chamar gente, aí assim, a gente não vai dar? Porque todo mundo vai dar! Aí diziam ‘Ah, então dá essa merda, mas tenta não dar destaque ao nome do Ocupe, tente não dizer que é o Ocupe Estelita...’. Tá entendendo? E mesmo que botasse o nome a pessoa não precisava nem se preocupar, porque na hora que o editor fosse pegar aquilo ele ia fazer esse filtro, entendeu?” (Entrevistado C)

Ainda que o fato fosse veiculado, seria veiculado nos termos do jornal, seguindo a linha editorial e prezando pela sua afinação com os anunciantes. A desfragmentação do fato permanecia, a notícia resultava de uma produção orientada, ideologicamente formada pelo veículo o que conseqüentemente refletia na percepção que os leitores tinham do fato. Uma outra forma citada de enquadramento do conteúdo vinha até mesmo antes da produção do mesmo, e era a forma com que a pauta era apresentada para o jornalista, como comenta o entrevistado H:

“Eles (o consórcio) se antecipam, eles têm um projeto todo pronto pra apresentar nos jornais, entendeu? E eles não chegam de coração aberto pra tentar conversar, tipo: ‘Ó, a gente tem um projeto aqui e eu vou tentar convencer a você que ele é bom’, não é dessa forma. Eles vão pelo método mais escroto que é: a ideia vai lá pra cima, que são os diretores que sempre ficam lá em cima, e desce, e quando desce, desce uma ordem, não desce uma sugestão de pauta. Desce uma ordem, e dizem: ‘Olha, eles estão vindo aí e vocês vão conversar com eles’. Eu cheguei a participar de reuniões assim com pessoas da prefeitura, até secretários da prefeitura, que foram lá dizer por A + B que o Projeto era bom, e eu tinha que escrever uma matéria dizendo que era bom. Porque eu não tava ali pra questionar, eu não podia sequer fazer uma pergunta.” (Entrevistado H)

⁵¹ Ver: Mídia, Discurso e Poder: Uma análise crítica da cobertura de dois jornais pernambucanos sobre as disputas em torno do Cais José Estelita (2016).

“Porque eu notava isso também, que muitas vezes a pauta era passada assim pra a gente, principalmente para os repórteres mais novos: ‘Ah, a prefeitura tá fazendo não sei o que... Muito legal, né? Vamos lá, vamos mostrar como vai ser isso, e tal...’ Ninguém dizia ‘Faça uma matéria elogiando a prefeitura, ou o Projeto’, mas a apresentação da pauta pra você como repórter já era positiva ou já era negativa. Da mesma forma da no caso que eu falei no Estelita eles partiram da ideia da bagunça, da baderna, então... É uma coisa um pouco sutil (...)” (Entrevistado F)

Portanto, seja por ordem direta ou indireta, as pautas que eram interessantes aos jornais eram abordadas da maneira que o enquadramento permitia, já que os jornalistas “não estavam ali pra questionar”. A forma como a pauta era apresentada dava o tom que a matéria deveria ser conduzida pelo jornalista, e isso é uma outra forma evidente de manipulação redacional através do enquadramento do conteúdo produzido. Como exposto acima, uso do enquadramento como instrumento de manipulação foi, portanto, sistematicamente adotado nas redações dos três jornais, já que os trechos abordados são de funcionários ou ex-funcionários destes veículos.

5.2 Manipulação de formatação

Além de formas de manipulação que envolvem o momento anterior à escrita das matérias e o instante em que a mesma é produzida, existem estratégias de manipulação que se prestam até mesmo ao conteúdo que já está redigido. O que aqui chamo de manipulação de formatação mostra, a partir dos depoimentos dos entrevistados, como a pressão e o direcionamento das pautas ocorriam nas redações até quando o material textual já estava concluído. A simples existência da manipulação que se concentra na parte final do processo de escrita demonstra como, depois de tantos bloqueios à escrita criativa do jornalista que vão desde as condições desfavoráveis de produção, passando pela autocensura e ainda seguindo pela manipulação redacional tratada acima, ainda há formas possível de intervenção por parte dos editores dos jornais.

É neste contexto que entra a mão inexorável dos editores, cujas intervenções citadas nas falas dos entrevistados levaram à divisão analítica das manipulações de formatação entre a estruturação da matéria ou reportagem e os efeitos de silenciamento. As formas de manipulação identificadas também podem ser interpretadas à luz dos padrões de manipulação definidos por Abramo (2016): o padrão de inversão aparece de forma mais forte na edição final da matéria, como será demonstrado.

5.2.1 Disposição da matéria

A primeira forma de manipulação de edição percebida foi na forma de estruturação da matéria no momento em que era editada para a versão final do jornal. Como é possível perceber pela fala dos entrevistados, as decisões sobre o tamanho, o layout, o destaque ou o espaço que a matéria ocupa na versão final do jornal não é feita de forma arbitrária. Como foi dito anteriormente, a manipulação tem um efeito político vinculado, e a determinação do que, aparentemente, pode ser visto como detalhes de edição aparece aqui como uma forma muito clara de promoção intencional deste efeito político.

“É, às vezes ignoram mesmo, vão na cara dura e ignoram mesmo. Às vezes, o que é uma coisa que deveria ter um destaque muito grande segundo os critérios jornalísticos, é publicado, mas é publicado numa notinha, numa matéria pequena, numa coluna... E excepcionalmente eles dão o destaque. Mas eu noto assim, de uma forma geral, que é minimizado. Às vezes é totalmente ignorado e às vezes é minimizado.” (Entrevistado F)

“Eu até cobri um evento que teve na universidade sobre isso, com um pessoal do movimento que foi apresentar um projeto alternativo para o Cais, mas no outro dia saiu só uns 5 centímetros sobre isso. Enquanto que se você for pra uma reunião com a construtora é um abre-página! E são essas coisas que vão cansando, minando a instiga do cara de fazer jornalismo... Tem até essa questão do direcionamento das palavras, da construção das informações. (...) Quer dizer, me engessam pra eu não me espalhar demais, sabe? E isso rola em todos os jornais.” (Entrevistado H)

Além do direcionamento quanto ao enquadramento da matéria já comentado anteriormente, o entrevistado F apresenta as possibilidades da pauta ser deliberadamente ignorada ou de ter seu conteúdo minimizado. Segundo ele, ainda que a pauta seja extremamente importante, se seu conteúdo ou até mesmo sua própria presença no jornal impresso ameaçar os interesses do veículo, a pauta é desconsiderada ou, caso consiga um espaço no jornal, é subdimensionada. Um exemplo disto foi citado pelo entrevistado H, que pondera a diferença de tratamento e de espaço editorial destinado à notícia de um evento organizado pelo Ocupe Estelita e de uma pauta “sugerida” após uma reunião com o consórcio. A clara desproporcionalidade nesta distribuição demonstra o que os jornalistas haviam constatado sobre os anunciantes: o jornalismo parece ser, portanto, o que sobra entre os espaços disputados de publicidade. Outros entrevistados citaram exemplos práticos de manipulação da disposição das matérias sobre o Ocupe Estelita:

“Então chegam pra mim e ‘Ó, tu vai ter uma página pra fazer a matéria, uma principal e outra vinculada’, aí eu decido: ‘pô, então a principal vai ser a violência com que a polícia tratou...’ Aí só me falam: ‘Não, a principal vai ser a resposta do consórcio, porque teve uma reunião mais cedo...’. Aí a (matéria) vinculada vai ser bem menor e os 25 centímetros vão ser o protesto todo... Porra... É assim que é feito.” (Entrevistado H)

“Eu só saía da redação quando eu via a matéria pronta. Eu já sabia. Era tipo: ‘Ó, acrescenta isso aqui...’ ou ‘abre com esse assunto e não com esse...’. Nunca se abria com os meninos do movimento, nunca o lead era os meninos... O lead era sempre o anunciante. Os meninos ficavam na rebordosa e as vezes os meninos nem saíam, não se queria dar voz a eles.” (Entrevistado E)

O *lead* de uma matéria segue a mesma lógica de visualização e assimilação das manchetes: por ser a primeira parte de uma notícia e por conter, em teoria, as informações básicas do resto da matéria, se configura geralmente em um parágrafo destacado. A sua importância na disposição do conteúdo é justamente pelo fato de que, muitas vezes, o leitor não se dedica a ler a matéria inteira, então as informações trazidas por aquele *lead*, juntamente com o título, são as únicas assimiladas pelo leitor. A escolha por nunca destacar, através da disposição da matéria, o argumento do Movimento é feita, como foi possível ver, de forma deliberada, com o objetivo de não “dar voz” a este ator. Tudo o que era exposto após esta apresentação de destaque aparecia, então como o que o entrevistado chamou de “rebordosa”, ou seja, como uma réplica ou contra-argumento em resposta ao consórcio. Essa disposição textual definitivamente reflete na forma como os leitores percebem a informação, como indicam diversos estudos sobre a análise de conteúdo. Nas palavras do entrevistado H, a disposição assimétrica das matérias sobre o Ocupe Estelita ocasionavam num “engessamento” dos jornalistas, pois o conteúdo do seu texto acabava sendo distribuído da forma como convinha aos veículos, ou, ousado dizer, da forma como convinha aos anunciantes.

De acordo com o que foi percebido na análise do discurso do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio feito em circunstância do meu trabalho de conclusão de curso, foi possível identificar que, no auge das manifestações e ocupações do Movimento, em meados de 2014, os jornais passaram a veicular de forma as ações promovidas pelo Ocupe Estelita. Ainda neste contexto, pouco ou nenhum espaço era dado para as fontes que se identificavam com o Movimento, como já foi comentado pelo entrevistado E acima. Quando questionei outro entrevistado sobre a presença de citações de fontes ligadas ao Ocupe Estelita, ele respondeu:

“Até que às vezes, raramente, tinha. Porque tem que fingir, né? Mas coloca lá embaixo, é isso que eu tô dizendo. Nada é por acaso num texto... O que tá em cima, o que tá embaixo. Como é que primeiro vem a resposta do consórcio? Qual sentido isso faz? Aí coloca uma linha sobre o Ocupe... Às vezes tem aquele que coloca uma fotozinha de alguém com aspas. Aí se fosse pra pegar a população, assim, eu só pegava a pessoa que tava apoiando, porque eu não ia colocar ali outra coisa. Aí não publicavam isso.” (Entrevistado H)

Os termos da linha jornalística que manipulam a disposição das matérias parecem estar ainda mais claros para os profissionais que atuam a muito tempo na área. O entrevistado B, por

exemplo, falou de uma forma muito clara sobre isso, relatando a sua experiência de cobertura sobre o Ocupe Estelita:

“Então, o que é que o jornal definiu? Óbvio que esse assunto não vai virar manchete, mas é muito ruim se a gente não der nada, porque o outro jornal pode dar isso na manchete e vai ficar muito discrepante. Aí a direção do jornal se usou de um artifício muito comum, que é: você dá a notícia, mas você subdimensiona o valor que ela tem. Em vez de você dar uma notícia inteira, com destaque na capa, você dá num rodapé, dá numa coluna só, dá sem foto... Você tem um instrumento de edição que você pode dimensionar ou esconder. Então o jornal deu, de uma forma minimizada, dentro e se utilizando de vários instrumentos de edição desses.” (Entrevistado B)

É inegável que tais instrumentos de edição e formatação da matéria servem como artifícios para, em última instância, manipular a forma como a mesma é apresentada. A ideia de subdimensionar a notícia de forma proposital, assim como descrita acima, segue a lógica do padrão de inversão conceituado por Abramo, que explica que este padrão ocorre geralmente na edição final, quando há uma inversão proposital na relevância dos aspectos:

O secundário é apresentado como o principal e vice-versa; o particular pelo geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe, enfim, pelo essencial. (ABRAMO, 2016, p. 43)

Desta forma, o reordenamento das partes, segundo o autor, resulta numa alteração da realidade original dos fatos e na criação de uma realidade artificial, posta nos termos dos veículos de comunicação. Nos casos contidos nas falas dos entrevistados é possível identificar inversão na relevância dos aspectos, inversão da versão pelo fato, dentre outras formas de construção, que afastam do leitor o que é de fato essencial para a sua compreensão total da pauta. A disposição em que as informações são apresentadas dentro de uma notícia é, portanto, muito importante para a forma com que a mesma é apreendida pelo leitor, podendo, muitas vezes, influenciar a forma como o mesmo constrói o sentido. Ainda assim, pelo fato desta influência se dar num nível mais abstrato e constantemente irrefletido, torna-se um fator bastante sutil para o leitor comum, e apenas um leitor dotado de uma visão muito crítica consegue identificar seus efeitos.

5.2.2 A produção de silêncios

A última forma de manipulação aqui abordada se dá tanto no âmbito discursivo quanto no âmbito da edição: o silenciamento. Este tema foi deixado por último por ser, na verdade, uma estratégia derradeira dos jornais de manipular uma pauta, pois, de acordo com o que foi visto acima sobre teorias da comunicação, o que não está exposto na mídia não existe. Assim como os grandes veículos têm o poder de, em grande medida, pautar o debate público através da veiculação de informações e notícias, eles têm igualmente o poder de invisibilizar outras

pautas. De acordo com Shaw (*apud* PENA, 2010, p. 144). “*As pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo*”. Esta relação é trabalhada nas teorias de comunicação como *Agenda Setting*, porém serão tratadas aqui em sua forma mais prática de omissão de conteúdos ou, de forma mais contundente, de escolhas deliberadas de silenciar determinados fatos da realidade.

Segundo Parentes, cientista político que discute a distribuição de poder na sociedade e suas consequências para a democracia:

A manipulação frequentemente se esconde nas coisas não mencionadas. A forma mais comum de deturpação de mídia é a omissão. Às vezes, a omissão inclui não apenas detalhes vitais de uma história, mas toda a história em si, até as informações mais importantes. (PARENTES, 1991, p. 5, tradução nossa).

Ainda na pesquisa supracitada sobre a análise do discurso do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio sobre o projeto Novo Recife, foi identificado um silenciamento deliberado acerca da existência e articulação do movimento Ocupe Estelita. Neste contexto, os jornais buscavam neutralizar os discursos discordantes do projeto Novo Recife ao simplesmente negar a unidade do Movimento como um grupo da sociedade civil organizada que se posicionava de forma contrária à construção do projeto Novo Recife. Esta constatação exemplifica bem a dimensão política da produção dos silêncios nos veículos de comunicação, que se dá de forma intencional e busca o controle dos efeitos de sentido, a fim de obter certo domínio sobre o imaginário social e/ou a opinião pública (RIBEIRO & FERREIRA, 2007).

Alguns exemplos foram identificados nas falas dos entrevistados, desde silenciamento dos trechos de textos que, de alguma forma, iam de encontro à “linha” adotada pelo jornal, até o silenciamento do próprio movimento, como havia sido identificado na pesquisa anterior e foi confirmado através das entrevistas:

“E aí quando a pauta começou a entrar mais pro jornal eu já tinha uma imagem do lado que era tratado nos Direitos Urbanos e que geralmente não aparecia na mídia, ou nos jornais principais. Eu sempre notei que no jornal era assim.” (Entrevistado F)

“O próprio movimento às vezes nem tinha voz no jornal. Não se queria dar essa importância porque acreditava-se que era um movimento sem valor, porque ele era um movimento desrespeitado por alguns jornalistas que só via um “bando de moleque” ... Quando na verdade aquele movimento era incrível, de respeito. Eu tenho respeito até hoje.” (Entrevistado E)

Embora os entrevistados acima apontem o seu apoio em relação ao Movimento, assumem também não ter achado espaço para trazê-lo à pauta, pelos seguintes motivos: no primeiro caso, por antever que o jornal (ou qualquer instância de mídia formal) não abriria espaço para uma leitura mais crítica ou embasada nos argumentos do grupo organizado da sociedade civil

chamado Direitos Urbanos. No segundo caso, por resistência entre os próprios funcionários do jornal, que não tratavam o Movimento como pauta por considera-lo sem valor. Apesar de apenas um entrevistado citar este último caso, é importante não deixa-lo de fora da análise, pois explicita que nem sempre os responsáveis pelo silenciamento eram os cargos mais altos da hierarquia do jornal. Porém, é interessante também ressaltar a resignação do entrevistado F em relação ao silenciamento produzido nas mídias acerca dos movimentos sociais: aparentemente trata-se de algo comum o saber que o argumento contrário à linha do jornal ficaria de fora da pauta. Esta constatação provavelmente se baseia em experiências anteriores do indivíduo como jornalista ou até mesmo como leitor, e pode ser lida como um exemplo mais sutil da autocensura sistemática.

Ainda que o movimento interno de silenciar parte da narrativa da cobertura sobre o movimento Ocupe Estelita ocorresse, havia forte crítica dentro das redações. Um exemplo disso é identificado neste trecho da entrevista com o entrevistado F, que comenta sobre como a naturalização de uma cobertura assimétrica, isenta de críticas por parte do público leitor faz com que esse tipo de abordagem torne-se aceitável e pouco criticada pelo grande público:

“É inimaginável, por exemplo, que numa polêmica dessa entre um projeto como o Novo Recife e o Movimento Ocupe Estelita só tenha uma matéria num jornal tradicional que só fale sobre o Ocupe Estelita. Você não vai ter uma matéria trazendo aquilo que o Ocupe Estelita fala sem trazer nenhuma outra matéria ou contra-argumento por parte do Novo Recife... Mas o contrário acontece, entende? Você tem matérias que falam do Novo Recife e não falam sobre o outro lado, sabe? E às vezes a gente naturaliza isso também, de um lado ser sempre exposto, seja como o lado principal ou seja pelo menos um contraponto, e o outro lado às vezes aparece e às vezes não. Isso, se você for pegar pela teoria ou pelo básico do jornalismo, de ouvir os múltiplos lados da questão seria algo básico. Mas na verdade você vê que não é assim, com muita frequência... E que as pessoas acham natural. As pessoas dentro do jornal muitas vezes acham natural e o público não questiona, só aceita.” (Entrevistado F)

As estratégias deliberadas de silenciamento começam na seleção específica de jornalistas cuja visão se aproxima da linha editorial do jornal para cobrir o movimento Ocupe Estelita, assim como citado pelo entrevistado F quando afirma que *“as duas ou três pessoas mais contundentes nessa crítica passaram a receber outras pautas e serem afastadas desse tipo de cobertura”*. Esta realocação de jornalistas por pauta funciona para o veículo como uma garantia de que a cobertura não irá se afastar do que é esperado do jornal, ou seja, como uma negociação da realidade. Outras vezes, esta negociação é feita de forma mais sutil, operando no nível subjetivo, como quando o entrevistado H relatou que havia sido convidado para um almoço pomposo com autoridades onde o projeto Novo Recife era apresentado de forma aparentemente desinteressada para alguns jornalistas, não coincidentemente os jornalistas e editores dos cadernos que cobriam justamente os temas urbanos. Porém, ainda assim, a escolha

por silenciar questões relacionadas ao movimento Ocupe Estelita se configurou num silenciamento efetivo, muito além dos constrangimentos expostos anteriormente. Este silêncio claramente político costuma produzir, segundo os estudos de recepção (fonte), efeitos de esvaziamento de argumentos, que chegam a limitar o debate público pelo fato dos meios de comunicação não apresentarem nas reportagens todos os pormenores necessários para uma interpretação mais próxima aos fatos da parte do leitor. Este fato, que não se limitava aos jornais impressos, foi citado como um motivo de incômodo grande por parte de alguns entrevistados:

“Tinha muita informação que era omitida, que nenhum jornal deu, nem a Globo. A Globo, por exemplo, nem pisava lá (na ocupação do Movimento). As outras TV’s ainda iam lá, a Globo nem isso. E a gente pensava ‘poxa, que tipo de jornalismo é esse?’. Então foi um momento que a gente também se questionou muito sobre a função do jornalismo” (Entrevistado H)

“Você estuda, se esforça, se forma e quando chega lá as coisas (matérias) simplesmente não saem ou então saem bem pequenininho. Tipo nesse caso (cobertura sobre o Ocupe Estelita), que eu apurei pra caralho e quando vi saiu um negócio bem pequenininho, tipo uma nota. Então assim, a gente conversava muito nas redações e tal...” (Entrevistado D)

A escolha por silenciar o Ocupe Estelita ou os movimentos sociais em geral pode se efetivar de maneiras bastante distintas, como foi visto nas categorias acima, e embora este trabalho não se trate de um estudo de recepção, seus efeitos são bastante concretos tanto para fora quanto para dentro das redações: as entrevistas mostram reiteradamente um forte fator de frustração por parte de quem redige o conteúdo publicado, seja por ter seu texto simplesmente desconsiderado na publicação, seja pelo fato do processo de seleção do que é publicado excluir os atores do Movimento.

“O fato de eu ter te entrevistado não significa que eu vou relatar o que você tá me dizendo, eu vou ter outras fontes que vão ter outros interesses... E as pessoas ficassem com raiva, porque é como se não fosse pra eu dar voz a quem já tinha voz, nesse caso as empreiteiras.” (Entrevistado D)

Como é possível perceber neste trecho, a crítica ao silenciamento da mídia sobre o Movimento e seu discurso já era feita por parte do mesmo, já que identificavam haver uma assimetria na forma como os dois discursos eram tratados. Por este motivo, alguns interlocutores chegaram a se negar de ceder entrevistas para os jornais, como uma forma de protesto à cobertura desigual. Neste caso, o silenciamento privilegia ainda mais o discurso “das empreiteiras”, que surge como argumento primário em face do qual um interdiscurso tenta ser estabelecido por parte do Movimento. Esta questão segue a lógica do que foi posto por Orlandi (2007): *“O silêncio é o modo de apagar os sentidos, de silenciar, de produzir o não-sentido”*; e reiterando o que foi dito acima, a produção do não-sentido é uma questão política que busca reger o funcionamento

do discurso, ordenando, conseqüentemente, posições ideológicas (RIBEIRO & FERREIRA, 2007).

Ainda que o silenciamento, por definição, tenha sido uma orientação repressivo-ideológica que imperou no Brasil durante a ditadura militar, através da censura nos meios de comunicação, das artes, das religiões, dentre outros meios, é preciso ressaltar que sua existência não se reduz a este momento histórico. Como constatado em pesquisas que analisam a cobertura da mídia tradicional sobre movimentos sociais⁵², além da constante criminalização e depreciação dos mesmos, há um forte processo de silenciamento das partes, que também foi identificado no caso do movimento Ocupe Estelita. Este reconhecimento foi feito tanto por parte do próprio movimento quanto por parte dos produtores das notícias, ainda que não fossem de acordo com essa cobertura, como foi possível perceber através dos trechos das entrevistas. Além da cobertura tratada aqui, foram comentados outros episódios em que pautas inteiras eram silenciadas, como casos que envolviam outras empresas relacionadas aos donos dos jornais e seus familiares. Após comentar um episódio em que acompanhou de perto o esforço feito pelos jornais para silenciar tais pautas, o entrevistado B relata que o que diferenciou a pauta do Estelita das demais pautas que conseguiam ser completamente excluídas das edições, era o fato de:

“Paralelo a esse interesse econômico, que não era novidade nos jornais, (o Estelita) teve um ‘quê’ de novidade muito grande no caso em si, na dimensão que ele tomou... Inclusive quem os defensores do Novo Recife encontraram do outro lado, porque foi um episódio que mobilizou muita gente, pessoas com muito conhecimento em urbanismo, o pessoal dos movimentos sociais, etc. Então encontraram do outro lado pessoas mais qualificadas pra fazer a própria crítica ao jornal.” (Entrevistado B).

Como apontou o entrevistado B, possivelmente pelo fato do Movimento ser composto por atores sociais tão distintos que ocupavam a frente de diversas esferas da sociedade, foi impossível para os jornais o manter totalmente fora na narrativa por todos os anos em que o Movimento atuou mais fortemente. Outros entrevistados apontaram a proximidade da Copa do Mundo no Brasil, que deu visibilidade internacional ao Movimento, como motivo pelo qual a barreira do silenciamento da mídia fora superada, ainda que parcialmente. Embora esta questão seja decididamente interessante, este trabalho não se presta a identificar os fatores que levaram a mídia a uma posição em que tornou-se impossível ignorar o Movimento, levando-a a pauta-lo, ainda que de forma extremamente controversa. O fato é que o “elefante na sala de estar”

⁵² Um bom exemplo das tensões entre os movimentos sociais e o campo midiático a que me refiro foi a relação com o MST, abordada por Paula Reis Melo em sua tese “Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST” (2008).

estava lá, e sendo o jornalismo um espaço de discurso privilegiado, desconsiderá-lo era uma escolha deliberada e política, associada ao movimento censório que envolveu a cobertura aqui tratada desde o início.

5.3 Táticas de subversão

Ainda que em face às diversas formas de constrangimentos que impunham uma lógica na produção das notícias sobre o Ocupe Estelita que era contrária às suas próprias opiniões e avaliações, alguns dos jornalistas entrevistados passaram a explicitar algumas táticas criadas por eles mesmos para burlar o forte controle dos veículos. Um total de seis dos oito entrevistados começaram, de forma espontânea, a relacionar as mais diversas formas de controle exercidas sobre eles com táticas que visavam ultrapassá-las. Um exemplo destas táticas comentado aqui pelo entrevistado B e compartilhado por outros entrevistados, consistia em postergar publicações sobre a pauta do Ocupe Estelita de modo que a mesma fosse publicada após um momento mais turbulento, quando parecia mais seguro fazê-lo sem o risco de sofrer represálias:

“E aí era sempre uma tentativa lá dentro da redação. Eu pensava, tipo: quero falar sobre isso, mas não vou falar agora não, vou esperar uns dois dias, esperar a poeira baixar, aí eu falo. Ou se vou falar tem que ser de uma forma com que eu não seja repreendido pelo jornal. Caso contrário a galera poderia chegar pra mim pra dizer: ‘Olha filho da p,, para de falar disso, porque isso não pode!’”(Falando alto)...Mas ninguém ia me podar dizendo “Ó, você exagerou nisso” ou “O consórcio tá reclamando porque você não procurou eles” e tal. Então eu não podia deixar que eles me desautorizassem nesses pequenos gestos.” (Entrevistado B)*

Dentre as diversas formas de insubordinação à linha editorial do jornal, que aqui chamo de táticas de subversão, o cuidado em “camuflar” o peso ideológico crítico em relação ao projeto Novo Recife ou a aprovação em relação ao movimento Ocupe Estelita esteve sempre presente. A escolha das palavras era feita de forma cuidadosa, tentando passar despercebidas aos controles de conteúdo, e isso fica claro até para os entrevistados que ocupavam cargos mais altos na hierarquia do jornal. A segurança contida na certeza de que não sofreria uma retaliação que custasse o cargo do Entrevistado B não se refletia na realidade da grande maioria dos entrevistados, que, graças à maior vulnerabilidade que o envolviam, não podiam contar com tais benevolências. A estes, restava investir na empreitada solitária e silenciosa de resistir ao controle, esperando que seus esforços resultassem numa quebra da política editorial dos jornais.

5.3.1 Quando a pauta passa pelo “filtro”

Das tantas barreiras impostas pelos veículos, o silenciamento dos jornais ocupava um espaço importante que, como foi visto, incomodava muito os jornalistas, e a partir daí iniciaram-se as tentativas de forçar essa barreira ao máximo. Antes de perceberem que se tratava de uma escolha política e deliberada, alguns jornalistas tentaram fazer um esforço no sentido de levar a discussão do Movimento para dentro das redações, pois acreditavam que a pauta não era abordada por pura falta de articulação:

“Como eu falei, aquele momento foi um momento de catarse, de efervescência que acontecia dentro do movimento mas fora também, nas próprias redações. Eu, por exemplo, chegava da pauta com todas as milhares de informações que o pessoal me passava, muita coisa, até documentos e tal... E eu nem sempre conseguia absorver isso de uma vez só... E aí a gente trazia aquela discussão pra dentro do jornal, né? Tanto as discussões em relação à cidade, ao Projeto, como as discussões jurídicas, que eram muitas. Porque quando tem um interesse tão grande assim que vá pra justiça são muitas questões jurídicas, são muitas brechas, e é muito difícil fazer pautas assim... Aí a gente discutia muito na redação, não só a minha editoria como todo mundo entrava nas discussões... Tanto discussões oficiais do assunto em si como discussões não oficiais, tipo: ‘como é que o jornal deveria abordar isso?’.” (Entrevistado D)

Enquanto alguns entrevistados buscaram pautar o Movimento apenas por vias “institucionais” como o entrevistado D, outros foram mais veementes e passaram a agir além das “recomendações”, negando, de certa forma, a autocensura e buscando assim um papel mais ativo e insurgente. Uma vez que ficou claro para os jornalistas que discussões internas não seriam suficientes para quebrar o silêncio, alguns indivíduos decidiram tomar as redes e tentar trabalhar o tema de forma que não sofressem represálias. Sobre este assunto, o entrevistado A afirma:

“A verdade é que você vivia sendo enquadrado. Aí você pode fazer o seguinte: tentar subverter as ordens dentro das suas possibilidades. Tipo: falar de coisas de maneira indireta, sugerir temas e pautas que abordem coisas que você acha importante serem discutidas, que de alguma maneira compense aquele silenciamento que o jornal obrigava a gente a reproduzir. Eu acho que era nesse sentido que a gente tentava burlar algumas coisas.” (Entrevistado A)

Ainda no sentido de procurar brechas para tratar assuntos considerados relevantes para a pauta do Movimento, ainda que o abordasse de forma muito indireta, o entrevistado C ressalta:

“Porque quando você tá ali dentro você sabe que pode haver a possibilidade de algum momento você ter uma pauta que você consiga puxar de dentro, que seja do seu interesse, que você consiga trazer algo legal.” (Entrevistado C)

O entrevistado C traz como exemplo a vivência de uma amiga que teve seu texto manipulado pelo chefe, cujas alterações modificaram integralmente o sentido da matéria. Ela conta que isso teve um custo emocional muito alto para essa amiga, pois tratava-se de uma pauta muito importante para ela, que se viu numa situação muito difícil:

“E aí essa grande amiga minha ainda tá lá dentro e a gente fica dizendo ‘ó, tu tem que aproveitar o que essa estrutura te oferece, pra tu fazer as merdas que tu vai ter que fazer e morrer de vergonha ou chorando por causa de alguma coisa, mas também colocar goela abaixo algumas coisas também!’ (...) Aí quando ela me contou essa história, ela falou com todo ódio de estar ali, porque ela já está num nível salarial que ela não ia manter se começasse outra profissão do zero, e não era eu que ia dizer que ela é uma canalha que ganha esse “dinheirão” pra trabalhar ali. Aí quando eu fui pedir pra ler a matéria ela disse que não queria que eu lesse. Isso porque é a minha amiga, veja o constrangimento! Foi aí que eu falei: ‘você tá aí dentro desse jornal já, e se ele suga de um lado você vai ter que sugar ele de uma outra maneira. Vai ser as pautas que você quiser, que você ache que dá pra abrir um espaço ali dentro, você vai fazer. E aí foi esse o caminho que ela começou a seguir, sabe? (...) E eu digo pra ela ‘você não tá sendo antiética, na hora que botaram você pra fazer uma matéria do dono do jornal porque tem que fazer uma matéria com ele, vá lá e faça. Faça uma cara de quem é peão, porque você tem que aprender que você é peão dentro do jornal, você tá trabalhando. Você não vai colocar elogios nem fazer loas, você vai apenas escrever da maneira mais descritiva que você puder.’” (Entrevistado C)

Este forte relato traz algumas questões muito interessantes de serem abordadas. É possível perceber a importância e a centralidade que a entrevistada dá ao veículo impresso através da ênfase que a mesma faz à utilização da estrutura do jornal para veicular pautas que julga ser importantes para uma compreensão mais fiel à realidade por parte do leitor. A partir do que foi dito, compreende-se que a permanência da jornalista amiga em seu posto seja importante para que a mesma possa usar a estrutura do jornal como instrumento para “sugar ele de uma outra maneira”. Em outras palavras, a entrevistada sugere que ela aja de conformidade com a política do veículo em certas situações para que seu emprego seja mantido, mas que em contrapartida consiga veicular eventualmente pautas que considere importantes, neste caso abordado, relacionado ao movimento Ocupe Estelita. Além disso, o relato traz a dimensão do jornalista como “peão” do dono do jornal, cujo papel é redigir matérias orientadas pelo mesmo. Este trecho exemplifica a sensação de pouca ou nenhuma autonomia criativa do jornalista em relação aos jornais abordados, questão que aparece repetidamente em trechos diversos das falas dos entrevistados. Diante disso, procurava-se transpor estas barreiras:

“(...) Eu jogava o jogo deles, mas jogava do meu jeito também. Tentava passar a rasteira da maneira que dava pra eu passar, justamente pra não ficar um negócio tão envenenado, sabe?” (Entrevistado H)

“(...) Aí, no contexto do Estelita, foi isso: eu tentava bolar estratégias pra falar de coisas que eu achava necessárias nesse debate... Meio que ditadura militar mesmo, real!. (...) Aí era meio que receita de bolo. Quando cortavam um texto, se não tinha nada pra colocar, botava receita de bolo! Era foda.” (Entrevistado A)

É interessante perceber como os entrevistados trouxeram à tona de forma espontânea as suas táticas de subversão à ordem, que aparentemente foram criadas e postas em prática por

iniciativa individual, pois ninguém comentou que isso era articulado em âmbito coletivo ou entre os demais colegas de trabalho. Por isso que chamo aqui de trabalho solitário, pois era como se usassem o único espaço que restava, embora estivessem sob um controle rigoroso, e tentassem enviar as suas mensagens da maneira que era possível. A primeira forma desta tentativa identificada nas falas dos entrevistados foi de fato tentar passar a pauta de forma menos flagrante, para que não sofresse censura. Um exemplo disso foi comentado pelo entrevistado B:

“A primeira vez que eu toquei nesse tema foi num texto que dizia ‘um olhar subterrâneo’. Eu quis usar ‘subterrâneo’ pra fazer essa alusão a uma coisa que é pouco clara, não transparente, mal explicada, suja... E eu pegava uma decisão judicial da justiça federal sobre a Compesa, contando que foi descoberto que a Compesa na verdade não tava tratando o esgoto, tava jogando os dejetos da estação para o rio, dentre elas aquela estação que fica perto do Cabanga. Aí eu juntei com a história do Novo Recife, dizendo que todo o esgoto que seria produzido pela população do Novo Recife, das não-sei-quantas mil pessoas que estariam morando lá e das outras tantas pessoas de população flutuante daquele local, também ia ser jogado lá. Ou seja, é você pegar uma situação que já tava poluindo o rio e você jogar mais uma ‘tuia’ de dejetos ali. E aí foi a forma que eu consegui entrar no tema. Porque era um assunto muito delicado a gente tem que ser muito exato com as palavras, não podia ser exageradamente... Porque em algum momento eu iria ser repreendido internamente. Então eu tinha que andar na linha, né? Eu tinha que disfarçar a minha desaprovação em relação ao projeto.” (Entrevistado B)

Neste caso, o entrevistado teve jogo de cintura ao articular uma notícia que inicialmente não abordava o tema do projeto Novo Recife para inserir uma crítica indireta ao incitar uma reflexão que basicamente dizia: se já está ruim assim, imagina se o Novo Recife for concretizado. Desta forma ele não fazia uma crítica direta, o que, de certa forma, o protegia de sofrer repreensão, mas ainda assim passava a mensagem que achava importante, que era mostrar aos leitores ‘o outro lado da moeda’, para que pudessem chegar às suas conclusões. A referência ao termo que fazia alusão proposital às coisas pouco claras e mal explicadas aparece como um preciosismo que dá pistas sutis do direcionamento ideológico do autor do texto, e de tão sutis passaram pela censura e acabaram sendo publicadas. Não parece coincidência, portanto, que o entrevistado A tenha citado uma relação entre a produção de notícias sobre o Novo Recife ou o movimento Ocupe Estelita com o movimento censório que aconteceu nos veículos de comunicação na época da ditadura militar no Brasil.

Outro exemplo muito parecido foi citado pelo entrevistado G, que conseguiu inserir a pauta do movimento Ocupe Estelita na capa de domingo do jornal em que trabalhava, ainda que de forma indireta. A pauta foi publicada, segundo o entrevistado, mais por falta de atenção da edição do jornal, que não reforçou a revisão do texto dele por confiar na forma como o mesmo conduzia as suas publicações. Além disso, não se imaginava que um tema tão “abstrato” como

a publicação de livros acadêmicos pudesse se mostrar tão relevante e alinhado a um movimento social:

“O ponto de partida onde eu consegui começar a ‘enganar’ mais a galera e falar do Movimento foi o livro sobre os Occupy, que o Žižek organizou. Isso aconteceu porque durante o processo que eu tava lá eu criei uma outra linha de publicação que não era literatura, que era de livros acadêmicos. E aí a Boitempo começou a me mandar livros sistematicamente. (...) E aí a partir disso, uma vez a cada quinze dias saía uma matéria minha sobre alguns livros acadêmicos assim, sabe? E aí nessa onda foi que rolou esse livro do Occupy e eu fiz a matéria que foi parar na capa. E nessa época também eu já tava lá no jornal a um tempo, já recebia muita coisa, já tinha muitas fontes, já tinha dado um tempo de eu me estabilizar lá, sabe? E aí não só era mais fácil de propor pauta como já confiavam um pouco em mim, no sentido das pautas às vezes passarem sem as pessoas perderem muito tempo em relação a revisar que eu propus, porque sei lá, eu já tava fazendo essas matérias faz tempo, que às vezes saiam até na capa do domingo” (Entrevistado G)

O entrevistado H também levantou, ao longo de sua fala, alguns outros argumentos interessantes para pensar as táticas que usavam para burlar o controle dos veículos, e seu depoimento também explicita a forma como enxergava esses controles:

“Mas no jornal onde eu vivi essa experiência era mais difícil passar a pauta, assim, era mesmo daquele jeito e você tinha que encontrar brechinhos pra poder destilar o seu veneno (risos), mas eram umas coisas mínimas (...) Quando era pra pegar o depoimento da população, assim, eu só pegava pra entrevistar as pessoas que estavam apoiando (o Movimento), porque eu não ia colocar ali outra coisa. Aí acaba que não publicavam isso... Mas aí também eu também não botava o outro lado, pronto!” (Entrevistado H)

Neste caso, o entrevistado fazia um enquadramento das fontes, escolhendo de forma deliberada colher os depoimentos apenas dos indivíduos a favor do Movimento, buscando, segundo a sua fala, compensar assim a cobertura assimétrica da pauta por parte do jornal. Ainda assim o seu texto não passava pela censura e, segundo conta, os trechos das entrevistas com manifestantes não eram publicados. Essa tática também foi usada pelo entrevistado F, que comenta que preferira adotar uma postura mais prudente em relação às críticas como estratégia desde o início:

“(...) Eu também não batia muito de frente não. Eu, ao invés de bater totalmente de frente lá dentro, tentava botar no texto. Tentava puxar pelo texto pra, de repente, quebrar a lógica do jornal.” (Entrevistado F)

O entrevistado conta como tentava *“burlar um pouquinho lógica do jornal, ir para um lado mais humanista”* ao organizar as reportagens que redigia de modo a dar foco aos interlocutores que tinham suas vozes silenciadas pelo veículo, como por exemplo publicar as falas de pessoas que foram desapropriadas em consequência da construção de um resort que estava para ser construído. Segundo o entrevistado, sabendo da relação do veículo em que trabalhava e as construtoras que estavam à frente do empreendimento, organizou as informações no texto

publicado de modo a destacar o modo desumano que as desapropriações aconteciam. Desta forma, conseguia passar sua mensagem e não ser identificado como simpatizante do Movimento ou crítico do projeto Novo Recife e, conseqüentemente, ser afastado destas pautas.

A questão da identificação dos funcionários simpatizantes do Movimento por parte dos dirigentes do veículo já foi comentada ao longo da análise, mas é importante citar que a escolha de alguns por adotar uma postura crítica mais “moderada” nos jornais surgiu também como uma estratégia para que os jornalistas conseguissem manter-se produtores dos textos sobre a pauta, tentando assim passar a sua mensagem, ainda que soubessem que a mesma deveria ser bastante branda para conseguir passar pelo controle do veículo. Sobre essa situação, o entrevistado H comenta:

“Eu fazia do jeito que tinha que fazer. Essa matéria publicitária mesmo do projeto não tinha muito o que fazer... E aí é onde eu tentava ser sutil... Nem babar demais, por uma questão de orgulho e também não dar esculacho. Mas aí o texto passava por tanta mão... Ainda assim era raro (o texto) passar sem mexerem” (Entrevistado H)

É interessante ainda perceber a forma como o entrevistado percebia algumas reportagens sobre o Novo Recife veiculadas pelo jornal em que trabalhava; como fica claro neste trecho, alguns textos pareciam verdadeiras matérias publicitárias. Dada a sua posição no jornal, o entrevistado H conta que não via alternativas outras que não escrever o que lhe era exigido, ainda que se esforçasse para que o texto sofresse o máximo de intervenções e manipulações de outros funcionários, pois desta forma o mesmo se sentia um pouco mais isento da sua autoria:

“É isso que eu tô dizendo, não dá pra falar mal. Se é pra falar bem do Projeto eu não tinha como chegar lá e falar mal. Não tinha esse espaço... Mas ainda assim eles mudam demais (o texto). Eu tentava me esforçar pra eles terem que mudar ao máximo o meu texto, pra pelo menos eu poder dizer assim: ‘Esse frankenstein aí não é meu! Eu joguei aí, eu fiz o esqueleto e vocês que deram o tempero dessa porcaria aí’. Mas é assim que é. (...) Eu fazia muita questão também de não escrever um texto tipo ‘Olha que projeto maravilhoso!’, era mais assim, seco mesmo... Já que tinha que fazer, pronto.” (Entrevistado H)

É necessário pontuar que esta atitude difere da noção de autocensura, visto que, apesar de ter internalizado o *modus operandi* do veículo, os entrevistados tentavam se apropriar desta lógica para se opor, tanto quanto possível, ao mesmo. Porém, a conjuntura apreendida pelos mesmos não era a mais favorável, e dentre as poucas possibilidades de ação que restavam, este artifício pareceu como uma alternativa interessante.

5.3.2 A tática da escolha das palavras

Adotar uma postura subversiva ao redigir os textos que seriam decodificados apenas pelos olhares mais atentos e através das leituras mais cuidadosas parecia, portanto, uma das

poucas maneiras de resistir aos controles e censuras dentro das redações. A escolha cuidadosa das palavras que seriam usadas, da forma como a matéria seria disposta na folha, dentre outros “detalhes” passaram a tomar dimensões maiores para quem redigia os textos, como foi possível ver nas significações contidas no uso da palavra “subterrâneo” pelo entrevistado B comentada acima. Seguindo essa mesma lógica, o entrevistado A também se utilizou de uma tática parecida, fazendo um verdadeiro jogo de palavras para escapar à censura:

“Na época eu tinha uma coluna quinzenal, quando eu tentava toda semana pensar o que eu podia falar pra tocar em questões políticas sem prejudicar meu editor, que inclusive é meu amigo hoje, e sem me prejudicar. Era um texto pequeno, a coluna não tinha aquele rigor de lead, de onde, como, quando... Então era uma coisa bem mais livre. Aí eu comecei a fazer mensagem cifrada, assim. Hoje se eu lesse eu ia achar muito ingênuo, mas na época eu comecei a tentar falar de Cais, de prestar atenção no que diziam nos muros da cidade, de olhar ao redor, de se importar, de entender o que tava acontecendo na energia da cidade, algumas coisas assim (...) sei lá, na minha cabeça era o único jeito que eu tinha de... Enfim, se alguma pessoa entre cem pessoas que lesse aquilo entendesse, eu já tava feliz. Eu não tinha intenção de fazer um manifesto (...) mas você tem que aprender a fazer uns jogos assim pra conseguir passar a mensagem. Eu cheguei no outro jornal que trabalhei mais aguerrido e com mais raiva do que eu estava no primeiro. Mais consciente na verdade, de como eram as coisas e com o que eu não queria compactuar. Eu tentava, dessa maneira, sugerir pautas que tocassem em alguns aspectos sensíveis a isso.” (Entrevistado B)

O entrevistado B foi mais a fundo e transformou a escolha cuidadosa da palavra no que ele mesmo chamou de “mensagem cifrada”⁵³. Tocava em temas sensíveis ligados direta ou indiretamente ao que acontecia no Cais José Estelita, ainda que o objeto sobre o qual escrevia em sua coluna não tivesse uma relação clara com a questão urbana. O entrevistado também se utilizou da música para fazer sugestões, colocando no texto trechos de músicas conhecidas cujo mote trazia alguma mensagem de subversão à ordem vigente, estimulava o olhar sobre a cidade e/ou citava um cais.

Outro caso foi comentado pelo entrevistado F, que apesar de saber que no jornal não era aceitável veicular nenhuma notícia negativa relacionada a shopping centers, sentiu-se na obrigação de abordar uma notícia factual da morte de um funcionário durante a construção de um shopping. A orientação que recebeu era que não devia citar nominalmente o shopping center onde o acidente ocorreu, e assim ele o fez. Porém, por iniciativa própria, criou uma lógica de iniciar cada frase da notícia com uma letra, que juntas formavam o nome do shopping, de modo que se assimilou de fato a uma mensagem cifrada direcionada apenas para os olhos mais atentos. Segundo contou, embora soubesse que seria difícil alguém entender aquela mensagem quase

⁵³ A descrição dos textos produzidos pelos entrevistados será feita de forma indireta no intuito de que o mesmo não seja identificável a partir do material da entrevista.

oculta, sentiu-se menos mal por, ao menos, passar a notícia do jeito que achava correto, da forma que era possível.

Embora tenham sido menos frequente, é certamente relevante trazer os exemplos curiosos destes dois jornalistas que, muito provavelmente, passaram despercebidos aos leitores mas que ainda assim faziam sentido para os emissores da mensagem, sendo para estes uma única forma de, diante uma grande pressão, passar à frente o que consideravam essencial à compreensão do caso.

5.3.3 “*To sign or not to sign*”

Por último, uma questão chave que se destacou em quatro das oito entrevistas com os jornalistas foi compreender o que tange a decisão de assinar ou não uma matéria quando a mesma seguia para a publicação no jornal impresso. Inicialmente, falando de uma visão formada de fora do campo, eu entendia que a lógica era simplesmente assinar sempre que se escrevia uma matéria. Porém, ao fazer o levantamento de notícias publicadas sobre o Novo Recife e o movimento Ocupe Estelita, foi possível perceber inúmeras matérias que foram publicadas sem assinatura, o que inclusive dificultou bastante a seleção de possíveis entrevistados para esta pesquisa. Embora isso só tenha se tornado uma questão para a pesquisa no decorrer das entrevistas, alguns entrevistados trouxeram isso à tona, e ao analisar esse material foi possível perceber que a questão do assinar ou não assinar uma matéria envolvia uma dinâmica muito mais complexa do que se imagina, como explicou o entrevistado F:

“É uma praxe no jornalismo você não assinar matéria que é totalmente encomendada. (...) Aí é uma opção do repórter mesmo. Quando eu comecei eu assinava tudo: se eu fazia, eu assinava... Mas depois uma própria editora lá me disse ‘Ó, não assina essas matérias não porque isso daí é encomendada... Não bote seu nome nisso’. E isso é uma praxe do jornal, do pessoal que é repórter mais experiente. Então ele sabe, assim, onde bota o nome e onde não bota.” (Entrevistado F)

A lógica então era: no caso de uma matéria encomendada (leia-se enviesada, direcionada pelo editorial do veículo, que tratasse de algo polêmico de uma forma que o jornalista não concordava), a sugestão era não assinar a matéria, para que o nome do jornalista não fosse vinculado ao conteúdo publicado. Embora isso seja problemático no ponto de vista dos princípios jornalísticos, podendo ser apropriado tanto para proteção da índole do jornalista que foi obrigado a escrever aquele conteúdo ou teve o seu texto manipulado, quanto, por um outro lado, para uma isenção de culpa irresponsável de um outro jornalista, a prática parece ser praxe nas redações, chegando a servir, como no caso do trecho acima, como conselho de sobrevivência na redação. Uma apropriação omissa desta prática foi citada pelo entrevistado G:

“Então, existem várias coisas, mas em geral você assina a matéria quando você escreve mesmo. Mas nem toda matéria que você escreve você assina. Eu já vi uma entrevista que um cara fez com um único sobrevivente de um acidente onde a família inteira sofreu um acidente de carro e só essa pessoa sobreviveu (...) O jornalista foi e fez uma entrevista com ele no IML, sabe? Uma entrevista super podre, completamente desumano. (...) Essa matéria foi completamente veiculada e não era assinada, sabe? Ou seja, eu acho que tem alguns casos que a pessoa deliberadamente não assina porque sabe que tá fazendo merda e não quer se comprometer de alguma maneira. Assim como tem gente que não assina pra se proteger também... Por exemplo, podia ser uma matéria dessas (se referindo a uma matéria que elogiava o projeto Novo Recife), uma matéria comprada. Aí a pessoa faz ‘eu escrevo, mas não vou botar meu nome’.” (Entrevistado G)

O entrevistado H disse nunca ter sofrido pressão para assinar nenhuma matéria que havia feito sobre o Movimento ou sobre o projeto, ainda que o fizesse a contragosto, como fica bastante claro a partir da sua exposição. Mas, segundo explica, isso não aconteceu por cortesia:

“Em relação ao Estelita ninguém me cobrou nada, porque eu já tinha vivido uma experiência antes que rolou e foi bem ruim pra mim, aí eu falei que se assinasse eles soubessem que eu estava assinando a contragosto. E aí eu poderia processar o jornal, porque eu não sou obrigado a assinar matéria nenhuma. Aí pronto, depois desse mal-estar nunca mais teve obrigação nenhuma. Mas até esse primeiro caso me pediam sim. É a sua dignidade, pô! Se eu faço uma matéria especial pra um domingo bem bonita, claro que eu quero que as pessoas saibam... Mas uma matéria assim...” (Entrevistado H)

Tendo o entrevistado H passado por uma experiência onde havia sido cobrado por algo que havia sido publicado numa matéria assinada por ele a contragosto, sentiu a necessidade de zelar pelo seu nome como profissional, justamente por perceber o quanto era difícil dissociá-lo do jornal em que escrevia. Na situação em que sofreu constrangimento interno na redação para escrever uma matéria a pedido indireto por parte do consórcio sobre o projeto Novo Recife, fez questão de não assiná-la:

“Não porque eu fiz questão e disse que não assinava... Porque eu não vou fazer uma matéria de cunho publicitário e vou colocar meu nome. O nome no jornalismo é tudo o que a gente tem, né? É ‘fulano de tal’ que tá lá escrito. Se eu manchar meu nome eu vou ficar como o cara que fez isso... E aí era claramente matéria de cunho publicitário, pô.” (Entrevistado H)

A importância dada à assinatura, portanto, deve-se ao fato de a mesma identificar o autor do texto para o leitor do jornal. Consequentemente, a escolha de não assinar alguma matéria aparece como mais uma forma de resistência importante, pois aponta para o fato de que possivelmente houveram negociações internas à redação que não foram nem irão ao conhecimento do público leitor, algo que motivou o autor a optar, de forma deliberada, pela sua dissociação como pessoa e profissional em relação ao conteúdo do texto. A partir desta conclusão é possível deduzir o porquê do levantamento ter mostrado tantas matérias sobre o

Ocupe Estelita ou o Novo Recife sem assinatura, bem como apontar a relevância deste dado para a análise da cobertura sobre o caso.

Por fim, a análise estaria incompleta se não trouxesse à tona as táticas criadas pelos entrevistados para que conseguissem veicular o que consideravam essencial à compreensão do caso, especificamente na pauta da cobertura do movimento Ocupe Estelita. Embora, como foi possível perceber a partir das entrevistas, não se tratassem de táticas articuladas com outros colegas, nem de atitudes tomadas de forma estudada, tornam-se essenciais para a compreensão do campo no caso estudado, e foi exposta por último por um motivo: a ideia é ressaltar que, ainda diante de todas as situações, constrangimentos, desmotivações e pressões sofridas pelos jornalistas, os mesmos fizeram o possível para manter presente as suas críticas e as contradições da pauta ou da cobertura. Ainda que alguns tenham sido menos veementes nesta crítica, tendo preferido evitar indisposições na redação e priorizar a manutenção do seu emprego nos veículos em que trabalhavam, ao reconhecer que se tratava de uma cobertura completamente assimétrica, buscaram, ao menos, inserir uma discussão sobre a pauta em diferentes instâncias e momentos. Possivelmente a escolha por evitar tais indisposições se dê pela assimilação da autocensura, envolvendo, desta forma, as vítimas da repressão na proposta repressiva, pois o jornalista nesse caso torna-se, simultaneamente, o objeto e o agente da repressão.

Os demais entrevistados assumiram uma postura mais enfática e ativa neste processo, e embora tenham sofrido censura explícita, manipulação direta em seus textos, manipulação de formatação ou tendo suas fontes silenciadas, insistiram em apoiar da maneira que podiam. Sobre este contexto o entrevistado H reflete:

“Eles só tão jogando o jogo porque as cartas são dadas por eles. Isso é que é foda. Essa é a parte que deu pra eu perceber, que eu vivenciei dentro do sistema, dentro de redação. Determinados assuntos na redação eu não gostava de participar da cobertura. Porquê? Porque eu sabia que eu não ia poder fazer a matéria do meu jeito. Então assim, se não é pra fazer do meu jeito eu prefiro não tocar no assunto.” (Entrevistado H)

Os trechos expostos aqui mostram enfim, dentre tantos apontamentos interessantes, a noção que a maioria dos entrevistados têm sobre a sua própria função dentro das redações, bem como a ideia geral que os mesmos têm do campo jornalístico. A última colocação do entrevistado H demonstra que o mesmo percebe o campo como um jogo de cartas marcadas, colocando a si mesmo como um agente que se esforça para criar um contraponto em oposição à política dominante, que muitas vezes não obtém sucesso pois não encontra as brechas necessárias para fazê-lo. Diante disso, restam três opções: ou retirar-se do jogo, ainda que momentaneamente, para não envolver-se com a produção de notícias direcionadas ou manter-se, à medida do possível, firme na crítica, buscando utilizar os espaços possíveis para validar

seu ponto de vista. A terceira via possível se refere aos jornalistas que escolheram ficar de fora da amostra, os que não aceitaram o convite da entrevista e que, portanto, não aderem necessariamente a nenhuma das opções acima. O entrevistado C, apesar de não mais trabalhar no campo jornalístico, reconhece a importância da segunda opção, entendendo a permanência nos espaços de produção de conteúdo como uma forma de resistência essencial à pluralização de discursos dentro dos meios de comunicação hegemônicos:

“Ainda tem outra questão, a gente dizia ‘minha gente, se essas pessoas não estiverem ali dentro o que vai ser do jornal?’. Se uma pessoa que preste não estiver dentro de um ambiente que não presta, aí é que o negócio fica difícil mesmo, né?. (...) Era uma coisa que a gente lá dizia muito lá na redação: ‘Tá, aqui tem muita coisa ruim, mas se não tem uma galera que faz um contraponto a esse lugar-comum, que não deveria ser o jornal, quem é que vai fazer esse papel? Simplesmente esse lugar vira uma grande assessoria divulgadora de anúncios e pronto? Entende? Então nesse sentido eu acho que essas pessoas, coitadas, se fuderam, porque viraram os mártires do fim desse jornal impresso, dessa forma de jornalismo como a gente conhece.” (Entrevistado C)

Este trecho da entrevista mostra como, ainda diante das tantas formas de opressão, de cerceamento de liberdades, de péssimas condições de trabalho e de perspectivas de um futuro profissional cada vez mais difícil, alguns jornalistas permanecem insistindo no compromisso ideológico da profissão com a verdade, pautado na noção do jornalismo como peça essencial para a manutenção da democracia. A ideia que se tem a partir da análise das entrevistas é que estas questões motivaram alguns profissionais a se dedicar à construção de uma forma concreta de resistência dentro dos grandes veículos de comunicação, ainda que munidos de críticas.

5.4 Apontamentos finais sobre a análise

Tendo finalizado a análise a qual a presente dissertação se propõe, considero ser interessante ordenar as categorias e suas principais conclusões a fim de proporcionar um desfecho conciso e organizado, podendo ser útil para consultas futuras. A disposição das categorias e subcategorias do capítulo de análise não seguiram a lógica cronológica em que os tópicos surgiam na entrevista, principalmente considerando que as entrevistas não seguiram necessariamente um roteiro rígido e muitas das questões surgiram de forma espontânea. A disposição de ambos os capítulos de análise foi organizada de modo a construir uma narrativa, abordando primeiro as condições que antecedem a produção das notícias em si, depois das dificuldades encontradas pelos jornalistas na coleta dos dados.

Já na segunda categoria que trata das censuras, são abordados os casos em que a produção das matérias não chegou a se concretizar por conta da censura imposta por outros atores, estendendo-se à subcategoria da autocensura, onde há o assujeitamento dos jornalistas

ao movimento censório abordado anteriormente através da assimilação da política editorial da empresa por parte do jornalista.

A terceira categoria, voltada para as diferentes formas de manipulação, aborda casos onde o processo de produção da notícia chegou ao fim, porém sofreu interferências de terceiros posteriores à sua produção. A primeira subcategoria aborda as formas de manipulação redacional, quando as intervenções de editores e/ou superiores se deu diretamente no texto noticioso; neste tema é trabalhado, por exemplo, a forma como alguns termos eram utilizados para caracterizar os manifestantes de forma depreciativa. A segunda subcategoria foi a da manipulação de edição, que não se concretizava necessariamente sobre o texto, mas sim na forma como o mesmo era disposto nas matérias; as práticas de enquadramento editorial e de silenciamento do movimento Ocupe Estelita surgiram como temas essenciais.

Por fim, a quarta categoria, chamada aqui da categoria de táticas de subversão, aborda a outra ponta deste processo ao trazer as táticas criadas e postas em prática pelos jornalistas entrevistados para burlar o controle dos veículos. Esta categoria foi colocada por último na análise como forma de evidenciar o fato de que, apesar da conjuntura ser extremamente difícil e desanimadora, a maioria dos entrevistados se dedicou a manter o seu compromisso com o jornalismo que acreditava, esforçando-se para, da maneira em que lhes era possível, tentar tornar a cobertura jornalística sobre o movimento Ocupe Estelita um pouco menos assimétrica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a cobertura dos três principais jornais de Pernambuco sobre o movimento Ocupe Estelita, partindo do material discursivo resultante de entrevistas em profundidade realizadas com os jornalistas que estiveram envolvidos neste processo. Os resultados apontados nesta dissertação mostraram o potencial de uma análise aparentemente pontual para revelar a lógica interna de um campo: a cobertura sobre o movimento Ocupe Estelita possibilitou que as forças que atuam no campo jornalístico pernambucano fossem evidenciadas e abordadas a partir das experiências internas ao processo de produção de notícias. Esta análise também externou o que muitas vezes foi apontado por estudos teóricos, ou seja, a forma como o campo jornalístico é um importante campo em disputa simbólica, ainda que goze de baixa autonomia dentre os demais campos. Justamente por essa baixa autonomia, sofre intervenções diretas e constantes, especialmente do campo econômico e do campo político, que agem como verdadeiros grupos de pressão e cujos mecanismos foram aqui evidenciados.

As consequências destas intervenções são aqui apresentadas através das categorias endêmicas à análise. É essencial ressaltar que, ainda que as intervenções, sanções e censuras aqui abordadas tratem diretamente de uma cobertura de um caso específico, não devem ser vistas como caso à parte. Assim como apontam os entrevistados, pelo fato do Ocupe Estelita ser um assunto polêmico, resultou numa mobilização maior nos campos que interferem no campo jornalístico, mas este caso se insere numa lógica censória que acompanha o cotidiano de produção destes profissionais. Relacionado a isso, foi evidenciado o movimento de reconversão dos jornalistas para outras profissões, o que está diretamente ligado à precarização da profissão em si, diante das debilitadas condições de trabalho.

É fundamental, ainda, mencionar que o *corpus* que resultou no material discursivo, tão essencial à análise, foi formado a partir de uma forte relação de confiança estabelecida com os entrevistados, que se dispuseram de forma voluntária e generosa e sem os quais este trabalho não seria possível. Ainda assim, o fato de não haver essa abertura por parte de todos os profissionais inicialmente abordados para fazer parte da pesquisa demonstra a situação de vulnerabilidade em que se encontram profissionalmente, resultante da dinâmica tensionada que envolve a profissão, bem como do fato destes profissionais ocuparem, ao mesmo tempo, o lugar de *operador* e *vítima* desta dinâmica de construção simbólica.

Este trabalho confirma, ainda, as hipóteses de Mauro Wolf (2011) sobre o processo de noticiabilidade e o seu caráter elástico e dinâmico, sendo resultado de uma mistura onde os

fatores considerados têm sempre um peso específico desigual, peso este que se circunscreve de forma violenta na rotina de produção de notícias dos grandes meios. Por estes motivos, o uso da comunicação como ferramenta necessária para o fomento da democracia plena jamais será alcançada diante de uma mídia de massa que serve a interesses dominantes de campos particulares; assim como diversos outros âmbitos da vida social, a ausência de qualquer tipo de censura é determinante para o bom funcionamento de qualquer instituição ou instância democrática. Ainda assim, a autonomia do campo jornalístico não se resume à relação com os demais campos que exercem nele forte poder de interferência; há, ainda, que se discutir a forma anticonstitucional que a grande mídia se organiza e atua no Brasil e deixar de delegar ao segundo plano a tão necessária pauta das políticas públicas de regulação no setor de comunicação.

REFERÊNCIAS

- ABBASI, Irum Saeed & AL-SHARQI, Laila. **Media censorship: Freedom versus responsibility**. Journal of Law and Conflict Resolution Vol. 7(4), pp. 21-25, August 2015.
- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- AVILÉS, J. A & CARVAJAL, M. **Integrated and cross-media newsroom convergence: two models of multimedia news production** - the cases of Novotécnica and La Verdad Multimedia in Spain. *Convergence: The International Journal of Research into New media Technologies*, Sage, v. 14, n. 2, p. 221-239, 2008.
- BARDIN, Laurence. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
 _____ **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.
- BAUER, M., & GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes; 2002.
- BENSON & NEVEU. **Pierre Bourdieu and the Journalistic Field**. Polity Press. 2005
- BERKOWITZ, Dan. **Social meanings of News: a text-reader**. Thousands Oaks, California. 1997.
- BOUDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.
 _____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983 a, p. 46-81.
 _____. & WACQUANT. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press. 1992
 _____. **O Campo Científico**. In: Ortiz, Renato (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.
 _____. **The Political field, the Social Science field and the Journalistic field**. In: BENSON & NEVEU. *Pierre Bourdieu and the Journalistic Field*. Polity Press. 2005
 _____. **The thinkable and the unthinkable**. The Times Literary Supplement. 1971.
- BREED, Warren. **Controle social na redação: uma análise funcional**. In TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.
- BÜHRING, Marcia Andrea. **A questão da identidade e o não lugar**. Anais do III Encontro Internacional de Direitos Culturais. 2014.
- CAMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.* [online]. Vol.6, n.2, pp. 179-191. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 1**, A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 2**, O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Inovação, liberdade e poder na era da informação**. In: MORAES, Denis de (Org.). Sociedade midiática. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 225-231.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHAMPAGNE, Patrick. **The Double Dependency: The journalistic field between politics and markets**. In: BENSON & NEVEU. *Pierre Bourdieu and the Journalistic Field*. 2005.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo, Sumus Editorial, 1993.

COMPARATO, Fábio K. **Nótula sobre o direito à comunicação social**. In: FILHO, José Paulo Cavalcanti (org). Informação e poder. Rio de Janeiro, Record, 1994.

COUTINHO, E. G. (Org.); PAIVA, Raquel (Org.). **Mídia e Poder: Ideologia, Discurso e Subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008

DANTAS, Juliana & RENAULT, David. **Reflexões empíricas sobre condições de trabalho do jornalista**. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-0275-1.pdf>

DANTAS, M.; VIMIEIRO, A. C. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v.5 n.2, dez. 2009.

DINES, A. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Waltman. In: Alzira Alves Abreu; Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha (orgs.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução. Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto editora, 1997.

ENTMAN, R. **Framing**: toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, vol. 43, n° 4, p. 51-58, 1993.

FABRÍCIO, Gustavo B. **O Jornal Nacional da Rede Globo e a Construção do Cenário de Representação da Política** - CRP. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. 1997.

FALCÃO, Luíza Assis. **Mídia e Movimento LGBT: Um estudo do campo jornalístico a partir da cobertura da parada da diversidade de Pernambuco**. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

FÉRNANDÉZ, Abel. **El concepto de poder simbólico como recurso para comprender la dimensión política de la comunicación masiva**. Mediaciones Sociales, N.º 10, I semestre. P 3-33. 2012. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/MESO/article/view/39680>

_____. **La noción de violencia simbólica en la obra de Pierre Bourdieu: una aproximación crítica**”, Cuadernos de Trabajo Social, vol. 18, pp. 7-31. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**: São Paulo: Paz e Terra. 1970.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM Pocket. 1989.

GAMSON, William. A., & MODIGLIANI, Andre. **Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach**. American Journal of Sociology, 95, 1-37. 1989.

GIRARDI JR, Liráucio. **Pierre Bourdieu: mercados linguísticos e poder simbólico**. Revista FAMECOS, v. 24, n. 3. 2017. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/25978>

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A Comunicação como Direito Humano: Um conceito em construção**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Comunicação. 2007. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **A Liberdade de Expressão e o Direito Humano à Comunicação: A garantia formal e suas contradições**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Comunicação. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

HANGAI, L. A. **A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação**. Revista Ação Midiática, vol. 2, 2012.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible? How television frames political issues**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Geração Editorial: São Paulo. 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Imprensa e Democracia no Brasil**. Universidade e Sociedade, no 15. Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior/Andes, 1998.

LAGO, Cláudia & MARTINEZ, M. (Org.) **Jornalismo: Silêncios, Censuras e Potências**. 1. ed. São Paulo: Balão Editorial, 2017.

LEÃO DO Ó, Ana Carolina C. **A “nova velha” cena: A vanguarda mangue beat e a formação do campo de música pop no Recife**. Tese (doutorado) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

LEE, Francis L. F. & CHAN, Joseph. **Organizational Production of Self-Censorship in the Hong Kong Media**. November 3 ; Issue published: 2008.

LIMA, Venício. **Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil**. Editora UnB. 2015
_____. **Comunicação e Cultura: As Ideias de Paulo Freire**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LIRA, José Santana. **Educação e emancipação: a fundamentação do projeto empreendido por Jürgen Habermas a partir da ação comunicativa**. Tese (doutorado) da Universidade Federal de Pernambuco, Programa de pós-graduação em Educação, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4227>

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 9 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINS, M. & MOREIRA, M. O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita. Carta Capital. Maio de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

McDONALD, Barry P. **Censorship and the Media: A Foreword**, 25 Notre Dame J.L. Ethics & Pub. Pol'y 1. 2012. Disponível em: <https://scholarship.law.nd.edu/ndjlepp/vol25/iss1/1/>

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre fonte e campo jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST**. Tese (doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, 2008.

MELO, Rebecca B. Portela de. **Mídia, Discurso e Poder: Uma análise crítica da cobertura de dois jornais pernambucanos sobre as disputas em torno do Cais José Estelita**. 78 f. Monografia (Curso de Ciências Sociais - Bacharelado) – Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

_____. & Nascimento, Cristiano Felipe Borba. **As crônicas da batalha das Duas Torres: Uma breve análise do discurso da imprensa a respeito do projeto dos edifícios Pier Maurício**

de Nassau e Pier Duarte Coelho, no Recife (2004 a 2008). Anais do VI Encontro Nacional da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC) – Capítulo Brasil. Disponível em:

https://ulepiccbrasiliadotcom.files.wordpress.com/2017/04/ulepicc2016_anaisgt3.pdf páginas 94 - 108.

_____. **A Cidade como Objeto e Instrumento de Luta:** Considerações acerca do Movimento Ocupe Estelita. In: III Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, Caruaru, 2017.

MICELI, Sérgio. **A força do sentido.** In: Bourdieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MILLS, Wright. **La imagonación Sociologica.** La Habana: Revolucionaria. 1966.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.** Sociologias [online].n.17, pp.240-264. ISSN 1517-4522. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000100010>

OLIVEIRA, Daniele de. **A mídia e a manipulação da opinião:** um casamento amigável?. Entremeios: revista de estudos do discurso. v.1, n.1, jul/2010.

ORLANDI, E. P. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo. Ed. Contexto. 2005

PEREIRA, Fábio Henrique & ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais.** Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

_____. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado:** o jornalismo como profissão. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Corvilhão, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e política.** In: RUBIM, A. C. (ed.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador; São Paulo: Edufba e Ed. Unesp. 2004.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Prazer e sofrimento no trabalho do jornalista.** Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1479-1.pdf>

RIBEIRO, Ana Paula G. & FERREIRA, Lúcia Maria. **Mídia e Memória:** A produção de sentido nos Meios de Comunicação. Editora: Mauad. 2007.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. **O dito, o interdito e a distorção sistemática da comunicação**: a contribuição do modelo de Habermas à sociologia do jornalismo. Tese (doutorado) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9894>

ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007, Aracaju. Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

SANTOS, Fernanda. **Análise de Conteúdo: A visão de Laurence Bardin**. Revista eletrônica de educação. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos. 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>

SARTORI, Fred. **A Teoria da Democracia Revisitada**. 2 volumes, São Paulo, Ática. 1994.

SEDLER, Robert A. **Self-Censorship and the First Amendment**. 25 Notre Dame J.L. Ethics & Pub. Pol'y 13. 2012. Disponível em: <https://scholarship.law.nd.edu/ndjlepp/vol25/iss1/2/>

SHEUFELE, Dietram. **Framing as a theory of media effects**. Journal of Communication, vol. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

_____. & TEWSBURY, David. **Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models**. Journal of Communication, 57, 9-20. 2007.

SIGNATES, Luiz. **O Poder Simbólico e o Conflito das Liberdades**. In: Mídia, cidadania & poder. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

SILVA, Andressa H. & FOSSÁ, Maria Ivete T. **Análise de Conteúdo: Exemplos de aplicação técnica para análise de dados qualitativos**. Qualit@s Revista Eletrônica Vol. 17, Nº 1. 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 1999.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pêsoa. (Org.) **Mídia, cidadania & poder**. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis:Insular, 2005.

TUZZO, S. A. **O papel do Jornal Impresso em tempos de Internet e redes sociais: O que pensam os leitores**. In: Falas da História: Comunicação alternativa e identidade cultural, Goiânia: Facomb/UFG. 2013.

VAN DIJK, Teun. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VIZEU, Alfredo. **O jornalismo e as teorias “intermediárias”**. Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/18152405243277328293805250673257682310.pdf>

_____. & ROCHA. **O cidadão como Co-produtor da Notícia**: Novos Desafios ao Jornalismo. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

APÊNDICE A – TABELA DE INFORMAÇÕES SOBRE ENTREVISTADOS

	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C	ENTREVISTADO D	ENTREVISTADO E	ENTREVISTADO F	ENTREVISTADO G	ENTREVISTADO H
FAIXA DE IDADE	30 ou menos	41 a 50	31 a 40	31 a 40	50 ou mais	30 ou menos	30 ou menos	30 ou menos
JORNAIS EM QUE TRABALHO	Jornal do Comercio	Jornal do Comercio	Jornal do Comercio	Jornal do Comercio e Diario de Pernambuco	Jornal do Comercio e Diario de Pernambuco	Jornal do Comercio e Diario de Pernambuco	Folha de Pernambuco	Folha de Pernambuco
PERÍODO DO DEPOIMENTO	2011 a 2013	2008-2015	2013-2014	2009-2016	2008-2016	2012-2015	2011-2013	2012-2015
GRAU DE INSTRUÇÃO	Mestrado (incompleto)	Graduação	Graduação (2 cursos completos)	Graduação	Graduação	Graduação (2 cursos completos)	Doutorado (incompleto)	Pós-graduação
AINDA TRABALHA COM JORNALISMO?	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
RELAÇÃO COM O M.O.E.	Fez parte do Movimento	Simpatizante	Fez parte do Movimento	Indiferente	Simpatizante	Fez parte do Movimento	Simpatizante	Simpatizante

* Fonte: Informações orais